

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

KÁTIA MARIA GOMES MONÇÃO

AS SEMENTES DA LUTA: O CONFLITO AGRÁRIO DE CACHOEIRINHA
Um estudo dos assentamentos e dos acampamentos do município de Verdelândia, Norte
de Minas Gerais

MONTES CLAROS – MG
2009

Kátia Maria Gomes Monção

AS SEMENTES DA LUTA: O CONFLITO AGRÁRIO DE CACHOEIRINHA

Um estudo dos assentamentos e dos acampamentos do município de Verdelândia, Norte de Minas Gerais

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social.

Orientador: Prof. Dr. Herbert Toledo Martins

Montes Claros – MG
2009

Universidade Estadual de Montes Claros
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social

Dissertação intitulada “*As sementes da luta: o conflito agrário de Cachoeirinha* – Um estudo dos assentamentos e dos acampamentos do município de Verdelândia, Norte de Minas Gerais”, de autoria da mestranda Kátia Maria Gomes Monção, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Herbert Toledo Martins – PPGDS/UNIMONTES – Orientador

Prof. Dr. Rômulo Soares Barbosa – PPGDS/UNIMONTES

Prof. Dra. Sônia Nicolau dos Santos – PUC-MG

Prof. Dr. Herbert Toledo Martins
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social
UNIMONTES

A

Juliana e Henrique, que estão aprendendo a semear a esperança de uma sociedade justa para todos, com cidadãos conscientes da urgente necessidade da reforma íntima; da responsabilidade dos seus atos, com mais solidariedade e menos ambição.

AGRADECIMENTOS

É chegado o momento de semear a gratidão. O meu desejo é que essa semente se multiplique e alcance os corações daqueles que, por muitos momentos, me ajudaram.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Herbert Toledo Martins, agradeço as orientações dadas ao longo desse processo e por contribuir para o meu encantamento com as Ciências Sociais. Agradeço-lhe, também, por compreender as minhas ansiedades, além de mostrar-me que a crítica pode converter-se em semente, que fará brotar o desejo de melhoria e crescimento.

Agradeço ao Prof. Dr. Rômulo Soares Barbosa, por ajudar-me sempre. Agradeço-lhe, ainda, as ajudas, desde quando esta pesquisa era apenas uma idéia.

Agradeço a contribuição de todo o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS), em especial às Professoras Doutoras Luciene Rodrigues, Regina Caleiro e Maria da Luz.

Agradeço aos funcionários do PPGDS, Fernanda, Vanessa e Cláudio Macedo, a atenção recebida.

Aos meus colegas do PPGDS, especialmente Antônia, minha amiga, Yara, Simone e Herbertz, meu amigo, agradeço o convívio e a solidariedade.

Agradeço à Profa. Ilva Ruas a amizade, a disponibilidade e a participação na Banca de Qualificação.

À Profa. Sônia Nicolau dos Santos, que reconstituiu a história do conflito de Cachoeirinha, agradeço a participação e as contribuições na Banca de Defesa.

Aos meus colegas do Instituto de Ciências Agrárias, da Universidade Federal de Minas Gerais, agradeço o apoio e o incentivo. Especialmente, agradeço aos colegas Jussara Jardim, os livros; Luís Arnaldo, os PA(s) e Alex Fabiani, o amigo de todas as horas, as sugestões e as contribuições.

Agradeço ao João Ramos, amigo de longa data e ao Sr. Manoelzinho, a agradável companhia aos assentamentos de Cachoeirinha.

Em gratidão, ofereço a todos os assentados de Cachoeirinha esta pesquisa. Sou-lhes grata pela generosidade e pela confiança que sempre demonstraram, durante as várias visitas realizadas, mesmo sem saberem que as suas histórias fazem parte do meu tempo de menina.

Aos meus filhos, Juliana e Henrique, agradeço, de coração, por aceitarem as minhas ausências e, sobretudo, as minhas presenças ausentes. Agradeço- lhes, também, por conseguirem plantar, em minha alma, as sementes do verdadeiro amor.

Agradeço ao Guilherme, por cobrir as minhas ausências e por escutar-me, constantemente, quando o assunto foi, por muito tempo, mestrado.

Agradeço ao meu pai a amizade e à minha mãe, por ter- me conduzido ao conhecimento da reencarnação, o que me proporciona compreender a soberania do Amor de Deus.

Agradeço também aos meus irmãos, Patrícia, Henry e Rafael, a certeza da nossa amizade.

Agradeço a Samuel as contribuições da Linguística e à Juliana a amizade constante.

E àqueles que, também, estiveram comigo durante este processo e não se encontram relacionados nesta seção, quero agradecer-lhes, por vibrarem em meu favor.

“O semeador saiu a semear a sua semente...”
Jesus

RESUMO

Apresenta-se aqui um trabalho sobre o Conflito Agrário de Cachoeirinha, ocorrido nas décadas de 1960, 1970. Trata-se de um estudo que busca verificar a influência que o referido conflito exerceu sobre os 14 assentamentos e os 4 acampamentos existentes na região, bem como avaliar a reprodução social dos seus assentados e acampados. A estratégia metodológica da pesquisa recaiu sobre diversas entrevistas, visitas, observações e revisão teórica. Os resultados finais do trabalho indicam que o conflito de Cachoeirinha influencia a reprodução social dos assentados e dos acampados da região, na medida em que o Estado serve como instrumento regulador dos assentamentos.

Palavras-chave: Conflito Agrário. Assentamento. Reprodução social.

ABSTRACT

Here is presented a research made about the Agrarian conflict in Cachoeirinha that occurred in the 1960, 1970's. This research aimed to verify the influence that the mentioned conflict has had on the 14 rural settlements and the 4 campsites in the region, and also evaluate the social reproduction of its settled/campers. The methodological strategy is based on many interviews, visits, observations, and theoretical review. The final results of this research indicate that the Agrarian conflict in Cachoeirinha influences the social reproduction of the settled/campers in the region, as long as the State works as an instrument of regulation to the settlements.

Keywords: Agrarian conflict. Settlements. Social Reproduction.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Cartuchos de munição utilizada no conflito de Cachoeirinha	56
Figura 2 -	Sede da Fazenda Caitité	61
Figura 3 -	Piscina da sede da Fazenda Caitité	61
Figura 4 -	Moradia típica de ex- posseiros da região de Cachoeirinha	62
Figura 5 -	Beneficiamento da mandioca, em mutirão	66
Figura 6 -	Curral comunitário de embarque de gado	67
Figura 7 -	Localização geográfica dos assentamentos e comunidades rurais de Verdelândia	74
Figura 8 -	Construções de filhos de assentados, nos lotes	76
Figura 9 -	Moradia do assentamento Modelo.....	79
Figura 10 -	Mapa do assentamento Caitité, lote agrário	103
Figura 11 -	Mapa do assentamento Verde Minas, agrovila	104
Figura 12 -	Assentamento Serrana, agrovila	106
Figura 13	Casa construída, por família de assentado, em lote de agrovila	108
Figura 14	Casa, local de armazenamento de produção	110
Figura 15 -	Sede de antiga fazenda, acampamento Verde Água	114
Quadro 1 -	Relação dos assentamentos/órgãos de regularização, no município de Verdelândia	98

LISTA DE TABELAS

1 -	Estrutura fundiária brasileira - 1998	46
2 -	População total, urbana e rural – Brasil, Grandes Regiões e Minas Gerais, 2000	47
3 -	Distribuição do número de imóveis total, segundo a categoria de imóvel rural, em nível Brasil, Grandes Regiões e Minas Gerais, 2005	49
4 -	Distribuição do número de área total, segundo a categoria de imóvel rural em nível Brasil, Grandes Regiões e Minas Gerais, 2005	49
5 -	Assentamentos de reforma agrária, no município de Verdelândia – MG	72
6 -	Acampamentos de reforma agrária, no município de Verdelândia – MG ...	73
7 -	Assentamentos rurais por área (ha) e número de famílias no município de Verdelândia – MG	75
8 -	Relação de acampamentos rurais por área (ha) e número de famílias no município de Verdelândia – MG	75
9 -	Agrovilas: construções, famílias residentes e % de abandono, por assentamento.....	106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDI -	Agência de Notícias dos Direitos da Infância
CLT -	Consolidação das Leis trabalhistas
CONTAG -	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT -	Comissão Pastoral da Terra
DIEESE -	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EMATER -	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
DOPS -	Departamento de Ordem Política e Social
FCJP -	Faculdade Cidade de João Pinheiro
FHC -	Fernando Henrique Cardoso
FUNRURAL -	Fundo de Amparo ao Trabalhador
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA -	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IDENE -	Instituto de Desenvolvimento do Norte de Minas
IEF -	Instituto Estadual de Floresta
INCRA -	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR -	Imposto Territorial Rural
MERCOSUL -	Mercado Comum do Sul
MIRAD -	Ministério de Reforma e Desenvolvimento Agrário
MST -	Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
PCB -	Partido Comunista Brasileiro
PCPR -	Programa de Combate à Pobreza Rural
PROCERA -	Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária
PT -	Partido dos Trabalhadores
RURALMINAS-	Fundação Rural Mineira
SUPRA -	Superintendência de Política Agrária
UDR -	União Democrática Ruralista
UNIMONTES -	Universidade Estadual de Montes Claros
UNIUBE -	Universidade de Uberaba
UNOPAR -	Universidade Norte do Paraná
UTER -	Unidade Técnica Estadual

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Estratégia metodológica	16
1. A REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA: UMA PERSPECTIVA ATUAL E HISTÓRICA	20
1.1 Desenvolvimento e reforma agrária	20
1.2 O processo agrário brasileiro	24
1.3 A outra face do desenvolvimento agrário brasileiro	26
1.4 A presença do camponês na história agrária brasileira	28
1.4.1 Do agricultor familiar	30
1.5 O meio agrário brasileiro – República Nova (1945 – 1964)	32
1.6 As políticas agrárias no Regime Militar	36
1.7 A reforma agrária na Nova República – Governos Sarney, Collor e Itamar ...	41
1.7.1 Dos governos Collor e Itamar	44
1.8 A reforma agrária nos governos de Fernando Henrique e Lula	44
1.8.1 Do governo Lula	48
2 CACHOEIRINHA: O PASSADO E O PRESENTE NA LUTA PELA TERRA	51
2.1 A apropriação de terras devolutas em Cachoeirinha	51
2.2 O passado na memória coletiva da comunidade de Cachoeirinha	54
2.3 Símbolos de poder, de luta, de resistência e de conquista	60
2.3.1 Do marco da conquista	64
2.4 Expropriação: ex-posseiro, migrante ou novo posseiro?	67
2.5 Cachoeirinha hoje: um município, Verdelândia	70

3	AS SEMENTES DA LUTA: OS NOVOS ASSENTAMENTOS E ACAMPAMENTOS	72
3.1	De posseiro a assentado	74
3.2	De onde vieram os novos assentados?	80
3.3	As mudanças e perspectivas na vida de assentado	84
3.4	As diversas fontes de renda	88
3.4.1	Dos programas de benefícios e renda	93
3.5	Os modelos de financiamento dos assentamentos	997
3.6	Agrovilas – as casas sem moradores	102
3.7	Da casa à escola: uma distância a percorrer	111
3.7.1	Das possibilidades do mundo virtual	116
3.8	Atividades de lazer	117
4	CONCLUSÃO	119
	REFERÊNCIAS	123

INTRODUÇÃO

O peculiar da sociedade brasileira, como de outras sociedades, está em sua história. Menos, obviamente, por suas ocorrências características e factuais. E mais pelas determinações que dela fazem mediação viva do presente (MARTINS, 1999, p.11).

No dia 14 de setembro de 1964, um grupo de homens armados, onde se misturam policiais militares e simples pistoleiros, se apresenta diante dos agricultores para cumprir o mandado de manutenção de posse sobre aproximadamente 6.400 hectares de terras na região de Cachoeirinha, expedido pelo Juiz de Direito de São João da Ponte, Minas Gerais.

Com essas palavras, Sônia Nicolau dos Santos (1985) registra, no único texto acadêmico sobre o que mais tarde veio a ser conhecido como o “Conflito Agrário de Cachoeirinha”, a história do dia em que 32 famílias¹ foram despejadas das terras que ocupavam desde a década de 1940, dando início à luta de um grupo de pequenos agricultores pela posse da terra expropriada. Em 1967, ocorreu um novo despejo, quando 212 famílias² foram despejadas, luta que durou cerca de 20 anos e registrou seis mortes entre as décadas de 1960, 1970 e início da década de 1980, além de sessenta e quatro³ crianças mortas pela fome que se abateu sobre as famílias expulsas.

Distante quarenta e um anos do dia em que os lavradores foram expulsos de suas terras, seria quase natural querer saber: como estaria a situação da região, atualmente? Como estariam vivendo aqueles e aquelas que lutaram pela posse da terra perdida e que ainda estão vivos? Foram essas as perguntas iniciais que motivaram esta pesquisa.

Ao visitar a região de Cachoeirinha, que hoje recebe o nome de Verdelândia, localizada no Norte de Minas Gerais, esta pesquisadora se surpreendeu com o número de assentamentos e de acampamentos rurais existentes na região. O município concentra o maior número de assentamentos e de acampamentos do estado de Minas Gerais. Atualmente, há nesse município, 14 assentamentos e 4 acampamentos. Os assentamentos rurais são: Arapuá, Arapuim, Betânia, Boa Esperança, Bom Jardim, Bom Sucesso, Caitité, Lagoinha, Modelo,

¹ Trata-se do primeiro despejo.

² Trata-se do segundo despejo.

³ Há uma divergência quanto ao número de crianças mortas, na região. Santos (1985) destaca 64 crianças; o Jornal do Norte, de 16.07.1982 e o Jornal Estado de Minas, de 31.07.1982: 60 crianças; o Jornal Tribuna Operária, de 14 a 17 de julho de 1981: 67 crianças.

Nova Esperança, Serrana, União, Verde Minas e Volta da Serra. Os acampamentos criados são: Brejo dos Crioulos⁴, Vitória, Verde Água, Santa Clara.

Diante dessa nova realidade, e tendo em mente a dissertação de Santos (1985), uma pergunta ainda se impõe: será que o antigo conflito exerce influência, fazendo com que a região de Cachoeirinha se torne a imensa área de assentamentos rurais?

O objetivo principal desta pesquisa, em face do fato de que essa região se tenha transformado dessa maneira, é deslindar a possível influência que exerceram, nas gerações atuais, os atores sociais protagonistas do conflito. O objetivo da presente dissertação, portanto, não é a idéia de recontar ou de reinterpretar o “Conflito Agrário de Cachoeirinha”, estudo já realizado por Santos (1985).

Nessa perspectiva, a hipótese que orienta o trabalho é a idéia de que o conflito agrário de Cachoeirinha torna-se referência na trajetória pela posse das terras dos assentamentos e dos acampamentos constituídos na região, orientando, com vistas à reprodução social, a formação da organização dos grupos de assentados.

O presente trabalho se divide em quatro partes. Na seção 1, intitulada **A Reforma Agrária Brasileira**: uma perspectiva atual e histórica, discute-se a evolução da luta pela reforma agrária no país, buscando compreender, historicamente, suas diferentes fases e concepções, associando ao conceito de desenvolvimento tal evolução. Assim, procura-se mostrar como, ao longo do tempo, a reforma agrária deixa de ser veículo primordial para o desenvolvimento econômico do país e torna-se, nos governos democráticos atuais, não apenas um caminho para o desenvolvimento econômico da nação, mas instrumento de cidadania, isto é, de democratização do acesso à terra.

Nessa seção, a reforma agrária brasileira será analisada a partir da década de 1940, embora aqui seja feita uma síntese da questão fundiária brasileira desde a época da colonização. A prioridade, na discussão da questão agrária, é dada aos anos de 1964 e seguintes. Tal primazia se justifica pelo fato de que o conflito agrário de Cachoeirinha ocorreu durante o período Militar. Além disso, em conformidade com Delgado (1985), há, a partir dos anos de 1960, acentuada transformação no processo agrícola brasileiro e conseqüente variação socioeconômica do país.

Na seção 2, **Cachoeirinha**: o passado e o presente na luta pela terra, constrói-se descrição sucinta do que foi o conflito que expulsou as famílias de suas terras. Compara-se a situação social dessas famílias antes e depois, no passado e no presente, mostrando que o

⁴ Esse é um acampamento de quilombolas, que, embora parte dele pertença ao município de Verdelândia, não fará parte das análises desta pesquisa, dadas as suas peculiaridades.

conflito adquire aspectos emblemáticos e ideológicos da luta, na região, pela posse da terra, passando a ter, na memória social daquela comunidade, importante significado. Também faz-se sucinta abordagem de como se dão as primeiras apropriações das terras de Cachoeirinha e analisa-se, no sentido de identificar o conhecimento do passado, a memória das pessoas que residem na região.

Na seção 3, intitulada **As sementes da luta**: os novos assentamentos e acampamentos, são analisadas as entrevistas feitas junto aos assentados, moradores nos assentamentos e nos acampamentos que foram criados após a implantação dos assentamentos União e Caitité e aos técnicos da EMATER-MG e do INCRA. É importante ressaltar que esses dois assentamentos foram os primeiros implantados na região, resultantes do conflito. Também são analisadas as possíveis influências do conflito agrário de Cachoeirinha para a formação dos novos assentamentos e de acampamentos do município. Além disso, foram apresentados os aspectos que caracterizam o modo de reprodução social dos assentamentos, de forma geral.

Na parte final, seção 4, com base nas percepções, nas observações, nas entrevistas e nas coletas de dados que foram feitas, são elaboradas as considerações finais da dissertação.

Estratégia metodológica

A estratégia metodológica utilizada para o teste da hipótese descrita descansa no método qualitativo. Haguette (1992) entende a pesquisa qualitativa como sendo realizada a partir do outro, apoiando-se nos dados históricos específicos e únicos, reconhecendo que a sociedade é constituída por microprocessos e que ela se movimenta pela força da ação social de indivíduos e de grupos. Esses microprocessos devem ser conhecidos, analisados e interpretados, cabendo a cada um, uma metodologia adequada ao problema que se deseja pesquisar. Esse método não é, portanto, simples oposição ao paradigma estrutural do método quantitativo de análise. A escolha do método qualitativo proporcionou responder às indagações por meio de investigações da realidade dos assentamentos pesquisados. A metodologia utilizada para a realização desta pesquisa se constituiu de um estudo etnográfico, buscando conhecer, de perto, o dia-a-dia daqueles assentados, criando um vínculo de confiança entre a pesquisadora e as famílias assentadas. Somente a partir do estabelecimento de redes de comunicação mais próximas foi possível conhecer melhor a realidade social dos assentados da região de Cachoeirinha.

Por atender aos objetivos da pesquisa, a observação foi uma das técnicas utilizadas. Foram feitas observações planejadas, sistematicamente registradas e submetidas às verificações e ao controle de validade e de precisão. Nesse processo, não houve a intervenção da pesquisadora, embora ela tivesse de conviver com esses atores sociais, nos assentamentos, por um determinado período. Apesar das limitações dessa técnica, a observação contribuiu na compreensão do funcionamento dos assentamentos e, por sua vez, na investigação científica. Isso se tornou possível, por meio de conversas informais com moradores da região, dentro das suas residências e durante as caminhadas pelos lotes agrícolas, sempre em companhia de algum membro da comunidade, durante as várias visitas realizadas. Além disso, “ir ao campo possibilita ao pesquisador adquirir um conhecimento mais próximo sobre o tema e também dar uma orientação mais precisa à sua pesquisa” (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2008, p. 135).

A pesquisadora visitou os 18 assentamentos/acampamentos. A cada um deles foram feitas pelo menos duas visitas (com exceção dos assentamentos Arapuá e Arapuim e os acampamentos Santa Clara e Brejo dos Crioulos, que foram visitados apenas 1 vez). Os objetivos da visitante consistiam em observar os modos de reprodução social dos assentados, bem como os jeitos culturais que são transmitidos pelas lembranças dos mais velhos. Além disso, também deu-se atenção aos modos de vida de alguns residentes do povoado de Cachoeirinha, principalmente antigos posseiros que hoje, bem como seus descendentes, não são assentados.

Também, nesta pesquisa, foram realizadas entrevistas não estruturadas com antigos posseiros de Cachoeirinha, tanto moradores dos assentamentos, como não moradores, a fim de resgatar a memória do conflito. De acordo com Richardson (1999), a entrevista não estruturada, ou entrevista em profundidade é uma técnica em que o entrevistado manifesta aspectos relevantes com respeito ao problema da pesquisa. Espécie de conversa guiada, na busca de obter informações do entrevistado. Nesse caso, o objetivo da entrevista era o de resgatar a memória do conflito de Cachoeirinha.

Outra modalidade de consulta realizada foi a entrevista dirigida, feita junto aos assentados que não estavam diretamente ligados ao conflito. Para a sua realização, perguntas foram elaboradas, de forma simples e direta, sobre as possíveis influências do conflito de Cachoeirinha para a formação dos novos assentamentos e de acampamentos da região e sobre os aspectos que caracterizam o modo de reprodução social desses assentamentos/acampamentos. Os entrevistados eram sempre estimulados a aprofundar as respostas.

Pelo menos duas entrevistas foram feitas em cada assentamento/acampamento. Esse número foi suficiente, uma vez que permitiu, até certo ponto, especificar as características sociológicas da totalidade dos assentamentos. Pires (2008) defende a não necessidade da repetição, considerando que uma particularidade bem construída deixa de ser particular. Portanto, para esse autor, é possível identificar, a partir de uma fração, o todo que se pretende pesquisar. Além disso, em cada assentamento e acampamento, ocorreram conversas informais com pessoas que residiam nessas localidades, sem que se considerasse o sexo ou a idade. A visita feita ao acampamento Brejo dos Crioulos, por exemplo, constituiu-se de conversas informais, sem registro e análise. Os entrevistados foram informados quanto ao objetivo da pesquisa, o motivo pelo qual foram escolhidos e a importância das suas respostas, para a confiabilidade da pesquisa.

A escolha dos entrevistados obedeceu a alguns critérios: em primeiro lugar, foram entrevistadas as pessoas mais velhas dos assentamentos União e Caitité, especialmente aquelas que participaram do conflito. Em segundo lugar, pessoas que moram nos demais assentamentos, mas não participaram do conflito. Em terceiro lugar, filhos de posseiros que eram crianças ou adolescentes na época do conflito, além de adolescentes que, no tempo atual, moram na região. É importante ressaltar que as mulheres foram escolhidas com o mesmo grau de prioridade dos homens. A escolha foi feita aleatoriamente, excetuando o entrevistado que foi, durante o conflito, o principal líder dos posseiros e hoje mora no assentamento Caitité, na sede da antiga fazenda Caitité.

Ao transcrever as entrevistas, a oposição aparece – como ensina Oliveira (1984) – entre a fala oral e a fala escrita. Na fala oral, pragmática, conta-se com o subsídio do contexto em que ela se dá: tem-se a visão espacial (pode-se apontar as coisas), além da presença dos interlocutores, com seus gestos, fisionomias, atitudes. A expressão verbal ouvida vê-se complementada por esses aspectos visuais.

No momento da transcrição da entrevista, pode-se contar com a gravação puramente auditiva – que foi feita. A fala escrita, teórica, apenas a representa e o contexto espacial faz-se um feixe de lembranças.

Embora se pudesse tentar manter o respeito às expressões coloquiais dos entrevistados, a pesquisadora se viu obrigada a adotar as convenções próprias da representação escrita – e há a utilização, minimamente necessária, de sinais gráficos e de ajustes morfossintáticos.

Além das entrevistas com as pessoas diretamente envolvidas no conflito agrário e dos assentados de Cachoeirinha, entrevistaram-se técnicos que trabalham no Instituto

Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER) com o objetivo de compreender a atuação desses órgãos, nos assentamentos da região.

Também é feita uma revisão bibliográfica, especialmente nas seções que tratam das discussões sobre a reforma agrária no Brasil. Em conformidade com Deslauriers e Kérisit (2008), a revisão bibliográfica deve ser preponderante em todas as etapas da pesquisa, por auxiliar nas análises dos dados e para garantir a relação entre o empírico e o teórico.

Assim, as informações obtidas são submetidas à análise de conteúdo, com a intenção de compreender os discursos feitos pelos atores sociais, de aprofundar nas suas características ideológicas, de extrair os momentos mais importantes baseados nas teorias priorizadas e servem de marco para as explicações das descobertas (RICHARDSON, 1999).

Em seguida, é realizada a análise documental, para que as informações obtidas por meio dos registros escritos sobre o conflito agrário de Cachoeirinha possam ser comparadas às informações orais. Os documentos analisados são notícias publicadas em vários jornais da região e do estado, panfletos, cartilhas e estudos sobre esse conflito a que esta pesquisadora teve acesso.

Assim, feitas todas as análises, verifica-se a existência de uma relação entre o conflito agrário de Cachoeirinha e a sua influência na constituição dos demais assentamentos e acampamentos da região.

1 A REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA: UMA PERSPECTIVA ATUAL E HISTÓRICA

A questão agrária é o problema, e a reforma agrária é a solução do problema (MARTINS, 2003, p.61).

1.1 Desenvolvimento e reforma agrária

Hodiernamente, a sociedade capitalista tem, preponderantemente, valorizado o desenvolvimento econômico, em detrimento de outras concepções do conceito de desenvolvimento. Franco (2004), por exemplo, considera o desenvolvimento como algo que ultrapassa o crescimento econômico de uma determinada sociedade. Em conformidade com esse autor, crescimento econômico não implica em desenvolvimento.

É nesse sentido que Veiga (2006) e Pereira (2003) percebem que o desenvolvimento está relacionado às mudanças qualitativas na vida das pessoas, enquanto que o crescimento econômico é concebido somente como valor quantitativo. Embora estejam ligados, os dois cursos não podem ser confundidos.

Enquanto o desenvolvimento consiste no processo mediante o qual se ampliam as oportunidades dos indivíduos, o crescimento econômico é utilizado para quantificar o que é produzido. Portanto, pode-se afirmar que desenvolvimento é a capacidade de melhoria social de vida, por meio de projetos que priorizem o bem-estar social, sem privilegiar uma elite. Ele consiste também na transformação política, econômica e social de uma população. No entanto, essa transformação trará resultados satisfatórios, se efetivar uma melhoria no padrão de vida das pessoas.

Uma sociedade que persegue o desenvolvimento econômico pode, em conformidade com Furtado (1974), romper com a preservação ambiental e levar a população marginalizada a grandes sacrifícios. Portanto, a idéia de que desenvolvimento econômico gera abundância a todos tem desviado a atenção das comunidades em relação às consequências catastróficas do processo de modernização. É, em geral, a minoria rica que mais desfruta dos benefícios criados pelo desenvolvimento econômico.

Para Martins (2003), é fundamental que os benefícios sociais sejam igualitariamente distribuídos. Somente se reconhece o desenvolvimento de uma nação, quando a sua população participa, integralmente, das vantagens que são produzidas pela riqueza. É necessário que todos tenham acesso aos serviços essenciais de qualidade. A concentração de riquezas e, conseqüentemente, a concentração de terras servem de

instrumento para a exclusão social e para o agravamento dos problemas sociais. Não basta que a renda seja simplesmente distribuída. Se for assim, os marginalizados serão incluídos nas precariedades da sociedade, que os empurrará para a desumanização. É esse um modelo de desenvolvimento econômico perverso:

O modelo de desenvolvimento econômico que se firmou no mundo contemporâneo leva simultaneamente a extremos de progresso tecnológico e bem-estar para setores limitados da sociedade e a extremos de privação, pobreza e marginalização social para outros setores da população (MARTINS, 2003, p.13).

Acumulação de riqueza, para Marx (1985), implica em acumulação da miséria, de trabalho não-pago, de ignorância e de perversidade moral. Há, assim, um antagonismo entre o que propõe o desenvolvimento econômico e o que se concretiza no desenvolvimento social.

De acordo com Linhares e Silva (1999), a estrutura fundiária de uma nação é o reflexo da sua organização social. Para os autores, na sociedade onde a riqueza é concentrada e as terras também o são, há quantidade relevante de pessoas pobres. Nesse caso, onde há o monopólio de terras, existe a exclusão da maior parte da sua população da riqueza produzida. Além disso, aumenta-se o poder de mando e o prestígio dos grandes proprietários de terra, possibilitando-lhes o gozo de influência na política, para que os seus interesses sejam preservados.

No Brasil, a concentração de terras nas mãos de uma minoria da elite agrária, segundo Furtado (2003), resulta na concentração da renda rural. Enquanto uma pequena parte da população detém uma enorme extensão de terras, a maioria da população rural detém uma extensão muito pequena de terras. Isso possibilita que essa maioria se transforme em excedente de mão-de-obra.

Com esse excedente de mão-de-obra, o trabalhador rural é banido da sua terra, torna-se integrante das favelas urbanas. Segundo Martins (2003), esse trabalhador não é aceito nas cidades onde escolheu para morar. Assim, o seu trabalho vai, praticamente, consistir na busca de trabalho, tornando-o, quando não desempregado, um trabalhador de setores com baixos salários, devido ao desenvolvimento tecnológico, que, automaticamente, substitui o trabalho humano pela máquina.

Essa migração tem como consequência o desenraizamento do homem do campo das suas origens. Perdem as suas tradições, os seus valores e desarticula-se socialmente. Essas perdas, muitas vezes, trazem alterações no modo de vida e nos costumes do trabalhador rural, o que, nem sempre, são benéficas. Essa não é, portanto, a simples migração demográfica, ou seja, aquela em que o indivíduo migra por vontade própria. A migração do desenraizamento

obriga o cidadão excluído a se incluir precariamente em determinada condição da sociedade urbana, com o objetivo de sobreviver no novo espaço social. Esse é o grande problema social da migração. Além de deslocá-lo do seu ambiente, o inclui em outro modelo excludente, isento de qualidade social, ao mesmo tempo em que condena os seus descendentes a esse mesmo processo perverso de migração.

Para tanto, na visão de Polanyi (2002), o Estado deve definir, em suas estruturas, modos efetivos de distribuir riquezas, ampliar as redes de solidariedade, eliminar a dependência do sentimento de caridade entre os seus membros, promover medidas que garantam a seguridade social. Quando o Estado se faz presente em suas comunidades, conseqüentemente, ocorrem a diminuição da desigualdade, a garantia de liberdade, a ampliação de prestação de serviços e a promoção do desenvolvimento da sociedade.

É nesse sentido que a opção pela reforma agrária é, conforme Veiga (2007), uma maneira eficaz de o Estado diminuir as diferenças existentes na distribuição de renda. Ao mesmo tempo em que proporciona meios de ampliar e distribuir a renda, ela se torna uma condição de garantia de alimento para a população urbana, considerando que a grande propriedade tem se mostrado incapaz de suprir essa necessidade. Além de ser uma conquista política e social, a reforma agrária é um instrumento para se alcançar o desenvolvimento econômico do país.

Para que a reforma agrária brasileira possa alcançar os seus amplos objetivos e proporcionar reais benefícios aos diversificados atores sociais, é fundamental que o Estado se faça presente em todas as suas etapas (LEITE; ÁVILA, 2007).

Segundo Leite *et al.* (2004), ao se criar um assentamento, o Estado deve possuir uma relação de inclusão com os assentados. Além de garantir a posse da terra, o Estado deve, também, criar condições para que o assentamento se torne produtivo, proporcionando acesso ao bem-estar social, por parte dos assentados. Deve corresponsabilizar-se pela viabilidade, pelo desenvolvimento e pelo desempenho dos seus assentados.

A realização da reforma agrária voltada para o bem-estar social dos assentados é uma maneira de pressionar o Estado, no sentido de efetuar melhorias no assentamento, criando novos postos de emprego, como: contratação de médicos, de dentistas, de enfermeiros, de professores, etc.. A elaboração e práticas de políticas públicas sérias e adequadas podem promover uma melhor qualidade de vida no campo, diminuir a exclusão social e a concentração de riqueza. A reforma agrária ainda é uma esperança de trabalho e de melhoria na qualidade de vida da população rural.

No Brasil, a reforma agrária tem sido discutida nos mais diversos setores. Segundo Veiga (1999), uma das concepções desse debate é de que a mesma possa coibir o avanço descontrolado do capitalismo no campo e, ao mesmo tempo, encontrar mecanismos capazes de garantir efetiva inserção econômica e social do trabalhador rural. Esse debate tem se guiado por propostas de mudanças que se estabelecem no processo de desenvolvimento, uma vez que o desenvolvimento rural vai muito além da produtividade e do crescimento agrícola e econômico.

Para o autor, a reforma agrária deve propor ainda efetivas realizações, promover a transformação econômica e social, tanto da população rural como da sociedade em geral. Na sua visão, a redistribuição de terra é o meio mais eficaz para se atingir os objetivos econômicos e sociais que se almejam para o desenvolvimento de uma nação.

Leite e Ávila (2007) consideram a reforma agrária um modo de impedir a concentração de terras, que é um empecilho para o desenvolvimento. Ela provoca o deslocamento da miséria: diminui-se a pobreza no campo, aumentando, significativamente, a pobreza na cidade. A reforma agrária é percebida como um importante instrumento para conter o êxodo rural, diminuir a exploração da mão-de-obra nas atividades agrícolas e encurtar as diferenças de renda e de concentração da riqueza.

Ainda para Leite *et al.* (2004), a reforma agrária é uma possibilidade de o cidadão viver em ambiente menos violento, de produzir na própria terra e de resgatar as origens rurais. O assentamento, que também é um resultado da reforma agrária, é um meio de integração à política e à sociedade e um modo de mudança das condições de reprodução social dos cidadãos. Pode representar a concretização de trabalho, de renda, de relacionamento com o Estado e de novas demandas, como saúde, educação, transporte, etc..

Ao mesmo tempo, a reforma agrária, conforme Leite e Ávila (2007), é capaz de inibir a expansão da fronteira agrícola e impedir a ocupação de áreas de preservação, por grandes proprietários e a expansão da monocultura. A reforma agrária, por meio de uma diversificada produtividade, vai, necessariamente, movimentar a economia de vários municípios, estimulando a oferta de alimentos.

Leroy (2001) defende a concepção de que a reforma agrária deva ultrapassar a simples distribuição de terras devolutas e o processo de colonização ou a regularização das terras de posseiros. De acordo com o autor, reforma agrária deve constituir na distribuição de terras que se encontram nas mãos de grandes fazendeiros. O surgimento de pequenos produtores no cenário agrário brasileiro representa uma redução significativa da devastação ambiental e da miséria social, provocadas pelas ações de grandes proprietários de terra, que

buscam apenas o lucro e o desenvolvimento econômico. Todavia, para esse autor, o desenvolvimento não deve ser apenas econômico. Um novo modelo de desenvolvimento deve se contrapor ao desenvolvimento desequilibrado e concentrado.

Por sua vez, Bignotto (2008) não concebe a reforma agrária como a salvação para os inúmeros problemas sociais em que vive a nação brasileira. Para esse autor, no entanto, ela é um desdobramento histórico em que se permite a democracia, a igualdade de direitos e a igualdade de condições. Ela representa também o fim dos privilégios dos grupos oligárquicos, enquanto possibilita diminuir os grupos que se encontram afastados das vantagens que são proporcionadas pelo desenvolvimento econômico do país. A reforma agrária permite que se construa, em uma sociedade democrática, uma cidadania consciente dos direitos.

A reforma agrária não é apenas um ideal político de uma determinada classe da sociedade. O século XXI implica em reformas sociais concretas, capazes de atender às necessidades das novas gerações, para que os assentados sejam reconhecidos como cidadãos. Essa reforma toma rumos em direção a novas perspectivas.

Entretanto, na visão de Medeiros (2002), a reforma agrária tem servido para promover as mais diversificadas políticas públicas do Estado, em suas diferentes conjunturas, que vão desde a justificativa das medidas voltadas para o desenvolvimento econômico, perpassando pelo combate à miséria e ao êxodo rural, até às propostas mais recentes de assentamento em terras públicas.

Dessa forma, é fundamentalmente importante analisar, mesmo que resumidamente, a evolução agrária brasileira, sob os seus aspectos políticos, econômicos e sociais, pois, torna-se “[...] impossível entender essa concentração fundiária hoje no Brasil, sem ter em conta o que aconteceu na época de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre” (MARTINS, 1984, p. 64).

1.2 O processo agrário brasileiro

No início da colonização brasileira, seguindo um propósito de reprodução do capital, as Capitâneas Hereditárias foram formadas a partir do interesse comercial da corte portuguesa. Em conformidade com Borges (2003), primeiramente, foi realizado, na Colônia brasileira, o sistema produtivo para a exportação extrativista (madeira). Em seguida, surgiu a produção de cana-de-açúcar, a mineração e a produção de café, formando-se, a partir desses ciclos exploratórios, inúmeras propriedades rurais de monocultura. Ao substituir o

extrativismo pela exploração agrícola, criou-se a necessidade de elevar o número de trabalhadores, o que teve como solução a mão-de-obra escrava.

Com o final da escravidão, a elite política brasileira encontrou, como recurso para a produção, a imigração subvencionada de europeus. Com a chegada desses imigrantes, foram tomadas medidas para evitar que eles também se transformassem em novos empreendedores. Para tanto, foi promulgada a Lei de Terras de 1850. “Essa lei impedia o acesso gratuito dos despossuídos às terras públicas desocupadas, criando uma mão-de-obra cativa para os grandes proprietários de terra” (BOCCHI, 2003, p. 82).

Segundo Medeiros (2002), essa Lei iniciou, em oposição à concessão de sesmarias, o processo de aquisição da terra por meio da compra. Surgiu, então, um novo contexto: bloqueava-se a aquisição da terra pelos imigrantes e induzia-se a transformação de colonos em empregados agrícolas. Grosso modo, o Estado diminuiu o seu exclusivo domínio territorial, consolidando o direito de propriedade. Com isso, o poder público conseguia garantir a mão-de-obra nas grandes propriedades rurais e impedia que trabalhadores rurais tivessem acesso à terra.

Todavia, Martins (2004) destaca o não cumprimento dessa Lei, por parte dos grandes proprietários. A partir de 1854, com a necessidade de se validar o direito de propriedade, muitos títulos foram falsificados, em favor daqueles que detinham o capital, por meio de suborno aos cartórios. Essas terras griladas foram, posteriormente, fontes de conflito.

Também Ribeiro (1997) considera que a partir de 1850, a posse da terra representou a supremacia econômica do proprietário sobre o não-proprietário de terras. Ao regulamentar o acesso da terra, por meio da venda, estabeleceu-se o controle fundiário – a terra tornar-se-ia mercadoria. O não acesso a ela levaria o não-proprietário a se transformar em força de trabalho, para os que possuíam a posse da terra. Ao agregar valor à terra, a mesma passaria a gerar uma renda capitalizada.

Para Martins (2004), foi com o advento do capitalismo que a propriedade fundiária passou a ser fonte de renda. Vale ressaltar que, durante o sistema de escravidão, a terra praticamente não tinha valor para o mercado. Na maioria das vezes, o preço estabelecido para a terra, nesse período, era simbólico. Como não havia um mercado imobiliário, a terra era praticamente destituída de valor. Esse fato se justificava, também, pela abundância de terras-devolutas, o que facilitava a aquisição das terras. De certa forma, o que representava o valor de mercado era o escravo, por ser considerado o maior capital do fazendeiro.

Especificamente no caso brasileiro e como consequência das transformações provocadas pelo capitalismo, os escravos foram considerados incapazes de se adequarem à

nova relação de produção, imposta por esse sistema. “Nessas relações não havia lugar para o trabalhador que considerasse a liberdade como negação do trabalho; mas, apenas para o trabalhador que considerasse o trabalho como uma virtude da liberdade” (MARTINS, 2004, p. 18). Portanto, o trabalho compulsório cedeu lugar ao trabalho livre.

Nessa perspectiva, o autor conclui que, no regime de trabalho forçado, se uma pessoa pretendesse formar lavoura, a terra poderia ser de livre acesso. Mas, em regime de trabalho livre, a terra deveria ser cativa. Dessa forma, o lucro do capitalista estaria garantido.

É nesse contexto que, visando a ampliar o lucro, o fazendeiro, na formação das fazendas de café passou a utilizar a mão-de-obra de trabalhadores rurais livres. Ainda segundo Martins (2004), esses trabalhadores recebiam um valor irrisório, em pagamento ao trabalho prestado nas fazendas, tornando o negócio do proprietário de terras mais lucrativo. Nas atividades de formação de fazendas, o fazendeiro mantinha com o trabalhador rural uma relação de produção de subsistência, onde eram plantados alimentos, como o milho, arroz e feijão. A permissão a esses plantios era, na prática, uma espécie de arrendamento de uma pequena área de terra que o trabalhador deveria pagar ao fazendeiro, por meio da sua força de trabalho, na formação das fazendas.

Assim, a mão-de-obra do trabalhador rural também passou a constituir lucro para o fazendeiro. Formar fazendas, limpar pastos, reparar cercas e exercer as tarefas do dia-a-dia tornou-se uma relação de débito e crédito para o trabalhador. Essa foi uma realidade vivenciada por muitos trabalhadores rurais, que hoje se encontram assentados na região de Cachoeirinha, conforme está evidenciado nos depoimentos da seção 3.

1.3 A outra face do desenvolvimento agrário brasileiro

O processo agrário que serviu de instrumento a favor do poderio econômico não conseguiu avançar em todo o território nacional. Martins (1981) afirma que a Lei de Terras não impediu o uso da terra por agregados, por sitiantes e por posseiros. Geralmente, quando o fazendeiro adquiria a terra, já encontrava morando, no imóvel, vários desses trabalhadores rurais. Apesar disso, o direito legal sobre a terra era do fazendeiro, o que constituía a desigualdade entre as duas classes sociais.

De acordo com Ribeiro (1997), nas regiões onde a economia não era de exportação, a terra não se condicionou ao mercado. Mesmo após a regulamentação tributária da terra, o sistema de posse continuou sendo considerado e permitido. No interior das

localidades afastadas da produção mercantilista, não houve bloqueio, no sentido de impedir que trabalhadores rurais pobres e livres fizessem as suas roças.

Esse autor constata a existência de fazendeiros que partilhavam as suas propriedades com famílias de posseiros. Na visão do autor, essas famílias trabalhavam por conta própria, seguindo os princípios culturais que traziam ao longo do tempo. Era uma situação que se diferenciava do modelo mercantilista. Essa estrutura não-comercial permitia o surgimento de pequenas propriedades, com base na posse de terra.

No interior de Minas Gerais, por exemplo, Moura (1988) analisa a presença de família de posseiros, anterior à sua expropriação, com uma relação de produção em terras devolutas. Nessas terras, sitiantes criavam o gado à solta, além de praticarem o extrativismo, fazendo coletas de plantas medicinais, no ambiente natural.

Também havia os agregados que moravam nas fazendas. Eles prestavam serviços aos proprietários da terra, ao mesmo tempo em que trabalhavam para a manutenção das suas próprias famílias. Havia também os sitiantes, que faziam as suas roças de milho e de feijão, mantendo um trabalho autônomo.

Conforme analisa Ribeiro (1997), havia, nas fazendas, uma relação de trabalho livre, onde ocorria a prática da repartição do uso da terra. Esses sitiantes ocupavam uma determinada área sob a permissão dos proprietários das terras. Esse modo de produção foi comum até o final do século XX, em muitas regiões do Brasil.

Ao repartir espaços com famílias de trabalhadores, o fazendeiro criava uma relação de amizade e de trabalho com os seus agregados, pois raras eram as fazendas que não possuíam esse tipo de trabalhador.

Entretanto, Martins (1981) destaca a subjugação a que se expunha o trabalhador rural que já vivia na terra, na relação de compadrio⁵ e de morador de favor. Em primeiro lugar, surge uma relação de troca de favores. Esse trabalhador, por morar em terra alheia, sentia-se endividado com o fazendeiro. Diante disso, além de quitar a dívida com o trabalho não pago, ele também se sentia na obrigação de manter uma lealdade com o fazendeiro, tendo de lutar pela terra alheia, sempre que necessário.

Em segundo lugar, esse trabalhador rural também era o responsável pela produção de alimentos que eram consumidos no interior das fazendas. Em muitos casos, era ele o

⁵ Por compadrio, Ricci (1999) entende a relação de amizade, com uma forte afetividade, entre o fazendeiro e os moradores da fazenda, o que representava uma ligação de parentesco. O compadre, no caso o fazendeiro, deveria assumir responsabilidades de um parente próximo, ajudando o afilhado, nesse caso o filho do morador, sempre que necessário. Com isso, as diferenças sociais eram diminuídas. Por outro lado, aumentava-se a necessidade de retribuição, quase que incondicional, dos benefícios recebidos.

responsável pela formação das fazendas, bem como pela execução do trabalho agropecuário. Evidenciava-se, então, a exploração moral e econômica do trabalhador rural brasileiro.

Na concepção de Ribeiro (1997), apesar da existência de uma estrutura agrária própria, o sistema capitalista não permitiu que os costumes típicos da população rural fossem reconhecidos pela legislação brasileira. As leis elaboradas para a regulamentação fundiária do país não consideraram as tradições históricas das relações sociais vivenciadas por trabalhadores rurais, em diferentes regiões do país. Ignoraram-se, portanto, as práticas não-capitalistas nas relações de produção de uso da terra.

A promulgação da Lei de Terras, de 1850 não reconheceu a existência do trabalhador rural, na relação de reprodução não-capitalista e provocou a transformação institucional da propriedade. Ao ignorar o direito de uso da terra, por parte do homem do campo, os conflitos começaram a surgir, visto que a terra passou a ter valor de mercado.

Ricci (1999) considera que as modificações provocadas pelo sistema capitalista de produção implicaram numa ruptura social no meio rural, ao introduzir, nas comunidades agrárias, uma relação mercantil, que pôs fim à existência de uma relação social entre o fazendeiro e o trabalhador rural. Surgiu uma nova relação social, voltada para o valor econômico.

Para esse autor, o trabalhador rural, ao se ver expropriado e ao se transformar em um simples empregado, sentiu-se injustiçado pelas perdas dos seus direitos. Assim, rompeu com a dependência moral, o que resultou na concretização de conflitos e nas mudanças no modo de vida desse homem rural. Na visão do autor, essa desagregação provocou a perda das referências sociais, ao mesmo tempo em que se constituiu em um novo modo de dominação.

Diante disso, Linhares e Silva (1999) constatam que o domínio da terra, ou seja, o controle sobre esse meio de produção tem gerado, no meio rural, um elevado número de trabalhadores sem-terra, que vem atender aos interesses da classe dominante, rompendo-se com a costumeira tradicionalidade. Para esses autores, a dominação da terra implica no que Marx chamou de expropriação do camponês.

1.4 A presença do camponês na história agrária brasileira

A História rural brasileira também é constituída pela presença da atuação do trabalhador rural, nas mais diferentes épocas. Segundo Martins (1981), em algumas regiões do país, esse trabalhador era denominado caipira, caiçara, caboclo, etc., palavras que ganhavam conotações variadas, muitas vezes pejorativas. Enquanto na Europa e em alguns países da

América Latina, esse trabalhador era conhecido como camponês, no Brasil, o vocábulo camponês somente veio a ser utilizado em meados dos anos de 1950. Até então, não existia o emprego desse termo.

A partir de 1950, o vocábulo camponês foi importado e associado a uma ideologia político-partidária, trazida pelo Partido Comunista do Brasil (PCB)⁶, tornando-se um termo político, que buscou a conotação de luta do trabalhador rural. Nesse período, iniciou-se a manifestação da vontade política do camponês: a revolta contra a opressão e a coragem de denunciar a exploração do trabalhador do campo. Com isso, impregnou-se, no termo, a idéia de oposição ao sistema capitalista do país.

Para Novaes (1987), o termo camponês não foi simplesmente inserido no vocabulário brasileiro. Embora tenha trazido uma concepção de luta no campo, aos moldes de alguns países europeus, ele foi introduzido, no sentido de qualificar o trabalhador rural engajado na luta política, sendo, portanto, uma marca da sua identidade social.

Ainda segundo a autora, camponês passou a ser símbolo do trabalhador rural pobre e explorado, mas que conseguiu se articular coletivamente e incorporar-se aos movimentos políticos e sociais, especialmente as Ligas Camponesas Brasileiras, que lutavam contra o latifúndio e em favor da reforma agrária; ganhou espaço dentro da sociedade brasileira; representou o trabalhador rural politizado e defendeu a sua permanência na terra. Tornou-se solidário com aqueles que eram assalariados rurais e não recebiam pelos trabalhos prestados, sendo, portanto, a representação da luta pela justiça e pelos direitos no campo.

Martins (2003) também identifica o camponês como o indivíduo que possuía pequena propriedade rural, onde produzia e vivia do fruto da sua produção, sem vender a sua força de trabalho. Poderia ser proprietário do imóvel, arrendatário ou meeiro, desde que utilizasse a terra como se fosse sua, de forma independente. O camponês é um cidadão que luta contra a expansão do capitalismo que resulta na expulsão, na desapropriação e no desenraizamento e, ao mesmo tempo, defende a sua própria preservação e permanência na terra.

Por conseguinte, o camponês brasileiro se tornou estigmatizado. Na memória coletiva social, um comunista era considerado um subversivo político. Como excluído socialmente e perseguido pela classe dominante, esse camponês fez parte da história política

⁶ O Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi fundado no ano de 1922 e denominado como Partido Comunista do Brasil. Foi legalmente reconhecido em 1945; mas em 1947 o registro do partido foi cassado, retornando à clandestinidade. Em 1961 passa a ser chamado Partido Comunista Brasileiro, devido a dissidência entre os seus membros. (Disponível em www.wikipedia.org Acesso em 05.jan.2009). Segundo Novaes (1987), esse foi o partido que deu atenção maior às questões voltadas para o campesinato, quando, em 1954, introduziu a discussão sobre a reforma agrária no seu IV Congresso.

do Brasil. Para efeito de ilustração, Santos (1985) constata que os lavradores expulsos de Cachoeirinha, objeto desta pesquisa, foram considerados comunistas, pela elite dominante da região. Com esse argumento, justificava-se a violenta expulsão sofrida por aqueles posseiros.

Todavia, durante o período do regime militar, o movimento camponês foi subjugado a um longo silêncio. Na concepção de Novaes (1987), nesses governos, o termo camponês, ao ser julgado como uma conotação política, foi colocado fora de uso. Além do mais, foi impostamente substituído por outros, considerados neutros e técnicos, como, por exemplo, agricultor de baixa renda, trabalhador rural ou rurícola. Apesar disso, os inúmeros problemas agrários brasileiros existentes não foram solucionados. Pelo contrário, vieram a ser agravados, em decorrência do modelo econômico e político adotado pelos militares, que marginalizou o trabalhador rural brasileiro.

Como consequência do novo modelo político-econômico, Linhares e Silva (1999) destacam as alterações no modo de vida desse camponês: grande parte desse grupo social, ao perder a sua terra, tornou-se trabalhador rural sem terra ou assalariado, proletário urbano ou agrícola. Sugere-se que essa transformação, originada no capitalismo, provocou a modernização no campo. No entanto, a modernidade agrícola não aconteceu de forma homogênea. A diferença se consistiu na grande e na pequena produção.

Com isso, o camponês, para alcançar a sua sobrevivência e da sua família, precisou competir com o proprietário da grande produção, que era aquele que se beneficiava da modernização tecnológica. Nessa competição, esse camponês necessitou de elevar a sua produção familiar, incluindo o aumento de horas trabalhadas, o que representou, em muitos casos, abandono do modo antigo de se relacionarem socialmente.

1.4.1 Do agricultor familiar

A atividade econômica da família⁷, segundo Chayanov (1974), encontra-se atrelada à disponibilidade dos seus membros. Quanto maior a unidade familiar, maior a força de trabalho, o que, de certa forma, influencia a sua organização econômica. O estímulo básico da família trabalhadora é a satisfação de suas necessidades de consumo. A produção aumenta conforme o número de consumidores.

Assim, para o autor, em determinada época, a força de trabalho é intensificada, podendo aumentar o número de dias trabalhados, como o número de horas de trabalho durante

⁷ Por família, na concepção de Chayanov (1974), incluem-se as pessoas que comem sempre na mesma mesa e da mesma panela.

o dia. Também as condições favoráveis para o trabalho permitem aumentar, consideravelmente, a produção, o que pode gerar aumento da renda, resultando em bem-estar da família e em menor intensidade de trabalho, durante o ano.

Na visão de Abramovay (2007), o agricultor familiar vive em sociedade, com normas e hierarquias próprias, que geralmente são voltadas para a família e para a comunidade, o que não caracteriza isolamento. Entretanto, o avanço do capitalismo no meio rural, eliminando as práticas antagônicas da acumulação de riqueza, não conseguiu acabar com a produção familiar, que vem sendo apoio ao próprio capitalismo agrícola.

Além disso, para o autor, geralmente, as práticas mercantis podem ser substituídas pela prática da reciprocidade, o que corresponde a uma ética de subsistência pertencente à sua economia moral. Há, também, uma prática social de auxílio mútuo, ou seja, um compromisso de ajuda coletiva, envolvendo a totalidade dos membros da comunidade.

Assim, “uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa” (ABRAMOVAY, 2007, p. 33).

Para Schneider (2003), a emergência do termo agricultura familiar na literatura brasileira ocorre, quase que concomitantemente na década de 1990, em duas esferas: uma no campo político – a adoção desse termo se relaciona às lutas que os movimentos sociais travaram nas discussões sobre o espaço e o papel dos pequenos produtores rurais no processo de integração comercial e econômica dos países que integram o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Outra, nos trabalhos acadêmicos, que buscavam novos referenciais teóricos e analíticos. O autor constata que a discussão sobre a agricultura familiar, no Brasil, projetou recentemente, tornando-se uma nova categoria no campo político.

Por sua vez, conforme Veiga (2007) e Schneider (2003), o termo agricultura familiar é amplamente adotado em países desenvolvidos, com alto índice de desenvolvimento social e econômico. O agricultor familiar está inserido no mercado, recebe incentivo do Estado, financiamento e créditos agrícolas, ao mesmo tempo em que inibe a agricultura patronal. Esse ator social exerce, na maior parte das vezes, a pluriatividade agrícola, ou seja, não depende exclusivamente da renda da produção agrícola. Na atualidade, representa a categoria de sítiantes, meeiros, parceiros, assentados, etc..

Também para Leite e Ávila (2007), a agricultura familiar é um meio de o pequeno produtor produzir para o mercado, uma vez que é ele mesmo que administra a produção e os lucros, sem necessidade de contratar mão-de-obra. Com o controle da situação e com políticas

públicas adequadas, esses trabalhadores podem inovar e investir na produção, por meio da formação de cooperativas.

1.5 O meio agrário brasileiro – República Nova (1945 – 1964)

A partir da Revolução de 1930, conforme analisam Linhares e Silva (1999), o setor agrário brasileiro enfrenta uma crise econômica, sendo obrigado a se submeter a algumas modificações. Em função da modernização urbana e com grandes dificuldades de gerar renda, exportar a produção e com perda da autonomia política, se vê pressionado a produzir, para suprir o mercado interno.

Em conformidade com esses autores, frente à crise política vivida pela oligarquia brasileira, os trabalhadores rurais, mesmo que timidamente, começam a ganhar espaço na política brasileira. Conquistar as cidades, com meta de alcançar o campo, uma bandeira do governo, favorece, politicamente, esses trabalhadores rurais. Surgiram propostas de criação de assentamentos, em forma de arrendamento e de expansão das fronteiras agrícolas do país, além de culminar com a idéia de tirar o país da morosidade e preencher os espaços geográficos tidos como vazios, que poderiam se transformar em ameaça à nação. Assim, em 1933, pela primeira vez no Brasil, ocorreram desapropriações de terras, por utilidade pública. Também, nesse período, se iniciou a chamada questão agrária brasileira: o campo é percebido como um problema e um obstáculo ao desenvolvimento do país.

Ainda de acordo com Linhares e Silva (1999), no governo Vargas, a hegemonia do setor agrário, a monocultura e a dependência com relação ao capital estrangeiro são fortemente combatidas. Nesse período, a legalização das posses em áreas públicas somente se tornou possível, por meio de título da propriedade; pagamentos de terras desapropriadas eram efetuados com base na avaliação realizada para pagamento de impostos e o Estado assumiu a responsabilidade das terras públicas. Essas medidas foram consideradas contrárias aos latifúndios. Entretanto, apesar de as mudanças propostas por esse governo terem contrariado o poder oligárquico brasileiro, não ocorreram, no Brasil, mudanças significativas na estrutura fundiária, tampouco a realização da reforma agrária.

Mesmo diante de propostas de integração com a política do governo Vargas, os trabalhadores rurais não se beneficiaram das garantias trabalhistas, autorizadas pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), o que possibilitou o continuísmo da exploração desses cidadãos. O Estado, por não unificar os direitos do cidadão, permitiu a continuidade da violência rural e a ilegalidade na posse das terras. Apesar disso, em conformidade com

Medeiros (2002), esse governo legitimou o trabalhador rural como uma categoria, possibilitando diferenciá-lo do grande proprietário rural.

Com a constituição de 1946, a legislação agrária do governo Vargas foi revogada, com perdas para o trabalhador rural, enquanto os latifundiários retomavam ao poder. Mesmo assim, nesse período, a economia agrária brasileira entrou em declínio, diminuindo, de forma significativa, a população rural (LINHARES; SILVA, 1999).

Embora a Constituição Brasileira de 1946 tenha reconhecido a função social da terra, o campo brasileiro se constituiu de preocupações oriundas de demandas do trabalhador rural. Medeiros (2002) admite que, na década de 1950, a reforma agrária se tornou o principal objetivo desse trabalhador, que contou com a mediação do PCB.

Com proposta de acabar com o latifúndio, distribuindo terras para trabalhadores sem terra, o PCB pretendia efetivar mudanças na estrutura fundiária brasileira. Segundo Medeiros (2002) e Ricci (1999), a luta pela reforma agrária e as resistências de lavradores contra as expulsões de suas terras se tornaram a bandeira da sociedade camponesa. Para esse partido, o país alcançaria o seu desenvolvimento, somente com a concretização da reforma agrária.

Nessa mesma época, foi introduzido o termo latifundiário⁸, para conceituar o proprietário de terras, ou seja, aquele que não pertence às categorias de arrendatário, meeiro, ocupante, sitiante. Conceituou-se latifúndio como a grande propriedade improdutiva, muitas vezes ausente de tecnologia. Ao denotar poder e opressão, foi criticado por parte da sociedade e contextualizou a questão agrária brasileira. Latifúndio passa a ser, portanto, “um conjunto de normas, atitudes e comportamentos atualizados pelo conjunto dos proprietários rurais, respaldados nas instâncias de poder local” (NOVAES, 1987, p. 98).

Com o fortalecimento dos trabalhadores rurais na política, foi fundada, em 1954, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). Segundo Martins (1981), essa instituição seria um facilitador da ligação entre os trabalhadores do campo e os operários urbanos. Posteriormente, ela se tornou o embrião da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

Nessa mesma década, em conformidade com Medeiros (2002), movimentos sociais, como as Ligas Camponesas e setores da Igreja Católica, se posicionaram sobre a necessidade de se realizar a reforma agrária no Brasil. Embora com objetivos semelhantes, esses movimentos se diferenciavam em suas propostas políticas.

⁸ Para Martins (1981) o vocábulo latifundiário é uma palavra política, enraizada nas lutas e nos confrontos entre as classes sociais, bem como o vocábulo camponês.

Segundo Martins (1981), as Ligas Camponesas surgiram no Nordeste⁹, em 1955, em um contexto de ampla crise política regional. No início, elas contaram com o apoio do PCB, fazendo oposição à Igreja Católica. Posteriormente, como força política, elas passaram a representar um símbolo de luta pela terra. Propondo uma reforma agrária mais radical, defendiam o fim do monopólio da terra e a sua estatização. Para tanto, esses grupos sociais organizavam treinamentos de guerrilha no campo.

Em meados de 1961, várias Ligas são convertidas em sindicatos, gerando uma disputa com o PCB. Em conformidade com o autor, essas disputas foram provocadas por divergências políticas: enquanto as Ligas propunham revolução no campo, com vistas ao socialismo brasileiro, o PCB, juntamente com a burguesia, se direcionava para estratégias de mudanças pacíficas, o que resultaria em uma possível revolução democrático-burguesa.

Também a Igreja Católica, mesmo se declarando contrária aos ideais comunistas, se manifestava a favor da reforma agrária. De acordo com Medeiros (2002), essa instituição foi favorável à pequena propriedade rural; denunciou as precárias condições de vida dessas populações; pregou a necessidade de políticas públicas específicas para o campo e o acesso à terra. Assim, ela se tornou defensora da reforma agrária e da desapropriação, com indenização para o proprietário da terra.

Apesar disso, segundo Ricci (1999), a Igreja Católica, ao pleitear a reforma agrária, tinha como finalidade conter a revolução no campo e a revolta da população pobre. Para tanto, ela contava com o apoio do governo e também o apoiava no combate a projetos anti-comunistas. Contrária aos ideais políticos de reforma agrária classificava os movimentos ligados ao PCB como oportunistas e demagógicos.

No início da década de 1960, a Igreja Católica, além de conter a agitação revolucionária no campo, apoiava a proposta desenvolvimentista agrícola brasileira e despertava o interesse da população rural para o uso de tecnologias. Nessa concepção, a inserção desse trabalhador na modernização agrícola representou uma possibilidade de ascensão social.

De acordo com Novaes (1987), também nos anos de 1960, a Igreja Católica, com apoio do Governo, promoveu a criação dos sindicatos rurais. Também, segundo Martins

⁹ Martins (1999) relata que, no início as Ligas se constituíam num movimento religioso e legalista. Em meados dos anos de 1950, um grupo de arrendatários, no interior de Pernambuco, pediu ao fazendeiro autorização para criar uma cooperativa funerária, com a finalidade de diminuir os custos no sepultamento dos seus mortos. Tendo a autorização negada e ameaçados de perderem as terras que arrendavam para o plantio das suas lavouras, esses trabalhadores resolveram procurar o deputado socialista e advogado Francisco Julião. Esse advogado tenta legalizar a situação dos trabalhadores, no sentido de fazer valer os seus direitos. Também em conformidade com Novaes (1987), inicialmente, as Ligas eram conhecidas como Associações de Lavradores e Trabalhadores Rurais.

(1981), houve uma disputa entre o PCB e a Igreja na fundação e no reconhecimento, pelo Estado, dos sindicatos dos trabalhadores rurais. A regulamentação dos sindicatos rurais brasileiros se deu em 1962.

A sindicalização rural, para Novaes (1987), foi uma estratégia de esvaziamento das Ligas Camponesas. Para Ricci (1999), a regulamentação desses sindicatos foi, ainda, uma estratégia, do governo, de conter os movimentos rurais mais radicais.

De acordo com Martins (1981), o cenário agrário brasileiro também favoreceu a atuação dos movimentos pró reforma agrária. No campo, havia revolta, insatisfação pelas políticas públicas, aumento da miséria e expulsão de trabalhador rural de suas terras. Essa tensão se alastrava, por quase todo o país, culminando com a Revolução Cubana, em 1959, que para o governo, constituiu em ameaça. Assim, afloraram-se os movimentos contrários à concentração de terras e várias propostas de reforma agrária foram elaboradas. Enquanto isso, os proprietários de terra articulavam, junto aos políticos brasileiros, contrários aos movimentos e às propostas de reforma agrária.

Por sua vez, os anos 50 e o início dos anos 60 do século passado foram marcados por novas necessidades. A proposta de desenvolvimento no campo seria uma forma de aumentar a produção de matéria-prima para a indústria brasileira e baratear os salários. Para Linhares e Silva (1999), esse foi um período marcado pela grande concentração de terras, com latifúndios improdutivos e pouco representativos para a economia nacional. A causa do atraso na economia, para muitos intelectuais, foi devido às dificuldades do setor agrário para suprir as cidades com alimentos.

Também nesse mesmo período, as principais metas do governo foram a economia e a indústria, priorizando, sobretudo, o desenvolvimento econômico do país. Na visão de Medeiros (2002), as propriedades improdutivas foram consideradas empecilhos às metas almejadas. Seria necessário, portanto, converter o homem rural em um consumidor; o desafio seria elevar o seu nível de vida. Para alcançar esse desenvolvimento e transformá-lo em uma questão nacional, a reforma agrária tornou-se um consenso.

Em 1963, foi promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural, que, em conformidade com Martins (1981), também contribuiu com o esvaziamento das Ligas Camponesas. Esse Estatuto priorizava as questões relativas ao trabalhador rural assalariado, garantindo-lhe, também, direitos previdenciários. Embora medidas tenham sido adotadas, visando a beneficiar o trabalhador rural, a maior parte dos proprietários de terras deixou de cumpri-las.

Em Minas Gerais, nesse período, os trabalhadores rurais reivindicaram da Superintendência de Política Agrária (SUPRA) a distribuição das terras da Fazenda Federal,

localizada nesse estado. Essa era uma fazenda experimental, ocupada por grandes fazendeiros. Em conformidade com Martins (1981), essa reivindicação incitou a ira dos fazendeiros, que organizaram as suas milícias. O dia 30 de março de 1964 seria a data prevista para a entrega das terras, que, provavelmente, se daria com confronto. Com isso, logo no início do golpe de Estado que implantou a ditadura militar, as ações de fazendeiros armados já eclodiam contra os trabalhadores do campo.

1.6 As políticas agrárias no Regime Militar

Em 1964, implantou-se, no Brasil, o regime militar. Segundo Silva (2004), esse regime priorizou a modernização do país, sendo diretamente influenciado pelas políticas econômicas norte-americanas. O governo brasileiro seguiu, sistematicamente, as orientações dos programas de assistência econômica, destinados aos países de terceiro mundo. Ao implantar a modernização no campo, objetivando o aumento da produtividade, o modo de produção tradicional foi substituído pelas máquinas e pelos insumos agrícolas. Para assegurar essa alteração no sistema de produção agrária, os governos militares criaram o Estatuto da Terra.

O Estatuto da Terra, criado pela Lei nº 4504, de 30 de novembro de 1964, simbolizou a institucionalização da lei de reforma agrária brasileira, com vistas para a modernização do campo. Segundo Medeiros (2002), esse documento compôs-se de dois objetivos específicos: o primeiro referiu-se à reforma agrária e o segundo, ao desenvolvimento econômico da nação, sendo, também, uma tentativa de atender às reivindicações sociais. Entretanto, as forças políticas das oligarquias brasileiras conseguiram fazer com que as desapropriações fossem inviabilizadas. Por meio de incentivos fiscais e de créditos fáceis, destinado ao grande proprietário de terra, prevaleceu a modernização tecnológica no campo.

Para a reforma agrária, foram definidas as áreas que estariam sujeitas às desapropriações. A partir desse Estatuto, os imóveis rurais foram classificados em minifúndios e latifúndios. Minifúndios, os imóveis que, por suas pequenas extensões de terras, não eram suficientes para garantir a subsistência do produtor rural e de sua família. Os latifúndios foram classificados em: latifúndio por exploração – aquele em baixa média de produtividade; latifúndio por extensão – imóvel rural com extensão de terra superior a 600 módulos. Também foram criadas categorias para as empresas rurais: produtividade,

aproveitamento do imóvel, cumprimento da legislação trabalhista rural e preservação ambiental.

Segundo Leite *et al.* (2004), esses conceitos serviriam para identificar áreas a serem desapropriadas pela reforma agrária, eliminando os minifúndios e os latifúndios, especialmente em regiões onde se registrava foco de tensão. Entretanto, a reforma agrária se tornou uma política para resolver conflitos de terras.

De acordo com Martins (1984), no período de 1965 a 1981, no Brasil, realizaram-se apenas 124 desapropriações, sendo que, nesse mesmo período, registraram-se 490 conflitos agrários. Enquanto que, no período de 1972 a 1983, segundo Minc (1985), as áreas consideradas latifúndios aumentaram de 280 milhões para 409 milhões de hectares.

O Estatuto da Terra, para Martins (1984), tornou-se estratégia de estímulo e de prioridade para as questões referentes ao desenvolvimento e às implantações das empresas rurais. Para o autor, o principal beneficiado dessa lei foi o empresário rural. Além disso, o Estatuto não contemplou a reforma agrária, de acordo com as reivindicações dos trabalhadores sem-terra ou com pouca terra. Com esse Estatuto, a concentração de terras e a expropriação do trabalhador rural tomaram maior amplitude. A desapropriação ocorreu com os programas de colonização e em casos de tensão social grave. Para os demais casos, a solução era a criação de grandes empresas rurais, com incentivos fiscais.

Em conformidade com Medeiros (2002), as mudanças provocadas pela modernização agrária abriram espaços para as inovações tecnológicas e proporcionaram o crédito fácil e barato ao grande fazendeiro.

Também, segundo Linhares e Silva (1999), a inovação tecnológica na agricultura brasileira foi caracterizada por: mecanização com tecnologia; incorporação de insumos e fertilizantes; crescimento da produção, sem corresponder no aumento da renda do trabalhador; permanência da concentração de terras; juros baixos; ampliação da agroindústria; capitais financeiros acoplados aos capitais agroindustriais e agrocomerciais; incentivos fiscais em áreas agrícolas industriais e adoção de política agrária internacional.

Segundo Martins (1981), a partir de 1964, os conflitos de terras foram marcados por muita violência. Em quase todo o território nacional, havia registros da luta pela terra, excetuando somente a Ilha de Fernando de Noronha. O elevado índice de conflito no campo tinha as suas causas nas políticas de incentivos fiscais. Elas despertavam o exacerbado interesse dos capitalistas pela terra, passando a ser um instrumento de disputa entre camponeses e fazendeiros.

Esse Estatuto não foi capaz de solucionar muitos dos inúmeros conflitos eclodidos no campo. Segundo Martins (1984), o conflito pela terra possui as suas particularidades. As soluções dos mesmos dependem de diferentes fatores e circunstâncias. Para esse autor,

Às vezes, um caso pode se arrastar durante meses, anos e até dezenas de anos, como aconteceu com os lavradores de Cachoeirinha, no norte de Minas Gerais, há 16 anos despejados e aguardando uma solução para seu caso, razão por que acabam de ocupar as terras de que foram expulsos (MARTINS, 1984, p. 94).

As repressões foram uma maneira encontrada pelos governos militares de abafar os conflitos agrários. A luta pela terra foi apoiada pelos partidos de esquerda, mais precisamente pelo PCB e por uma parte dos bispos e dos padres da Igreja Católica. Segundo Ricci (1999), enquanto a igreja concebia o desenvolvimento como uma possibilidade de ascensão social e harmonia entre as classes, os comunistas acreditavam que esse mesmo desenvolvimento aumentaria as desigualdades sociais.

Essas duas instituições articularam no sentido de efetivar, no meio rural brasileiro, as práticas sindicalistas, especialmente no período de 1960 a 1965, o que possibilitou uma atuação sindical no período do regime militar. Ricci (1999) destaca a atuação da CONTAG, instância máxima da estrutura sindical de trabalhadores rurais, que foi fundada em 1963. No regime militar, essa instituição sofreu uma intervenção, sob o pretexto de acabar com a corrupção e a revolta no campo.

Em conformidade com Martins (1984), esses governos acabaram com o caráter de reivindicação de terras e de negociações dos sindicatos rurais, impedindo, também, discussões acerca da estrutura fundiária brasileira e da luta pela terra. Isso resultou no enfraquecimento político dos sindicatos, que ficaram nas mãos do governo.

Apesar das intervenções, de acordo com Ricci (1999), esse foi um período em que os sindicatos rurais brasileiros se proliferaram. Esse autor constata, ainda, que, nas regiões onde a igreja católica atuava, os movimentos sindicais não sofreram retaliações. Por outro lado, as práticas sindicais se concretizavam na perspectiva do Estado. Assim, a CONTAG orientava os sindicatos, no sentido de se relacionarem com as instituições governamentais.

Novaes (1987) também reconhece que esses governos apenas permitiram a participação do sindicato rural, por contar com o apoio da Igreja. No entanto, eles impediam a atuação dos sindicatos urbanos, bem como eliminava a ação das Ligas Camponesas, sobretudo dos seus líderes.

Por outro lado, segundo Medeiros (2002), o apoio que a CONTAG dava aos trabalhadores rurais se identificava com os princípios do Estatuto da Terra: ambos defendiam

a reforma agrária, a partir da desapropriação da terra improdutiva. Ao adotar esse princípio, a CONTAG foi fortemente criticada, até mesmo pela Igreja Católica, por apenas denunciar os desmandos da política agrária, omitindo-se quanto às ações práticas.

Mesmo assim, ainda em conformidade a autora, no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, essa confederação assumiu um papel importante na sociedade brasileira. Lutou em favor dos direitos do trabalhador rural e defendeu a melhoria social no campo. Ela também propôs institucionalizar a perda sumária da terra considerada não produtiva. Ao adotar essa postura, foi perseguida por proprietários de terra, pela polícia militar e pelo exército.

Embora a Igreja Católica tenha se aliado aos interesses dos governos militares, conforme destaca Novaes (1987), parte dela se afasta dos interesses políticos e econômicos dos militares. Esse afastamento se deu ora de forma compulsória, ora de forma voluntária.

Diante disso, a Igreja se posiciona frente à questão da distribuição de terras. Para ela, essa distribuição não era feita de forma justa, mas de forma a acumular o capital. Conforme analisa Martins (1999), a Igreja, em 1973, elaborou um documento se posicionando contrária ao desenvolvimento econômico, proposto pelo Estado, por considerar que o capitalismo em questão não eliminava a pobreza rural. Para ela, esse desenvolvimento resultava na fome, na miséria e na violência. Denunciou assassinatos e repressões ao trabalhador rural, bem como o judiciário brasileiro, que agia de forma a beneficiar os latifundiários. Ao assumir o papel de defensora do trabalhador rural, a Igreja também sofreu perseguições desses governos.

Em 1975, foi criada pela igreja católica a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que teve como objetivo apoiar os trabalhadores rurais e incentivá-los a resistir e defender os seus direitos. Segundo Medeiros (2002), essa comissão também combateu o latifúndio e acusou o Estado de submeter a responsabilidade da reforma agrária aos desmandos de latifundiários e das oligarquias. Ela também foi mediadora de conflitos agrários.

Com a perseguição e a violência contra trabalhadores rurais, um grande número de famílias deixou as suas terras, ora migrando para os centros urbanos, ora saindo para trabalhar nas empresas rurais de outras localidades, especialmente na Amazônia. Esses migrantes trabalhavam nas colônias como peões, muitas vezes escravizados e violentados por capatazes e pistoleiros. Na visão de Martins (2003), essas empresas, além de explorarem a mão-de-obra rural e degradarem o meio ambiente, também expulsavam posseiros que viviam nessas localidades há décadas e décadas.

Segundo Linhares e Silva (1999), os movimentos sociais favoráveis à reforma agrária brasileira eram considerados, pelos militares, subversivos. A questão agrária não foi uma prioridade desses governos. A preocupação com a economia do campo consistia em facilitar a entrada do capital estrangeiro com maquinários e insumos. Do ponto de vista social, a preocupação com o setor agrário se resumia na repressão contra os movimentos populares, sindicatos de trabalhadores rurais e lideranças camponesas, que, por lutarem em prol da reforma agrária e defenderem o bem-estar no campo, eram considerados comunistas.

Enquanto as perseguições eram concebidas como forma de manter a ordem no campo, os governos militares desconsideravam a formação de grupos armados de jagunços, que atendiam às ordens dos proprietários de terras de perseguirem, ou de matarem aqueles que pertenciam aos grupos de resistência.

No regime militar, a repressão contra os trabalhadores rurais e lideranças foi uma forma de facilitar a acumulação de riqueza pela elite e de inserir o país em uma economia globalizada. Martins (2003) admite um distanciamento entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, na economia capitalista, imposta por esse regime. Com isso, as perseguições eram, também, uma maneira de impedir que a sociedade brasileira tomasse consciência do elevado índice de desigualdade, de explorados, de trabalhadores expulsos de suas terras e da violação de direitos enfrentados no campo, por exemplo. Além disso, o regime militar também resultou em despejos de trabalhadores rurais que

[...] foram obrigados a deixar as propriedades em que habitavam para morar “nas ruas”, isso é, nas periferias de pequenos e médios núcleos urbanos. Rapidamente se expandiram verdadeiros povoados nas “beiras da pista”, sobre terras públicas, ao longo das principais rodovias do estado. Aos despejos, seguia-se a derrubada de casas que demonstrava a decisão dos patrões de não reproduzir as antigas relações da morada ou de arrendamento (NOVAES, 1987, p. 168).

A expulsão das 212 famílias de Cachoeirinha, objeto desta pesquisa, em 1967, ilustra as repressões contra trabalhadores rurais no Brasil.

Assim, Bruno (2002) constata que, no final dos anos de 1970, o regime militar já sinaliza para uma possível crise. Insatisfeita, a sociedade brasileira, tanto urbana quanto rural, se mobiliza em favor das eleições diretas e de um governo que se voltasse para o desenvolvimento social do país. Em meio à crise desse regime, a Nova República é pensada.

1.7 A reforma agrária na Nova República - governos Sarney, Collor e Itamar

A Nova República desperta a esperança de uma reforma agrária efetiva. Segundo Medeiros (2002), logo no seu início, o governo José Sarney criou o Ministério de Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD). Embora tenha sido criado com a finalidade de promover a reforma agrária, o mesmo não representou grandes avanços relativos a essa questão.

De acordo com Martins (1999), esse novo regime contou com a aliança e a participação das oligarquias brasileiras. Na composição do MIRAD, também, prevaleceram-se critérios oligárquicos, que davam continuidade ao clientelismo.

Mesmo assim, no seu início, surgiu a proposta da elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA). Na visão de Bruno (2002), esse Plano teria como meta a distribuição de terras com justiça, promovendo um maior compromisso social para com os trabalhadores rurais, que foram excluídos pelos programas de modernização conservadora.

As propostas do I PNRA contemplavam a reforma agrária como prioridade. Segundo Medeiros (2002), esse plano propunha a desapropriação por interesse social; indenizações das desapropriações com base nas declarações do imposto territorial rural; assentamentos como programa básico; assentar, em 15 anos, cerca de 7 milhões de trabalhadores; participação das organizações representativas dos trabalhadores rurais e reforma agrária como programa social.

Minc (1985) identificou, nesse plano, um desejo da sociedade em realizar a reforma agrária brasileira, de participar efetivamente do processo de reconquista da terra e de ruptura com o regime militar. A sua elaboração contou com a participação popular, da CONTAG, de comunidades de base e de cooperativas. Apesar da atuação da sociedade, o Movimento de Trabalhadores Sem-Terra (MST)¹⁰ optou pela não adesão, por considerar as propostas tímidas e insuficientes para a realização de mudanças.

No entanto, esse plano foi altamente criticado, por ter como princípio o Estatuto da Terra e pelo envolvimento da elite rural que apoiou o governo Sarney. Para Guiducci Filho (2001), isso contrariou os anseios de mudanças de vários segmentos da sociedade brasileira.

¹⁰ Segundo Bruno (2002), é nesse período que se inicia a nova identidade “sem-terra” e as ocupações de terras. O Movimento de trabalhadores Sem-Terra (MST) surgiu no Rio Grande do Sul, posteriormente fazendo-se presente em outros estados brasileiros. As suas ações se destacam nas ocupações de terras, nas críticas ao latifúndio e nas pressões feitas ao governo. Com a estratégia de acampamentos, ocupações e marchas atrai a atenção da mídia e da sociedade, ao mesmo tempo em que tenta mostrar os benefícios da reforma agrária à sociedade brasileira como um todo. Para Medeiros (2002), as atuações do MST recolocam a reforma agrária como uma das prioridades políticas do país.

Somado a isso, o I PNRA não contava com o apoio político institucional e partidário consistente. Segundo Bruno (2002), poucos foram os deputados, senadores, ministros e governadores que se posicionaram, em público, favoravelmente a ele, visto que a reforma agrária contrariava os interesses da elite agrária brasileira.

Essa insatisfação dos grandes proprietários de terra ganhou espaço na imprensa nacional e contou com o apoio de quase todos os principais editoriais do país. Eles exigiram a participação da classe patronal rural na elaboração do I PNRA, impuseram a intangibilidade da propriedade de terras e, ainda, a condução nas políticas de reforma agrária.

Embora parte da oligarquia tenha apoiado o I PNRA, segundo Medeiros (2002), ele foi altamente combatido pela bancada ruralista, denominada União Democrática Ruralista (UDR). A UDR propôs o enfrentamento armado dos fazendeiros contra os que lutavam pela terra.

Segundo Linhares e Silva (1999), a UDR foi apoiada por industriais e latifundiários. Esse grupo possuía decisiva influência nas votações do Congresso Nacional, conseguindo, sobretudo, impedir a aprovação de políticas favoráveis à reforma agrária nacional.

A alteração dessas políticas somente foi possível devido ao apoio que muitos parlamentares (inclusive candidatos à Assembléia Nacional Constituinte) receberam da UDR. Em conformidade com Silva (1996), a UDR teve como finalidade atender aos interesses dos grandes proprietários rurais, cujas terras eram, na maioria dos casos, ociosas. Para conseguir os seus objetivos, os uderristas sempre articularam com a classe dominante, no combate à reforma agrária.

Nesse contexto, o I PNRA entrou em vigência por Decreto Nº 91.766, de 10 de outubro de 1985, prevalecendo a negociação com os proprietários das terras, representados pela UDR, em detrimento às propostas originadas nos movimentos sociais. Medeiros (2002) destaca as alterações, no que se refere à desapropriação de terras. O imóvel considerado latifúndio por exploração ou dimensão não seria desapropriado, desde que apenas parte dele fosse produtiva, limitando, assim, a função social da terra.

Essas alterações contrariaram as reivindicações dos diversos movimentos sociais. De acordo com Guiducci Filho (2001), o I PNRA se direcionou especialmente para o aumento da produtividade, por meio de contratos firmados com grandes empreiteiras, nos projetos de irrigação. O saldo final do governo José Sarney, em relação à aplicação das políticas fundiárias, foi a manutenção do latifúndio. Apenas 90.000 famílias foram assentadas, sendo que a meta inicial seria assentar 1.400.000 famílias.

Apesar da derrota da sociedade civil, as discussões em torno do I PNRA abriram espaços, na constituinte, para o tema reforma agrária. Entretanto, Medeiros (2002) constata que, por influência de proprietários de terras, esse tema foi bloqueado no Congresso Nacional. Assim, o texto da Constituição Brasileira, de 1988, deixa brechas para que as propostas de reforma agrária não atendessem ao interesses do trabalhador rural. Inviabilizada a reforma agrária, o latifúndio se mantém na estrutura fundiária do país.

Segundo Linhares e Silva (1999), O governo José Sarney foi marcado pela ausência de ações nas políticas fundiárias, tendo como consequência um significativo número de violência rural. Por outro lado, conforme Linhares e Silva (1999), nesse período, os trabalhadores rurais se organizam, apesar do número de lideranças mortas, a mando de latifundiários impunes. A partir de então, as políticas agrárias foram alteradas, conforme os interesses dos governos, que eram os representantes da oligarquia brasileira.

Em 25.02.93, foi aprovada a Lei Agrária, número 8629, que regulamentou a Constituição Federal. Em conformidade com Medeiros (2002), essa lei estabeleceu que o imóvel que não cumprisse a sua função social estaria sujeito à desapropriação; manteve critérios para definição de função social; priorizou as terras devolutas para o processo de reforma agrária e eliminou o termo latifúndio, como categoria, substituindo-o por módulo rural¹¹.

De acordo com a autora, o processo de desapropriação se tornou passível de discussão judicial. Esse foi um ponto polêmico, visto que aumentou as dificuldades na desapropriação de terras (o poder judiciário passa a ter prerrogativas para efetuar despejos, arbitrar valores de terras desapropriadas, etc.).

Além disso, durante esse governo, apresentaram-se tentativas de mudanças estruturais, que, de certa forma, alteraram as concepções do trabalhador rural, surgindo novos modelos de economia e desenvolvimento rural.

A inauguração da “Nova República” coincidiu com a substituição do posseiro pelo *sem-terra*, seja no discurso dos agentes políticos, seja nas reivindicações e na definição dos objetivos da luta pela reforma agrária; a luta pela permanência na terra foi rapidamente suplantada pela luta por desapropriações e assentamentos dos trabalhadores sem-terra e, particularmente, pelo impacto das ocupações de terras (MARTINS, 1999, p. 150).

¹¹ O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) conceitua módulo rural como uma unidade de medida em hectares. O seu objetivo é analisar a dimensão, as situações geográficas e o aproveitamento econômico do imóvel a ser avaliado.

1.7.1 Dos governos Collor e Itamar

Nos governos Fernando Collor e Itamar Franco, segundo Medeiros (2002), estimularam-se a criação de bolsas de arrendamento e a aquisição de terras, por meio da compra.

Guiducci Filho (2001) considera que, nesses governos, os problemas fundiários foram praticamente ignorados, apesar dos movimentos sociais e das ocupações de terras que se espalhavam por todo o território nacional. Nesse período, poucas famílias foram assentadas, perfazendo um total de 38.425, o que o autor considera insignificante.

Linhares e Silva (1999) sustentam que uma das únicas medidas tomadas no governo Fernando Collor, com relação à questão agrária brasileira foi a demarcação de áreas indígenas, o que aumentou a ira dos proprietários de terras, que se sentiram prejudicados.

1.8 A reforma agrária nos governos de Fernando Henrique e Lula

O governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) inicia com poucas prioridades para a questão agrária brasileira. Silva (1995) constata a aliança desse governo com partidos políticos conservadores, contrários à realização da reforma agrária. A aliança com esses partidos configurou no poder de opositores da reforma, em importantes cargos: nomeação de um banqueiro para o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária e nomeação de um membro da UDR para a presidência do INCRA.

De acordo com Medeiros (2002), nesse governo, as discussões sobre reforma agrária ressurgiram a partir dos massacres de Corumbiara, em 1995 e Eldorado de Carajás, em 1996, contra trabalhadores rurais. Com a repercussão dos dois conflitos agrários, o governo FHC teve que se posicionar frente à questão agrária brasileira.

As ocupações de terras, também, proporcionaram maiores discussões em torno do tema reforma agrária. Em conformidade com Medeiros (2002), as ocupações promovidas pelo MST geraram discussões no âmbito nacional. Esse movimento se transformou em importante porta-voz dos trabalhadores rurais, ampliou as discussões sobre reforma agrária, buscou o apoio da sociedade e mobilizou diversos segmentos em favor dessa demanda.

Nesse contexto, nova legislação foi elaborada, com o objetivo de acelerar o processo de regularização de assentamentos. Essa legislação constituiu-se de medidas que procuraram promover a agilização no rito sumário; vistorias das terras acompanhadas pelos sindicatos patronais e de trabalhadores (excluiu-se a presença do MST); impedimento da

divisão do imóvel, após a realização da vistoria; comunicação pública da vistoria (jornais e cartas); validação de projetos técnicos de exploração, por órgãos competentes, 6 meses antes da vistoria; avaliação das terras improdutivas por preço de mercado; redução da taxa de juros no valor da avaliação do imóvel; os estados, com poderes para avaliar, cadastrar e vistoriar imóveis para a reforma agrária e recadastramento de terras concedidas pelo Estado, num prazo de dois anos, justificando a sua função social.

Como solução para a questão agrária, o governo FHC procurou alcançar o moderno e a produtividade; associou a reforma agrária à colonização e aos assentamentos e priorizou a compra de terras, para efetivar as desapropriações. Na concepção de Medeiros (2002), esse governo criou a concepção de reforma agrária de mercado, uma determinação do Banco Mundial, por meio do Banco da Terra, que foi criado pela Lei Complementar nº 93, de 04 de fevereiro de 1998.

Com políticas impostas pelo Banco Mundial, o Banco da Terra implantou o programa Cédula da Terra, que teve como finalidade destinar verbas para a aquisição de terras e assistência técnica. A participação a esse programa estava vinculada à criação de associações de pequenos produtores ou de sem-terras. Somente a partir dessas associações, os trabalhadores rurais teriam acesso aos recursos do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (PROCERA). Alguns critérios deveriam ser seguidos para a aquisição das terras: a terra deveria ter potencialidades para a sustentabilidade; preço compatível com o mercado; livre de qualquer pendência jurídica ou financeira; infra-estrutura; tamanho adequado para que fosse efetuada a divisão entre as famílias.

Na visão de Feitosa e Barbosa (2006), houve uma oposição entre os princípios adotados pelas políticas governamentais e as propostas dos movimentos sociais, no que se refere à realização da reforma agrária. De um lado, o governo propõe criar assentamentos via Banco da Terra, que são assentamentos financiados, por outro, os movimentos sociais, como o MST, por exemplo, defendem a desapropriação e a redistribuição de terras.

Nesse antagonismo, de acordo com Medeiros (2002), enquanto o governo divulga ser essa uma reforma agrária sem conflitos, com menor índice de burocracia e reconhecida pelas organizações patronais, o MST, a CPT e a CONTAG se posicionam contrariamente. Esses movimentos reconhecem, nessa modalidade de reforma agrária, o não comprometimento do Estado com relação a suas funções sociais, ao mesmo tempo em que inibe as desapropriações de terras. Nesse período, em conformidade com a autora, muitas ações que se constituíam uma obrigatoriedade do governo e muitas atividades realizadas pelo INCRA foram transferidas ao assentado.

Leite e Ávila (2007) consideram a política agrária de mercado como marca da injustiça social. Fatos históricos comprovam que a maior parte dos trabalhadores que compram as terras tem as suas origens na expulsão ou na expropriação, em locais e em momentos anteriores. Além disso, essa política de compra de terras, para efeito de assentamento, provoca o endividamento financeiro dos trabalhadores rurais.

Além disso, essas políticas agrárias de mercado adotadas durante os governos FHC não conseguiram modificar, significativamente, a estrutura fundiária brasileira. Conforme ilustra a TAB. 1, a área total da grande propriedade rural representa mais do que a metade da área total das terras. Apesar disso, esse montante de terras se encontra nas mãos de apenas 2,9% dos proprietários rurais, evidenciando a enorme concentração de terras.

TABELA 1
Estrutura fundiária brasileira - 1998

Imóveis rurais	Total de imóveis	%	Área total (em hectares)	%
Minifúndio	2.214.983	62,0	30.967.099,6	7,5
Pequena propriedade	968.072	27,1	61.158.513,6	14,9
Média propriedade	2.86.111	8,0	79.808.146,9	19,5
Grande propriedade	104.744	2,9	238.337.649,9	58,1
Total	3.573.910	100,00	410.271.410,0	100,0

Fonte: INCRA. Estatísticas cadastrais. Elaboração: adaptada da DIEESE – Anuário dos trabalhadores 2007

Identifica-se, ainda, por meio do Censo demográfico de 2000, realizado no final do governo FHC, conforme demonstra a TAB. 2, um significativo índice de migração populacional. Menos de 1/5 da população brasileira está localizada na zona rural. Particularmente, o estado de Minas Gerais apresenta essa mesma proporcionalidade.

TABELA 2
População urbana e rural
Brasil, Grandes Regiões e Minas Gerais, 2000

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	População urbana	População rural
Norte	9.014.365	3.886.339
Nordeste	32.975.425	14.766.286
Sudeste	65.549.194	6.863.217
MG	14.671.828	3.219.666
Sul	20.321.999	4.785.617
Centro-Oeste	10.092.976	1.543.752
BRASIL	137.953.959	31.845.211

Fonte: Adaptada do IBGE. Censo Demográfico 2000

Em conformidade com Girardi (2008), na década de 1950 a 2000, no Brasil, houve um aumento de 633,4% da população urbana, o que corresponde a mais de três vezes o aumento da população total. Nesse mesmo período, a região Sudeste foi a primeira a apresentar uma diminuição no índice populacional rural. O autor identifica um intenso êxodo rural e justifica essa migração, devido à modernização da agricultura e à intensificação da industrialização do Sudeste, a partir da década de 1960.

É possível afirmar que os interesses que nortearam a reforma agrária brasileira sempre foram originados nos seus mais variados momentos históricos. As mobilizações sociais de cada época formaram as principais marcas em torno dessa discussão – sua importância, suas vantagens e desvantagens para os diversos grupos sociais e as consequências da sua possível implantação.

Assim, Feitosa e Barbosa (2006) constataam que, nos anos de 1980, as discussões sobre assentamentos rurais foram retomadas. Nessa época havia duas correntes: parte da sociedade considerava a reforma agrária como necessária para as soluções dos diversos problemas sociais e econômicos enfrentados pelo país. Outra parte acreditava que o setor agrário, por ser moderno e dotado de tecnologia, já se encontrava suficientemente preparado para resolver os problemas relacionados às questões econômicas e sociais.

Entretanto, em conformidade com esses autores, na década de 1990, fortalecem-se as discussões referentes às perspectivas e às condições de sobrevivência nos assentamentos rurais. Esses autores constataam, ainda, que os assentamentos rurais têm contribuído para o

desenvolvimento rural brasileiro, têm proporcionado efetivos benefícios à população assentada, como também têm contribuído para o crescimento econômico das regiões onde estão localizados.

1.8.1 Do governo Lula

Com a eleição de um governo popular, Luís Inácio Lula da Silva (Lula), foi elaborado o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA). Em conformidade com Carvalho Filho (2004), esse plano fez parte de um compromisso de campanha do atual governo, que deu origem ao documento “Vida Digna no Campo”, quando o então candidato se comprometeu com a reforma agrária. A elaboração e a aprovação do II PNRA se deram em momento em que a sociedade brasileira contava com movimentos sociais mais fortes e organizados, como por exemplo, o MST.

Entretanto, esse II PNRA está sendo tímido quanto ao número de famílias assentadas, o que mantém a estrutura fundiária concentrada. Evidencia-se também a continuidade de uma reforma agrária de mercado. A aprovação do crédito fundiário para a compra de terras, por parte do assentado, foi, também, uma política adotada em governos anteriores. Essas medidas trazem maior tranquilidade para os grandes proprietários de terras, que, fortalecidos, induzem a mídia a se posicionar contrária aos movimentos sociais favoráveis à reforma agrária.

A TAB. 3 apresenta o número total de imóveis, segundo as categorias: grande propriedade, média propriedade, pequena propriedade e minifúndio. Ao analisar o número de imóveis rurais cadastrados pelo INCRA em 2005, percebe-se que a grande propriedade rural brasileira representa 2,83 % do número do total dos imóveis rurais cadastrados. Por outro lado, o número de imóveis classificados como pequena propriedade e minifúndio representa um total de 87,7%. Especificamente no estado de Minas Gerais, as grandes propriedades representam um pouco menos que a estimativa nacional (1,8%), enquanto que a pequena propriedade e minifúndio representam 88,2%.

TABELA 3

Distribuição do número de imóveis total, segundo a categoria de imóvel rural, em nível Brasil, Grandes Regiões e Minas Gerais, 2005

BRASIL / RE GIÃO / UF	TOTAL	GRANDE PROPRIEDADE	MÉDIA PROPRIEDADE	PEQUENA PROPRIEDADE	MINIFÚNDIO
	IMÓVEL	IMÓVEL	IMÓVEL	IMÓVEL	IMÓVEL
BRASIL	4.931.723	139.828	368.326	1.280.371	3.045.883
NORTE	396.321	21.518	30.976	122.535	216.102
NORDESTE	1.387.817	22.509	69.844	239.082	1.018.759
SUDESTE	1.325.589	30.676	120.198	378.476	775.482
MG	709.030	13.133	60.451	181.706	443.871
CENTRO- OESTE	397.282	42.731	74.406	119.356	150.945

Fonte: Adaptada do INCRA/DF/DFD – Apuração Especial nº 00588 – SNCR – Dez/05

Apesar da existência de grande número de imóveis classificados como pequenas propriedades e minifúndios brasileiros (TAB. 3), a área total desses imóveis representa apenas 19,9% da área de imóveis no Brasil, conforme TAB. 4. Além disso, a área total das grandes propriedades representa 60,15% da área dos imóveis rurais brasileiros. Quanto ao estado de Minas Gerais, a situação fundiária apresenta uma porcentagem significativamente menor da área das grandes propriedades (34,68%), em relação ao Brasil. Também há um aumento significativo da porcentagem da área das pequenas propriedades e minifúndios no estado (33,86%), em relação à situação fundiária brasileira (TAB. 4).

TABELA 4

Distribuição do número de área total, segundo a categoria de imóvel rural, em nível Brasil, Grandes Regiões e Minas Gerais, 2005

BRASIL REGIÃO UF	TOTAL	GRANDE PROPRIEDADE	MÉDIA PROPRIEDADE	PEQUENA PROPRIEDADE	MINIFÚNDIO
	ÁREA	ÁREA	ÁREA	ÁREA	ÁREA
BRASIL	623.410.705,9	375.014.028,1	108.509.823,9	81.553.218,5	42.613.959,2
NORTE	198.507.573,2	148.918.603,0	17.326.886,0	14.726.048,5	8.10.532,2
NORDESTE	116.831.382,1	53.446.378,1	25.126.194,8	21.874.093,2	14.718.892,8
SUDESTE	81.706.139,2	30.184.615,3	23.268.304,2	18.701.625,7	8.093.860,8
MG	50.437.718,2	17.491.972,7	15.214.127,1	11.673.352,4	5.405.674,4
CENTRO- OESTE	176.961.846,4	125.537.847,7	32.108.403,9	12.719.978,1	3.827.404,0

Fonte: Adaptada do INCRA/DF/DFD – Apuração Especial nº 00588 – SNCR – Dez/05

O atual governo ainda não conseguiu romper com o poder da oligarquia que, ao longo dos anos, tem influenciado as políticas agrárias brasileiras. Segundo Guimarães (2008), mesmo sendo esse um governo com um histórico que se opõe ao domínio do empresariado rural, a cultura da reforma agrária continua aliada aos interesses da base agrária dominante. Entretanto, a sociedade brasileira já se desperta para a necessidade de uma reforma agrária integral, promovida pelo Estado, com base em um novo paradigma agrário.

Outro fator que, atualmente, tem agravado a realidade social brasileira é o índice da população que vive abaixo da linha de pobreza. Em conformidade com Marques (2008), 27,8% da população brasileira e 46% da população rural encontram-se em pobreza absoluta. O Brasil é considerado o 8º pior país, no mundo, por índice de desigualdade. Contudo, políticas de transferência de renda têm sido elaboradas, no sentido de minimizar essa atual situação.

O Programa Bolsa Família, que é a marca do atual governo, na concepção da autora, tem sido uma garantia de renda para os mais pobres. A finalidade primeira desse programa é o combate à miséria e à exclusão social, além da emancipação das famílias pobres.

Por sua vez, Sen (2009) constata, também, que, para conter a atual crise econômica de mercado, é preciso voltar-se para transações que não são próprias do mercado, ou seja, o lucro não deve ser a limitação dos supostos sistemas capitalistas. Assim, as instituições devem buscar valores, como confiança mútua, segurança e justiça. Para isso, o Estado deve adotar práticas que garantam a seguridade social da população pobre e, ao mesmo tempo, produzir uma economia mais decente.

Dessa forma, ressalta-se que a questão agrária brasileira, ao longo dos anos, tem se resumido na dominação, que tem como princípio a exclusão social do homem rural, provocando o empobrecimento e a violência no campo. Na visão de Linhares e Silva (1999), as propostas de desenvolvimento para a agricultura são avançadas, enquanto o sistema político é arcaico, excludente e impede a participação do trabalhador do campo nas riquezas geradas por esse setor, aumentando, com isso, a migração campo-cidade.

2 - CACHOEIRINHA: O PASSADO E O PRESENTE NA LUTA PELA TERRA

A memória não é um patrimônio definitivamente construído; ela é viva precisamente porque nunca está acabada (GODOI, 1999, p.111).

2.1 A apropriação de terras devolutas em Cachoeirinha

Em Cachoeirinha, conforme Santos (1985), a apropriação das terras devolutas teve o seu início em 1930, quando houve uma divisão de terras, como forma de pagamento a desconhecidos e a ausentes. Assim, a Fazenda Arapuã, localizada no município de Varzelândia, Minas Gerais, foi dividida em duas glebas.

Em 1943, Maria Marques Lobato requereu a adjudicação de 3.872 ha dessas terras. Em seguida, essa senhora vendeu várias glebas dessa propriedade.

Em 1964, a mesma proprietária, Maria Marques Lobato, requereu uma ação divisória adjudicada em 1943. Nesse ano de 1964, o agrimensor nomeado para a demarcação e a divisão das glebas constatou a existência de 15.183 ha, ou seja, uma área quatro vezes maior do que a original. Apesar da visível diferença na medição do mesmo imóvel, a justiça declarou a legalidade das terras.

Santos (1985) faz referência, ainda, a uma pessoa com o nome de João Antônio, suposto marido de Maria Marques Lobato, como um dos proprietários dessas terras. Esse senhor, segundo a autora, vendeu terras a vários agricultores na região, a partir de 1962. Dentre os quais, figura Konstantin Christoff Raeff, o qual comprou 968 ha e, posteriormente, revende o imóvel a Manoelito Maciel Sales e a Sebastião Alves da Silva.

De acordo com a autora, Manoelito e Sebastião, com a posse desses títulos, expulsaram os posseiros de Cachoeirinha, os quais ocupavam mais de 2.000 alqueires de terra. Para tanto, em 1964, esses novos proprietários, Manoelito e Sebastião, contrataram o advogado e Comandante do 10º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais, Coronel Georgino Jorge de Souza, para requerer a manutenção da posse das terras.

Inicia-se, então, uma morosa briga na justiça. O advogado dos posseiros, em Juízo, defendeu o argumento de que as terras em questão eram devolutas, não podendo, portanto, ter proprietários. Esse argumento foi contestado pelo advogado Coronel Georgino, ao defender que se tratava de terras sem empecilho para a venda e compra. A justiça deu ganho de causa aos fazendeiros, condenando os posseiros como invasores.

É nesse contexto que se concretiza o conflito agrário de Cachoeirinha, constituído de dois despejos. O primeiro ocorreu no mês de setembro de 1964, quando 32 famílias de posseiros foram expulsas de suas terras. O segundo ocorreu em 1967, com a expulsão de 212 famílias de posseiros. Esses dois despejos ocorreram de forma violenta, sem que os posseiros tivessem chance de resistência.

Ao serem despejados e expulsos de suas casas e sem direito a nada, os posseiros perderam toda a produção e a criação que possuíam. Segundo o Jornal Tribuna da Luta Operária, de 14 a 17 de julho de 1981, os posseiros se tornaram vítimas da polícia e dos jagunços da região. Obrigados a deixar as suas terras, jippes puxavam os arados que prendiam as casas, jogando-as ao chão. Esses mesmos policiais jogavam gasolina nas produções dos posseiros, queimando tudo. Essas famílias ficaram debaixo das árvores, sem ter para onde ir. Durante esse período, morreram cerca de 67 crianças. Além das perdas dos bens, muitos posseiros foram espancados, outros torturados e outros mortos. Assim, o Jornal do Sindicato dos Médicos, de setembro de 1982, denomina a violência vivida pelos posseiros de Cachoeirinha, como “operação de limpeza das terras”.

Ainda, segundo Santos (1985), o Coronel Geornino, em 1968, recebeu parte dessas terras como forma de pagamento de honorários, transformando-se, depois, em proprietário da Fazenda Caitité. A autora destaca a existência de dois documentos de compra dessas terras. Com o primeiro documento, esse comandante e advogado comprou as terras de Manoelito e Sebastião. Em um segundo documento, esse proprietário, em 1975, comprou as mesmas terras da Fundação Rural Mineira (RURALMINAS)¹², quando esse órgão colocou à venda, no Norte de Minas Gerais, terras consideradas devolutas.

Hoje, após 41 anos do despejo, é muito comum encontrar, pelas estradas dos assentamentos da região, relatos, como o do assentado Sr. Chicão:

“Eu tinha dezesseis anos, quando fui despejado. Tinha 8 irmãos [...]. No dia que derrubou a nossa casa, eu estava numa fazenda aí no Corgão, trabalhando para poder ajudar em casa. Aí, no final de semana que nós viemos embora, eu mais outros colegas, quando nós saímos na estrada do Corgão, já saímos juntos com o fogo que eles estavam colocando nas casas. A noite estava tudo claro, uns três quilômetros. Nós viemos na claridade do fogo até que entramos na rua¹³. Aí dormimos na rua, já com medo. Nós estávamos trabalhando e não sabíamos de nada. No outro dia cedo, eu fui lá pra casa. Quando eu cheguei, não tinha ninguém [...]. A casa, eles tinham

¹² A Fundação Rural Mineira (RURALMINAS) foi fundada no final dos anos sessenta. Um das funções desse órgão consiste em promover a colonização e o desenvolvimento agrário no Estado. Disponível em <www.ruralminas.gov.br> acesso em 02 set. 2008.

¹³ O vocábulo “rua” é muito utilizado nessa região, como conotação do povoado (urbano) de Cachoeirinha.

derrubado com correntões. Eu fiquei desesperado, sem saber pra onde eles (a família) tinham ido [...]. O que tinha dentro de casa não deu tempo ninguém tirar. Eles derrubaram as casas que não pegaram fogo. Tinha muita casa coberta de palha. Era igual às casa lá dos índios.”

Dentro de um contexto político, o Jornal Estado de Minas, de 31 de julho de 1982 afirma que a violência praticada pelos fazendeiros Manoelito, Sebastião e pelo comandante do 10º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais deve-se ao fato de o governo federal, na ocasião, ter adotado políticas de incentivos fiscais a fazendeiros, classificados como empresários rurais.

Os posseiros de Cachoeirinha foram as principais vítimas, no Norte de Minas Gerais, dessas políticas adotadas pelo Estado. Mas frente a essa situação, os posseiros procuraram se reapropriar das suas terras, recorrendo, por muitas vezes, à justiça. Entretanto, o advogado que iniciou a defesa abandonou a causa e, por falta de dinheiro, os posseiros não conseguiram a contratação de outro profissional para defendê-los. Assim, os processos sempre corriam à revelia dos interessados (SANTOS, 1985).

Ainda em conformidade com o Jornal Estado de Minas, de 39.07.1982, e moção de solidariedade, assinada por vários sindicatos, pela CPT e pela Pastoral Operária, os posseiros de Cachoeirinha fizeram várias tentativas de se reintegrarem à terra. Todas resultaram em novas violentas repressões. Durante o período, de 1967 até 1982, de acordo com o manifesto, o que os posseiros conseguiram foi a promessa da RURALMINAS em alojá-los em outras localidades, o que foi recusado por aqueles que permaneceram na luta.

Também segundo informações publicadas em cartilha elaborada pela CPT, em 1983, a RURALMINAS destinou áreas de 5 ha, na Jaíba, para as famílias despejadas. Essa área passou a ser denominada de Nova Cachoeirinha. No entanto, foram poucos os posseiros que aceitaram essa proposta. Conforme divulgado, 5 ha não eram suficientes para garantir a sobrevivência das famílias.

Na ocasião, apenas a RURALMINAS estava credenciada a resolver o problema dos posseiros de Cachoeirinha. Os demais órgãos do governo se declaravam impossibilitados de agir em favor das vítimas. Conforme Jornal Tribuna da Luta Operária, de 09 a 15 de agosto de 1982, a Secretaria de Agricultura do Estado de Minas Gerais declarou que esse problema não era de sua competência. O INCRA, por sua vez, declarou que nada mais poderia ser feito, visto que as terras foram transformadas em empresas rurais.

Mesmo diante da inércia dos órgãos governamentais e sem o apoio da justiça, os posseiros despejados se reuniam e começaram a fazer manifestações em defesa de suas terras.

Esse movimento passou a contar com o apoio de muitos sindicatos, de federações de sindicatos rurais, da CPT, da CONTAG e de outros setores, conforme notícia Jornal Estado de Minas, de 31 de julho de 1982.

Por sua vez, quando os posseiros, juntamente com as entidades que os apoiavam, conseguiram se mobilizar para um ato público, que seria realizado no dia 31 de julho de 1982, a violência, novamente, tomou proporções exageradas. A entrada da cidade foi bloqueada por policiais federais, florestais e pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), fortemente armados. Qualquer pessoa ou comitiva que tentasse entrar na cidade pela ponte que dá acesso ao município, era brutalmente revistada. Ainda em conformidade com o Jornal Tribuna Operária, de 09 a 15 de agosto de 1982, as mulheres tiveram que se despir para serem revistadas.

2.2 O passado na memória coletiva da comunidade de Cachoeirinha

Após 41 anos do despejo dos posseiros de Cachoeirinha, a memória do conflito agrário ainda se encontra presente naquela comunidade. Segundo entrevista feita com uma antiga posseira, nas festividades religiosas da padroeira Nossa Senhora de Santana, a mais importante festa religiosa do município, no dia da realização da missa da padroeira, 25 de julho de 2008, o padre da localidade distribuiu panfleto que contava a história do conflito de Cachoeirinha e convidou três antigos posseiros para contarem à comunidade a luta vivida por eles, durante todo o período do conflito. Os escolhidos foram: Maria de Zé do Padre, D. Mariquinha e o Sr. Sula.

Segundo Dona Mariquinha, os dois posseiros relataram os fatos exatamente como aconteceram. Mas quando chegou a vez dessa entrevistada falar, disse:

“[...] eu, não tenho mais nada para dizer. Porque o que eu tinha para dizer, é o que o companheiro Sula e Maria de Zé do Padre falaram. Agora, o que eu tenho para completar é que nós vamos perdoar esses que foram. Os que mataram nossos companheiros e tomaram as nossas terras. Já que estamos todos reunidos aqui, nós vamos rezar uma Ave-Maria em intenção deles [...]. (Todo mundo bateu palmas pra mim). O que passou, passou. Nós vamos ver o que tem daqui pra frente.”

Percebe-se que o fato daquela antiga posseira ter sido aplaudida revela que aquela comunidade tem novas perspectivas para o presente e o futuro. Entretanto, esse sentimento de perdão não é unânime entre todos os ex-posseiros.

Algumas pessoas que lideravam o movimento ainda mantêm vivo o sentimento de ódio e rancor. Dona Íris, uma das principais líderes do sexo feminino daquele movimento, hoje com 79 de anos de idade, sempre que se refere aos seus algozes, nunca omite as seguintes palavras:

“Aqueles capetas estão tudo queimando no fogo do inferno. E de lá eles nunca vão sair”.

Quanto ao fato de o padre da paróquia ter pedido aos ex-posseiros para contarem aos fiéis a história de Cachoeirinha, durante a comemoração da padroeira da cidade, significa que aquela comunidade, apesar do tempo decorrido, ainda respeita e conserva na memória as histórias dos despejos.

Ao contarem sobre o conflito a um grande número de pessoas, durante uma importante comemoração religiosa, os posseiros proporcionaram às novas gerações o conhecimento oral da história. Bosi (2006) constata que, embora a sociedade capitalista coloque os velhos à margem, em muitas outras sociedades, o ancião é considerado um patrimônio social, sendo o guardião das tradições. As suas lembranças são respeitadas, preservadas e reproduzidas de geração a geração, fazendo com que a história seja conduzida por outras mãos. Os velhos carregam experiências e lembranças que sempre são repassadas no convívio familiar, social e nos encontros.

Outra maneira de preservação da memória do conflito agrário de Cachoeirinha é percebida nas falas de crianças e de jovens, quando os mesmos relatam que, nas escolas, do município, as professoras sempre contam sobre o conflito e falam da sua importância para a região.

A professora Herly, filha de assentados, moradora no assentamento União e também diretora da escola municipal desse assentamento, relata que um dos temas das comemorações de 7 de Setembro de 2008 é o conflito de Cachoeirinha. Segundo essa professora, os alunos estudam sobre o que ocorreu à época, fazendo uma representação durante o desfile cívico.

Ainda, segundo Bosi (2006), o convívio social é um dos meios de se ouvir as narrativas das lembranças. Os atores sociais estão unidos pela memória coletiva da sociedade, o que permite que a história se consagre e permaneça viva.

Além dessa memória coletiva, que se efetiva por meio do convívio social, também no interior dos lares, há lembranças que são guardadas como forma de preservação da memória. Na residência do Sr. Sula, um dos líderes do movimento, a esposa, com 77 anos,

ainda guarda alguns cartuchos de munição (FIG.1) que foram disparados contra a sua casa, no período do conflito. Outra posseira, hoje com 71 anos, também, diz manter guardados, na residência da filha em Belo Horizonte, jornais que noticiaram sobre o conflito de Cachoeirinha.



FIGURA 1 – Cartuchos de munição utilizados no conflito de Cachoeirinha

Os objetos guardados por essas mulheres são representações simbólicas do que viveram durante o conflito. Em conformidade com Perrot (1989), a família atual se modela a partir dos acontecimentos históricos. Para essa autora, são as mulheres que preservam correspondências familiares e objetos (fotografias, bugigangas, etc.) que atestam fatos ocorridos. Embora a sociedade, muitas vezes, desconheça o valor das suas relíquias e lembranças, levando-as à destruição dos mesmos, os seus guardados constituem uma riqueza representativa da história. Isso faz da mulher a testemunha, historiadora e cronista no interior dos lares.

Outra lembrança do conflito está representada na estatueta do então governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, guardada por uma das famílias de posseiros. Para a família, a escultura é como se fosse uma imagem sacra. É importante ressaltar que há, por parte de todos os posseiros, uma veneração por esse ex-governador de Minas Gerais. Esse político sempre é referenciado, pelos posseiros, como um pai, autoridade disposta a ouvi-los e a buscar soluções para os problemas.

Para Martins (1991), a figura do presidente (aqui representado pelo governador do Estado de Minas Gerais) é uma figura mítica. É como se ele fosse o próprio poder; a única pessoa capaz de encontrar uma solução para o problema. Para o autor, essa é uma situação em que se deposita, no político, toda a esperança de dias melhores, possibilitando, de certa forma, ignorar a existência estrutural do Estado.

Além desses objetos, duas dessas mulheres ainda se lembram das músicas que os posseiros cantavam durante os atos públicos que eram realizados em Cachoeirinha ou em Belo Horizonte. Dona Íris, 79 anos, ainda se lembra da letra e do ritmo de uma das músicas cantadas pelos lavradores:

*Vamo enfrentá nossa luta
Terra é de quem ocupa
Terra é para quem trabalha
Nossa história vamo falá.*

*Já chega de tanto sofrê
Já chega de tanto esperá
A luta vai ser tão difícil
Ou na lei ou na marra
Nós vamos ganhá.*

*Se nós Morrê nessa luta
O sangue será a semente
Justiça vamos cumpri
A nossa história vamo falá*

*Já chega de tanto sofrê
Já chega de tanto esperá
A luta vai ser tão difícil
Ou na lei ou na marra
Nós vamo ganhá.*

Essa música, segundo Sr. Almerindo, coordenador da Liga Camponesa na região e residente no assentamento Modelo, é uma espécie de hino do movimento de luta pela terra.

Também Dona Mariquinha, 71 anos, uma das mulheres atuantes no movimento, consegue se lembrar de outra música cantada pelos posseiros. Ela não sabe informar sobre a autoria da música que se segue:

*Eu só tenho enxada e o título de eleitor,
Para votá e seu fulano educá.
E nada faz pelo pobre agricultor*

*Que não tem terra pra fazer o seu roçá.
Eu sou roceiro e vivo de cavar o chão
E tenho as mãos calejadas, meu senhor
E falta água e falta pão e falta tudo
E só tenho é fama de lavrador.*

Também as atitudes dos netos dos posseiros são outra maneira de se preservar a história do conflito de Cachoeirinha. Crianças e adolescentes ficam sempre por perto ouvindo e prestando atenção às falas dos avós, fato que se repetiu em todas as casas em que havia a presença de netos, sejam crianças ou adolescentes. No caso específico dos adolescentes, ora eles ficavam na sala próxima, assistindo à televisão, ora no quintal (sempre próximo ao local da entrevista), fazendo qualquer tipo de serviço, como, por exemplo, lavando moto. Também, ao caminhar pelos assentamentos na companhia de algumas adolescentes, percebe-se que as mesmas sempre estavam inteiradas sobre o passado.

As crianças e adolescentes, entrevistadas consideram os seus antepassados como os responsáveis pela existência daquela comunidade. A história do conflito agrário de Cachoeirinha lhes é repassada, por meio de suas famílias. Bosi (2006) admite que as crianças recebem, no dia-a-dia, muito do passado das pessoas com quem convivem. Elas ouvem as histórias contadas pelos avós, por exemplo e se assimilam no passado que costumam escutar, fato que nem sempre ocorre com a história escrita. No entanto, essa autora percebe o poder da sociedade industrial em impedir as lembranças repassadas pelos velhos, provocando, assim, uma descontinuidade de suas lembranças e de seus conselhos. Esse impedimento faz com que o filho não dê continuidade às ações do pai e que os netos não tomem conhecimento das lembranças dos avós. Para essa autora, a sociedade capitalista termina por destruir, no futuro, o que se é construído no tempo presente.

Embora o modo de vida daquela população tenha mudado significativamente, até mesmo pela presença da televisão em todas as residências, aquelas famílias ainda conservam um modo tradicional de ouvir os seus antecessores, mesmo que de forma mais velada, no caso especial dos netos adolescentes.

Pode-se afirmar, assim, que alguns modos culturais são transmitidos pelas lembranças dos mais velhos. Bosi (2006) constata que essas lembranças somente são desaparecidas aparentemente. Elas são sempre revivificadas na maneira como se trata um doente, no modo de arrumar uma casa, de preparar uma comida, nos trabalhos manuais. Nesses aspectos, a memória do passado se torna mais uma vez fidedigna.

Outro aspecto de interação entre o passado e o presente é a participação de alguns descendentes desses posseiros na política da região. Encontra-se hoje, naquela comunidade, um filho de um dos líderes, Sr. Jadé, candidato a vereador do município, pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Para fazer a propaganda da sua campanha, esse candidato utiliza da popularidade do pai e se apresenta, nos panfletos, como “*Chico de Jadé*”. Também, em outros novos assentamentos há vários candidatos a vereador. Perfaz-se um total aproximado de 15 assentados que são candidatos a vereador do município.

Também ao entrevistar a canoeira mais velha da localidade, conhecida como Maria da Balsa, hoje com 87 anos, constata-se que essa senhora ainda se lembra de detalhes do tempo em que ocorreu o despejo dos posseiros. Segundo essa entrevistada, por temer o que estava acontecendo na região, ela raramente ia do outro lado; apenas atravessava as pessoas, na sua canoa. A entrevistada informa, ainda, ter sido a única pessoa em que o Coronel Georgino confiava para atravessar o rio:

“Eu achava o Coroné um homem muito bom. Quando eu adoeci, ele me levou para Montes Claros pra eu consultar. O hospital ficava perto da casa dele. Depois da consulta, ele me levou pra casa dele e ainda pagou a minha passagem de volta. Ele era um homem bom, apesar das pessoas não gostarem dele.”

Sobre a travessia dos policiais que invadiram Cachoeirinha, essa canoeira informou que ela e os outros canoeiros atravessavam todas as pessoas que solicitassem. Essa moradora ainda reside na mesma casa do tempo que antecedeu ao conflito – do lado de cá do rio.

Assim, evidencia-se que as lembranças do passado estão fortemente presentes nas vidas das pessoas daquela comunidade. Embora existam algumas correntes defensoras da idéia de que a consciência do indivíduo consiste simplesmente em uma manifestação mecânica-orgânica e que o reflexo da memória não tenha qualquer ligação com acontecimentos passados, Durkheim (1994) defende o argumento de que essas correntes são reducionistas e materialistas. Para esse autor, referenciar a memória como um epifenômeno orgânico é ignorar que as lembranças não somente respondem aos comandos dos órgãos mentais, como também são consequências de experiências anteriores. Se as representações da memória morrem de imediato, questiona-se como as mesmas podem nascer. A vida psíquica, portanto, não é um único estado de experiência atual, o que contraria ser a memória um fato unicamente biológico.

Não sendo a representação da memória uma propriedade unicamente orgânica, para Durkheim (1994), a mesma recebe influência de experiências passadas, sendo revivificadas nos desejos e nas aspirações presentes. A memória não é um ato inconsciente, estando associada a fatos sociais ocorridos no conjunto de uma determinada sociedade. As representações coletivas são somatórios de experiências individuais, que não são feitas em um único momento e nem surgem de forma milagrosa. A vida coletiva cria raízes que se manifestam no substrato social, por meio de suas representações.

Para Godoi (1999) e Bosi (2006), o passado é instrumento das ações presentes. A segunda autora defende, ainda, que as lembranças do passado são reflexos do hoje, representações da atualidade. Geralmente, as lembranças surgem a partir de atuais provocações. A lembrança está diretamente ligada às experiências sociais do grupo. O fato de um determinado grupo desenvolver atividades em conjunto, cria esquemas apropriados para narrar e interpretar os fatos sociais históricos. Isso permite o reconhecimento dos acontecimentos.

2.3 Símbolos de poder, de luta, de resistência e de conquista

A sede da antiga Fazenda Caitité, que era de propriedade do Coronel Georgino Jorge de Souza, pode ser percebida de forma emblemática para todos os que participaram do conflito, como também para os que lá chegaram, após a transformação da fazenda em assentamento. Trata-se de uma sede que, pela exuberância da sua arquitetura, se destaca, ainda nos dias atuais, entre as demais moradias da região. É uma construção com estilo imponente, com três andares, cercada por compridas varandas (FIG.2).



FIGURA 2 – Sede da Fazenda Caitité

Possui uma piscina com aproximadamente 15 metros de comprimento, 7 metros de largura e 2 metros de profundidade.

A família que recebeu o lote onde se encontra esse imóvel ocupa somente a parte térrea e externa da casa, sendo que a parte interna e a piscina se encontram totalmente em desuso e danificadas, conforme ilustra a FIG. 3:



FIGURA 3 – Piscina da sede da Fazenda Caitité

A sede dessa fazenda se contrasta com todas as casas dos posseiros que ainda restam na região e, também, com as casas que, na atualidade, foram construídas nos assentamentos (FIG. 4).



FIGURA 4 – Moradia típica de ex- posseiros da região de Cachoeirinha

Na época em que essa casa foi construída, as casas dos posseiros eram, na sua maioria, feitas de barro, conforme atesta relato do assentado Chicão:

“Tinha as casas feita de barro. Antigamente, o povo fincava uns paus e aí passava barro, porque não tinha tijolo naquele tempo [...] Tinha muitas casas que eram todas cobertas de palha [...]”

Enquanto esse assentado recordou o tipo de casa em que os posseiros moravam, visto a inexistência de tijolos à época, em outro assentamento, denominado Verde Minas, o assentado Sr. Francisco relata:

“Os tijolos, fomos nós que fizemos pra ele (o Coronel), 60 mil tijolos”.

Há, portanto, uma visível diferença entre essa sede, com, praticamente, todas as demais moradias da região, inclusive as sedes das grandes fazendas e das casas construídas no próprio centro da cidade. É necessário ressaltar que, no assentamento Verde Minas, a sede da fazenda, que também se destaca pela sua estrutura arquitetônica, além de possuir uma pequena piscina, embora estejam totalmente danificadas (sede e piscina), não podem ser comparadas com a estrutura e fachada da sede e piscina da Fazenda Caitité.

O aspecto simbólico dessa casa se constitui na representação de poder do seu antigo proprietário, em relação aos posseiros em questão. Há, também, uma simbologia de

dominação e de poder, além de diferenciação social e econômica. Evidencia-se, portanto, uma estratégia de superioridade em relação aos posseiros.

Bourdieu (2005) considera que a separação espacial não consiste no distanciamento entre as pessoas. O que provoca, de fato, o distanciamento entre os indivíduos é o capital econômico e o capital cultural. Quanto mais essas relações forem distanciadas, menos objetivos em comum terão as pessoas de diferentes classes sociais, criando uma oposição entre as diversas hierarquias. Quanto à dimensão do capital econômico, esse autor considera a de maior força para provocar o distanciamento. Quanto maior o volume do capital, mais diferenciados são os interesses. Aquele que possui o maior capital econômico possui, relativamente, maior capital cultural. Assim, é construído o espaço social.

Nos dias atuais, inverte-se esse caráter simbólico, passando a ser uma representação de conquista e vitória para os antigos posseiros, hoje assentados. Essa casa se torna um emblema da luta pela reapropriação da terra, ao mesmo tempo em que se manifesta um sentimento de reconhecimento de justiça alcançada, por meio do movimento de luta.

Hoje, a casa se tornou a residência de um dos líderes dos posseiros. Segundo informação da esposa do assentado, a área da terra onde se localiza esse imóvel não entrou no sorteio das distribuições dos lotes, o que gerou uma briga entre alguns posseiros que não concordaram com a distribuição feita pelos técnicos da RURALMINAS.

A RURALMINAS, quando entregou os lotes aos posseiros, transformando a antiga Fazenda Caitité em Assentamento Caitité, queria que a casa fosse comunitária. Esse órgão instalou, na casa, a associação dos assentados e uma escola, sendo também a residência do Sr. Jadé, líder do movimento à época.

De acordo com o assentado Jadé, na área onde se localiza a sede da fazenda, existia um curral com capacidade para 5.000 cabeças de gado e uma torre de telefone e rádio amador. Entretanto, segundo esse entrevistado, os técnicos da RURALMINAS desmancharam o curral, retiraram todos os equipamentos, deixando apenas a construção onde os aparelhos ficavam instalados e a torre de transmissão, o que não teve nenhuma utilidade. Esse fato foi denunciado na edição do Jornal do Norte de Minas, datado de 24 e 25 de fevereiro de 1996.

Atualmente, nem a escola e nem a associação funcionam na sede. Esse assentado acusa a administração municipal anterior, por não ter reformado a sede, conforme combinado, visto que a mesma, ao se transformar em escola, ficou danificada e, ainda, por ter mandado destruir toda a chácara, para que, no local, fosse feito pasto.

Outro símbolo do conflito de Cachoeirinha é a bandeira do Brasil que fica, permanentemente, estendida sobre os encostos de duas cadeiras na sala principal da casa da

sede da Fazenda Caitité. Ao ser questionado sobre o significado daquela bandeira, sempre no mesmo lugar, o Sr. Jadé informa:

“A bandeira tem um grande significado. É a honra de ser brasileiro. A bandeira é igual a imagem do santo da minha mulher. Se a polícia vier, eu coloco a bandeira na frente e a polícia tem que respeitar a bandeira.”

Também na frente dessa sede, há um mastro de aproximadamente 6 metros de altura, para hasteamento de bandeira, que, segundo os posseiros, sempre que o Coronel Georgino chegava à fazenda, a Bandeira do Brasil era hasteada e vista de longe.

Bordieu (2006) concebe os sistemas simbólicos como elementos que denunciam a existência de uma relação de poder em uma determinada sociedade, mesmo de maneira inconsciente.

2.3.1 Do marco da conquista

Os ASSENTAMENTOS UNIÃO E CAITITÉ surgem como marco principal da maior conquista dos posseiros de Cachoeirinha.

O ASSENTAMENTO UNIÃO foi a primeira conquista de reapropriação de terras daquela comunidade. Em 1983, o governo de Minas Gerais, via RURALMINAS, comprou de um fazendeiro uma fazenda com 484 ha, para assentar 140 famílias cadastradas. Segundo Santos (1985):

Logo os lavradores descobrirão, contudo, que somente 23% das terras são aproveitáveis: o solo, na área restante, é “carrasco”.

Além disso, a fazenda se encontra em péssimas condições, no seu interior existe apenas um poço d’água; não há rio, córrego ou nascente na área, e o rio mais próximo fica a dois quilômetros. Não há estrada para se chegar à fazenda: o caminho do acesso atravessa fazendas vizinhas, cujos proprietários não permitem a passagem dos lavradores [...]

Um problema mais grave se prenuncia: sendo a terra insuficiente para todos os cadastrados, (140 famílias) as lideranças irão selecionar 55 famílias para ocuparem a fazenda. O descontentamento é inevitável. Para muitos, o confronto com os fazendeiros perde agudez frente à emergência de um confronto maior, agora entre os próprios lavradores [...] (SANTOS, 1985, p. 114).

Diante do constatado por Santos (1985), todos os posseiros entrevistados são unânimes em afirmar que as terras da propriedade adquirida para o assentamento eram improdutivas e totalmente degradadas. Na linguagem deles: “*era tudo capoeirão*”. Apenas 34 lotes foram distribuídos. Entretanto, esses posseiros permaneceram acampados naquela

fazenda, aguardando a compra da Fazenda Caitité. Não resta nenhuma dúvida de que alguns, ou vários ficaram insatisfeitos com a distribuição das terras. Mas, segundo depoimento de uma antiga posseira, Dona Mariquinha, hoje assentada naquela fazenda, o nome União se dá em virtude da solidariedade que se formou entre eles. Todos os homens permaneceram na fazenda. Cada qual fazia a sua roça e a sede foi utilizada pelas mulheres para fazer a comida dos maridos, que logo começaram a trabalhar na lavoura.

Transcorridos 25 anos, nem todos os moradores desse assentamento são posseiros. Muitos morreram, outros venderam as suas terras. No entanto, a grande maioria dos moradores é constituída de filhos, de netos ou de parentes de posseiro. Os poucos assentados que não possuem uma descendência com os posseiros são nativos, ou seja, nascidos e criados na região. Segundo informação do presidente da Associação do Assentamento União, lá há apenas 3 famílias que são de outras regiões, como: Janaúba, Salinas e Bahia.

Constatou-se, em pesquisa de campo realizada durante o ano de 2008, que o assentamento União é um dos assentamentos que prospera na região. Está localizado próximo à cidade, possui estrada boa para escoamento da produção. Há uma escola pública, com boa estrutura. As casas possuem boa estrutura física e há, nos lotes, construções que servem de moradia aos filhos dos assentados que já se casaram e ainda trabalham na lavoura com os pais.

Nesse assentamento, funcionam dois estabelecimentos comerciais, que, nos finais de semana, promovem shows para os jovens. Além disso, a quadra esportiva da escola é utilizada nos finais de semana para a realização de jogos. Pelo menos, uma vez ao mês, o padre da paróquia de Santana celebra missa, na capela construída pelos assentados. Percebe-se a existência de lazer para os jovens.

Há, nesse assentamento, uma boa produtividade. Os assentados, como um todo, produzem milho, feijão catador, mandioca e vendem leite. As mulheres, por sua vez, se reúnem em mutirão para beneficiarem a mandioca que elas mesmas plantam (FIG.5). Enquanto umas mulheres raspam, outras passam a mandioca no desintegrador, outras lavam e colocam a massa na prensa. Outro grupo de mulheres se reveza nos fornos para cozinhar e torrar a farinha. Enquanto isso, outras fazem a goma. Assim, a produção é dividida entre elas, descontando as despesas com o consumo da luz. Também há, nesse assentamento, uma horta comunitária, que fornece verduras para merenda da escola e atende ao consumo daquelas famílias.



FIGURA 5 – Beneficiamento da mandioca, em mutirão

O ASSENTAMENTO CAITITÉ é a segunda grande conquista dos posseiros. Esse assentamento foi criado em 1983, com a compra da Fazenda Caitité. Possui 33 lotes, com 30 ha cada área. De acordo com o Sr. Jadé, no dia em que o governador Tancredo Neves consumou a reintegração de posse, os posseiros mataram 5 vacas e fizeram uma grande festa.

A exemplo do Assentamento União, o Assentamento Caitité é altamente produtivo. Embora alguns posseiros tenham vendido as suas terras, os assentados que não foram posseiros possuem alguma descendência direta com os mesmos. Apenas um assentado, segundo o Sr. Jadé, é de outra região.

Devido à proximidade, o Assentamento Caitité também usufrui dos benefícios do Assentamento União (escola, lazer, algumas mulheres do Caitité participam do mutirão da farinha).

Segundo os entrevistados, a terra desse assentamento é bastante fértil e produtiva. Aqueles assentados também produzem milho, feijão, arroz, frutas, etc.. Possuem fartura. Em entrevista, o assentado Jadé narra que, em certa ocasião, foi procurado para ser cadastrado no programa do governo para recebimento de cesta-básica, quando disse à funcionária do governo:

“Aqui na roça, moça, ninguém precisa de cesta-básica. Precisa de trator e dinheiro prá tocar a terra. O povo na rua precisa de cesta-básica, porque não tem recurso. Mas, aqui não.”

O espírito comunitário também é visível nesse assentamento. No lote de um dos assentados, foi construído um curral de embarque de gado, que é utilizado por todos os outros assentados, sempre que necessário (FIG. 6).



FIGURA 6 – Curral comunitário de embarque de gado

Também a máquina de moer ração é utilizada de forma coletiva. É possível, ao caminhar pelo assentamento, encontrar assentados visitando os vizinhos.

Todas essas melhorias apresentadas ao longo dos 25 anos, não significam que, nesses dois assentamentos, tudo já esteja realizado. Pelo contrário, faltam muitas coisas e muito há o que ser feito. Entretanto, é possível destacar, nesses assentamentos, a existência de um sentimento de cooperação. O coletivo e a confiança têm sido priorizados, visando ao bem comum e resultando no desenvolvimento social.

Vale ressaltar que os antigos posseiros, em entrevistas, também manifestaram a existência de cooperação e de solidariedade, nos tempos que antecederam o despejo de Cachoeirinha, determinando a reprodução social daquela comunidade.

2.4 Expropriação: ex-posseiro, migrante ou novo posseiro?

É importante ressaltar que nessa região, apesar de concentrar um número significativo de assentamentos, o conflito de Cachoeirinha deixou marcas de desolação em um grupo de pessoas. Ao perderem a esperança de conquistar novamente as suas terras, permaneceram nos pequenos lotes, em volta do povoado de Cachoeirinha.

Em entrevistas, as pessoas que residem nas redondezas da cidade, principalmente aquelas moradoras no entorno do rio, declararam que, após o conflito, perderam a vontade de trabalhar na terra. Ao desistirem da luta, decidiram por continuar vivendo nas pequenas casas

que conseguiram levantar. Muitas delas declararam que já havia perdido as suas posses e tiveram medo de perder tudo outra vez.

Assim, Dona Priquita, 84 a., antiga moradora de Cachoeirinha, declara que, quando foi despejada, perdendo toda a sua produção, fez, juntamente com o seu marido, o seguinte juramento:

“Eu tenho fé em Deus, que eu ainda faço uma cova de milho em cima de uma terra que eu comprar e que eu pagar. Nunca mais quero saber de ser posseiro.”

Atualmente, essa senhora mantém um pequeno restaurante ao lado da rodovia, onde serve almoço, principalmente aos caminhoneiros que transitam pela estrada que dá acesso ao município.

Também é muito comum encontrar nas localizações urbanas do município, bem como nos assentamentos, filhos, netos ou descendentes de posseiros que resolveram ir embora para os grandes centros, após o conflito:

“Um tempo eu fui para São Paulo, fiquei lá uns dois anos. Eu não acostumei. Não aguentei e voltei de novo. E aí, nós ficamos batendo nesses anos todos [...] (Chicão – a sua família foi despejada quando ele tinha 16 anos).”

Também durante a realização desta pesquisa, encontraram-se diversos relatos de filhos que foram embora para Montes Claros, Brasília (DF), São Paulo, etc., muitas vezes inseridos nas periferias dos grandes centros. A exemplo disso, um entrevistado, neto de posseiro, mencionou ter se mudado para Montes Claros e residido justamente em bairros de alto índice de criminalidade, como o Village do Lago II e a Cidade Cristo Rei (Feijão Semeado).

Assim, Martins (2000) defende que as lutas ocorridas durante todo o processo histórico brasileiro foram importantes para o reconhecimento, por grande maioria da sociedade, de que os deserdados da terra são a própria pátria. Ao serem expulsos de suas terras, não desapareceram do cenário brasileiro. Eles aumentaram, significativamente, os números nas periferias urbanas, enquanto muitos outros se transformaram em proletários rurais. Os trabalhadores rurais foram vítimas do capitalismo que se expandiu em benefício de poucos e fez da questão agrária um problema social.

Nesse panorama, muitas famílias, ao serem expulsas, se tornaram posseiras em outras terras da região, sendo muitas delas novamente expulsas por outros fazendeiros, que

também se consideravam os proprietários das terras ocupadas. Registraram-se aqui, duas situações semelhantes.

Em entrevista, o assentado Chicão, do Assentamento Nova Esperança, relata que, após o despejo, a sua família foi morar em outra localidade da região. A sua família ficou uns cinco anos plantando nessa terra, até que:

“[...] depois desses cinco anos veio outro despejo. Esse despejo foi um fazendeiro que chamava doutor Vavá, Ele tinha uma fazenda e queria apoderar de tudo. A lei ficou do lado dele e ele fez o despejo [...]. O despejo dele não foi igual ao primeiro, porque nesse despejo, ele deu um prazo de 8 dias para pessoal sair... Nesse tempo não existia pagamento. Pagamento era apanhar as enxadas e as foices e ir embora, a pé, com os moleques nas costas [...]. Nessa época eu estava com uns 20 anos. Aí, nós tornamos voltar pra rua. Ficamos na rua esses 30 anos [...] trabalhando pros outros, trabalhando nas fazendas [...].”

Também na Fazenda Angical, conhecida como Ressaca, residem 6 famílias, em que há uma relação de parentesco entre as mesmas. De acordo com essas famílias, quando foram despejadas, ganharam, de outro fazendeiro da região, um pedaço de terra para morar. Depois de 10 anos produzindo nessa área rural, os herdeiros do antigo fazendeiro venderam a propriedade, inclusive as terras em que residiam as 6 famílias. Assim, os novos proprietários também tentaram despejar essas famílias. Como não conseguiram, usaram a seguinte estratégia:

“[...] depois de 10 anos morando nessas terras, quando o milho estava grande, o novo proprietário da fazenda (Doutor Ricardo) queria fazer um novo despejo. Como viu que não conseguia retirar a gente, soltava mais de cem gados nas nossas plantações [...]. Impediu a passagem pela estrada. Nós ficamos sem poder passar pela estrada. Tínhamos que passar pelo mato [...]. Aí entramos na justiça e conseguimos recuperar a estrada [...]. Hoje, eles não mexem mais com a gente [...].” (Sr. Adelino, 81 anos).

Martins (1985) constata que o problema do posseiro se concentra na luta pelo instrumento de produção, que é a terra, originada na expropriação. Para esse autor, a tendência é que esses conflitos sejam finalizados ou com a vitória dos posseiros ou dos fazendeiros. Dependendo do resultado, esses trabalhadores rurais podem optar por se tornarem posseiros em outras localidades, recusando a aceitar a emigração para os centros urbanos, a exemplos anteriores, aqui registrados.

Assim, a expropriação e a luta pela terra dificultam as condições sociais do trabalhador rural, aumentando a segregação espacial. Entretanto, a luta do posseiro, mesmo

“[...] sujeito a despejo é situação legítima, legitimada pela concepção de que a terra é destinada ao trabalho e à produção dos necessitados. Não legítima é a terra vazia ou, até mesmo, ocupada indevidamente e improdutivamente [...]” (MARTINS, 1985, p. 95).

2.5 Cachoeirinha hoje: um município, Verdelândia

Localizada às margens do Rio Verde Grande, Cachoeirinha era uma pequena comunidade. Até meados do ano de 1980, para se chegar a essa comunidade, em época de cheia do seu rio, as pessoas precisavam atravessar de canoa ou balsa, serviço que era prestado pelos canoieiros da localidade. No ano de 1980, com a inauguração da ponte, acabaram, de forma definitiva, os serviços prestados pelos canoieiros.

Na atualidade, nas ruas próximas ao rio, encontram-se dezenas de casas que conservam o padrão de construção de 30 anos atrás. Casas com sua estrutura baixa, ainda de adobe, com fogão à lenha dentro da casa, com dois quartos no máximo, cortinas de pano, em substituição às portas. Pequenos banheiros nos fundos das casas. Nessas casas, geralmente moram cerca de 6 a 7 pessoas.

Crianças, moças adolescentes e mulheres, diariamente, são vistas pelas calçadas indo ou voltando em direção ao rio, com rodilhas nas cabeças, carregando bacias de roupas e vasilhas. Essas famílias ainda têm o costume de lavarem as roupas e as vasilhas no rio que corta a cidade. Essa é uma prática antiga dos moradores de Cachoeirinha, que os acompanha desde quando começou o povoado, ou seja, quando as casas ainda não possuíam água encanada.

Essas famílias cujos pais ou avós foram despejados, ainda trabalham como empregados nas fazendas. Como são diaristas, retornam as suas casas toda tarde. É muito comum, ainda encontrar mulheres, mesmo durante o dia, conversando nas suas portas. Por outro lado, algumas dessas mulheres utilizam um espaço, doado pela prefeitura, para o plantio de horta comunitária. Elas saem nas ruas da cidade, com bacias de verduras, especialmente folhas, que são vendidas nas casas.

É possível afirmar que o modo de vida contemporâneo de uma determinada comunidade possui a marca da história que a mesma vivenciou. De acordo com Sztompka (2005), compreender as mudanças sociais de um grupo implica no conhecimento da história. O momento presente estabelece relações diretas com o passado e esse o influencia. As comunidades se organizam por meio das mudanças sociais ocorridas em diferentes épocas. Os padrões de vida, as crenças, os comportamentos são decorrentes desses movimentos. Cada

processo de mudança nas relações sociais, mesmo que de forma isolada e com o seu ritmo próprio, acontece ao longo do tempo, visto que não há sociedades estáticas. Portanto, a mudança é resultado do que foi consolidado no passado. O que sustenta a tradição é a ligação entre o presente e o passado. É a tradição que conserva a memória coletiva, que nem sempre se encontra registrada nas bibliotecas ou nos museus, mas transmitida por meio das relações orais e de convivência.

Hoje, Cachoeirinha se emancipou. Transformou-se, em 1996, no município de Verdelândia, deixando de ser um distrito de Varzelândia. Antes, porém, de se emancipar, os fazendeiros, conforme registra Santos (1985), tentaram apagar a memória social de Cachoeirinha, dando-lhe o nome de Railândia.

Encontram-se na localidade de Cachoeirinha, um comércio bem organizado, escolas, igreja, bancos, câmara municipal, Biblioteca e órgãos públicos, residências, além de residirem um número grande de ex-posseiros e de descendentes.

A localidade que se situa do lado de cá do rio, ou seja, antes da ponte, se denomina Janaíba. Ali, encontram-se alguns poucos comércios, a Prefeitura Municipal, posto de gasolina, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, uma quadra esportiva e algumas casas que se espalharam à margem do rio.

A outra localidade urbana do município se denomina Barreiro do Rio Verde. Essa é uma pequena área com alguns poucos comércios e residências, nada que compare com a atual localidade de Cachoeirinha.

Assim, além das três localidades urbanas do município e dos seus 18 assentamentos e acampamentos, Verdelândia possui, na sua área rural, grandes fazendas que utilizam avançadas tecnologias para o sistema de irrigação e de produção de gado para corte e de confinamento. Essas fazendas, na sua maioria, são de propriedades de empresários que residem em outros centros urbanos, como Montes Claros, Belo Horizonte e São Paulo. Nessas fazendas, há a presença dos gerentes que contratam a mão-de-obra de trabalhadores rurais residentes no município.

Verdelândia está localizada no Norte de Minas Gerais, possui uma população de 8.029 pessoas residentes, uma área territorial de 1.452 km² e distancia-se da cidade pólo de Montes Claros, cerca de 180 quilômetros. Limita-se com os municípios de Janaúba, de Jaíba, de Varzelândia e de São João da Ponte. A estrada que liga esse município com a cidade de Janaúba é toda pavimentada e encontra-se, até o momento desta pesquisa, em ótimo estado de conservação.

3 - AS SEMENTES DA LUTA: OS NOVOS ASSENTAMENTOS E ACAMPAMENTOS

Os homens fazem sua própria História, mas não a fazem como querem e sim sob as circunstâncias que encontram, legadas e transmitidas pelo passado.

Marx. In. Martins, 2008, p. 53

Cachoeirinha, hoje município de Verdelândia, é, de acordo com a EMATER – Escritório Regional Verdelândia, o primeiro município no estado de Minas Gerais, em número de assentamentos/acampamentos rurais. A área total dos assentamentos corresponde, aproximadamente, a 20% da área total do município. A relação dos assentamentos, bem como o ano de regulamentação dos mesmos são apresentados na TAB. 5.

TABELA 5
Assentamentos de reforma agrária, no município de Verdelândia-MG

ANO	ASSENTAMENTO	TOTAL
1983	Caitité	2
	União	
1989	Boa Esperança	1
1998	Arapuá	
	Arapuim	3
	Verde Minas	
1999	Betânia ¹⁴	2
	Serrana	
2002	Bom Jardim	
	Lagoinha	3
	Volta da Serra	
2003	Bom Sucesso	1
2004	Modelo	2
	Nova Esperança	
TOTAL		14

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

¹⁴ A área geográfica desse assentamento se localiza na divisa entre os municípios de Verdelândia e de Varzelândia. O INCRA considera-o pertencente ao município de Varzelândia. A Prefeitura Municipal Verdelândia e a EMATER de Verdelândia, no entanto, prestam assistência a uma parte desses assentados, que se reconhece cidadão verdelandense.

Além dos assentamentos, foram formados, no município, 4 acampamentos, conforme ilustra a TAB. 6. Eles surgiram a partir do ano de 1999 e, até o momento da realização desta pesquisa, não se encontram regularizados. Mesmo aguardando por decisões judiciais, para serem regularizados pelo INCRA, no geral, eles são incluídos em diversos programas de assistência do governo, beneficiando diretamente as famílias acampadas.

TABELA 6
Acampamentos de reforma agrária, no município
de Verdelândia-MG

ANO	ACAMPAMENTO	TOTAL
1999	Santa Clara	2
	Vitória	
2000	Verde Água	1
-	Brejo dos Crioulos	-
TOTAL		3

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

A nova configuração fundiária do município de Verdelândia começou a partir da criação dos assentamentos União e Caitité, conforme ilustra a TAB. 5, quando foram necessárias mais de duas décadas de luta.

Enquanto os anos da década de 1960 foram marcados pela expropriação de terras no município, os anos da década de 1990 em diante, por sua vez, marcaram um novo panorama para essa região: a reapropriação de terras. Assim os 12 novos assentamentos e os 4 acampamentos criados configuram-se em uma nova forma de conquista da terra.

Atualmente, esse município apresenta um total de 18 assentamentos/acampamentos. A soma do número de assentamentos e de acampamentos ultrapassa a soma das comunidades rurais existentes. Para efeito de visualização, as localizações geográficas desses assentamentos são mostradas na FIG 7:



FIGURA 7 – Localização geográfica dos assentamentos e das comunidades rurais de Verdelândia
 Fonte: EMATER-MG., 2008

3.1 De posseiro a assentado

Os assentamentos e os acampamentos possuem uma área total correspondente a 20.946,17 ha, conforme apresentam as TAB. 7 e 8. De acordo com o Censo Agropecuário 2006, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a área total dos estabelecimentos agropecuários de Verdelândia corresponde a 105.449 ha. Nesse caso, a área total dos assentamentos/acampamentos representa um percentual de 19,86%, em relação à área total dos estabelecimentos agropecuários do município. Esse percentual é bastante relevante e seria aumentado, caso tivessem sido considerados, nesta pesquisa, os dados referentes ao acampamento Brejo dos Crioulos.

TABELA 7

Assentamentos rurais por área (ha) e número de famílias no município de Verdelândia-MG

ASSENTAMENTO	ÁREA/ha TOTAL	ÁREA/ha LOTE	Nº. FAMÍLIAS
União	350,00	10,29	34
Caitité	1.000,00	30,30	33
Arapuá	1.712,93	114,19	15
Arapuim	1.792,93	81,49	22
Betânia	2.700,00	33,33	81
Boa Esperança	2.303,78	76,79	30
Bom Jardim	270,00	18,00	15
Bom Sucesso	1.682,88	70,12	24
Lagoinha	285,00	19,00	15
Modelo	1.427,80	71,39	20
Nova Esperança	500,10	20,4	25
Serrana	530,00	15,14	35
Verde Minas	1.170,00	30,00	39
Volta da Serra	330,75	22,05	15
TOTAL	18.486,17	45,87	403

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

TABELA 8

Relação dos acampamentos rurais por área (ha) e número de famílias, do município de Verdelândia-MG

ACAMPAMENTO	ÁREA/ha	Nº FAMÍLIAS
Santa Clara	280,00	23
Verde Água	900,00	25
Vitória	1.280	22
Brejo dos Crioulos	-	-
TOTAL	2.460 ha	70

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Constata-se, por meio das entrevistas, que os posseiros, protagonistas do conflito agrário de Cachoeirinha, são exemplos de resistência na luta pela terra, para os trabalhadores rurais que, na sua grande maioria, representam os filhos e netos, descendentes e parentes de posseiros. Esses trabalhadores, ao conhecerem de perto a realidade vivida pelos seus antepassados, se organizaram, a fim de que as terras improdutivas que se encontravam sob a apropriação de grandes fazendeiros fossem transformadas em fonte de renda para as suas famílias.

Os assentamentos União e Caitité são marcados pela presença de posseiros que fizeram a história de Cachoeirinha. Com famílias numerosas, esses posseiros informam ter tido, em média, um total de mais de nove filhos. Apoiada na grande quantidade de números de filhos, à época quase todos crianças e adolescentes, é que esta pesquisa sustenta a hipótese de que o conflito de Cachoeirinha se tornou uma referência para os novos assentados e acampados da região e orienta, ainda, a formação da organização social dos mesmos.

Conforme apresentam os Quadros 3 e 4, percebe-se a existência de um significativo número de famílias de assentados/acampados rurais. No município, há um total de 473 famílias, entre assentadas e acampadas. Esses números podem ser aumentados, se levar em conta os filhos casados residentes nos lotes. Em muitos lotes, encontram-se construções que atendem a essas novas famílias (FIG. 8).



FIGURA 8 – Construções de filhos de assentados, nos lotes

No assentamento União, de acordo com o presidente da associação, há 34 lotes e um total de 51 famílias. As 17 famílias a mais representam os filhos casados, que construíram as suas residências nos lotes. Situação semelhante também é identificada nos assentamentos Caitité e Modelo. Esses filhos que não quiseram ou, muitas vezes, não tiveram condições de residir em outras localidades, preferem continuar trabalhando com os pais. Não estão incluídos nesses números os filhos de assentados que, embora casados, ainda residem na própria casa dos pais, nem os netos, que por vezes, estão sob os cuidados dos assentados.

Além disso, a grande característica dos posseiros de Cachoeirinha foi a luta pela terra, com duração de aproximadamente 21 anos. Assim também tem sido a história da nova geração das famílias de assentados e de acampados. Na região, há acampamentos que aguardam cerca de 10 anos pela regularização do INCRA. Sem qualquer perspectiva, esse órgão do governo também não sabe se posicionar quanto aos possíveis encaminhamentos, para as soluções dos impasses.

Os acampamentos Vitória e Verde Água também se espelham na resistência dos posseiros de Cachoeirinha. A demora na regularização deles não tem desestimulado as famílias acampadas. Pelos depoimentos, percebe-se que elas estão dispostas a continuar na luta, o tempo que for necessário:

“Era dia 08 de maio de 1999, quando 100 famílias entraram na fazenda. Dois dias depois da ocupação (10.05.1999), a polícia chegou. Ela não forçou a nossa saída, apenas fez a ocorrência. Nós ficamos morando nos barracos de lonas (plástico preto), com toda a nossa família (inclusive crianças). O gerente da fazenda perseguiu muito a gente: foi ele quem fez a denúncia para a polícia, rasgou as lonas dos nossos barracos [...]. Na época, o fazendeiro esteve aqui, tentou negociar com o INCRA [...] Dizendo o advogado da Liga, isso vai demorar mais uns 5 anos para que a justiça chame a gente, de novo. Já tem quase 10 anos que a gente tenta regularizar essa situação [...]” (Adão Pereira de Souza, 52 a., conhecido como Adão Fubuia).

“ [...] era uma fazenda abandonada. Nós reunimos (cerca de 30 famílias) e resolvemos ocupar a Fazenda Sapé. A polícia veio e fez a notificação. Mas depois os filhos do fazendeiro voltaram, acompanhados da polícia: quebraram os cadeados da cancela da entrada e levaram toda a madeira de lei que eles mesmo haviam amontoado antes da gente acampar aqui. Nos seis primeiros meses, ficamos todos morando na sede, todo mundo junto. A cozinha era comunitária. Somente depois que conseguimos construir os nossos barracos de plástico preto. Moramos 7 anos nos barracos. Somente agora, em 2007, é que conseguimos construir essas casas (alvenaria), com

o dinheiro que recebemos do governo (Programa de Combate à Pobreza Rural - PCPR)¹⁵ e a luz nós conseguimos com o programa Luz para todos” (Cazuza Gregório do Nascimento, 41 a., Acampamento Verde Água).

Além desses acampamentos, outros processos de regularização de assentamentos foram bastante demorados. Como exemplo, pode-se citar o Assentamento Boa Esperança. Segundo o relatório técnico do INCRA, esse assentamento foi criado pela Resolução nº 008, de 29.08.1989. A ocupação, no entanto, foi feita desde o ano de 1987, conforme relatam moradores do assentamento:

“A conquista do nosso assentamento (Boa Esperança) foi por meio da luta pela terra. Em 1987, mais de 40 famílias ocuparam as terras da fazenda. Era terra abandonada. Porém, com 13 dias de ocupação, a polícia veio e colocou todo mundo para fora da fazenda. Ficamos às margens da estrada. Depois de 46 dias da expulsão, retornamos para a fazenda. Foi um período de muita luta e sofrimento. Construímos os nossos barracos com plástico preto. É claro que não sofremos do mesmo jeito dos posseiros¹⁶. Nós nos unimos. Éramos todos da região¹⁷. Ocupamos a terra durante 3 anos. Nós contamos com a ajuda do Sindicato e da CPT.

Somente em 1989 foi que o INCRA desapropriou a terra e fez a regulamentação do assentamento. Recebemos dinheiro do governo para tocar a terra e construir as nossas casas [...]” (Sr. Norberto, 51 a. – Boa Esperança).

“O nome do nosso assentamento foi baseado na conquista. As pessoas não acreditavam que a gente iria conseguir essas terras. Mas a gente tinha a esperança de que conseguiria. A gente se uniu. Através do coletivo é que se conseguem as coisas. Os bichos andam de dois. E as pessoas, juntas, conseguem o que querem. Se você pensa e acredita, você consegue. A gente quer manter a terra. Produzir sem precisar ir embora. Filho de assentado quer continuar na terra. Pouco ou muito a terra produz tudo o que está em cima dela. A gente precisa, mesmo, é de mais investimento na zona rural. Quando melhora na roça, melhora também na cidade” (Sr. Cláudio, 39 a. – Boa Esperança).

As mesmas evidências de luta pela terra são encontradas no assentamento Modelo. Conforme laudo do INCRA, o Decreto de regularização do assentamento é de

¹⁵ PCPR é um programa financiado pelo Banco Mundial e visa a atender a projetos elaborados e executados diretamente pelas comunidades rurais. No Estado de Minas Gerais, a EMATER está diretamente ligada a esse programa. www.emater.mg.gov.br, acesso em 23.12.2008.

¹⁶ Os posseiros a que o entrevistado se refere são os trabalhadores rurais que participaram do conflito agrário de Cachoeirinha, que à época, assim se denominavam.

¹⁷ Antiga Cachoeirinha, hoje município de Verdelândia.

29.04.2004. Apesar de o documento de posse ter sido emitido nessa data, muitas famílias ocupavam, anteriormente, outras fazendas.

Os anos que antecedem as regularizações dos assentamentos contribuem para a conscientização dos trabalhadores rurais sobre a luta pela terra. Para a maioria dos entrevistados, há uma vasta extensão de terras improdutivas (no vocabulário deles, “*terra jogada fora*”), enquanto há, também, um elevado número de trabalhadores precisando de terra para trabalhar. É, pois, sobre esse prisma que um entrevistado concebe essa luta:

“A reforma agrária só existe porque as pessoas entram e ocupam a terra. O que manda é a nossa resistência. Não existe assentamento pacífico. Se não tiver pressão, o INCRA não compra a terra. Só com a ocupação e resistência é que vai conquistar a terra [...]. O Estado tem que desapropriar a terra para assentar o povo. As terras de Verdelândia só tornaram assentamento porque o povo fez ocupação” (Almerindo dos Reis, 58 a., conhecido como Bigode).

No assentamento Modelo, apesar de decorridos 4 anos da sua regulamentação, famílias ainda residem, precariamente, nas construções da antiga fazenda e em barracos de lona preta (FIG. 9). Somente no segundo semestre do ano de 2008, o INCRA liberou recursos para construções de 17 casas das 20 famílias residentes no local, sendo que 3 delas ainda aguardam por soluções de pendências.



FIGURA 9 – Moradia do assentamento Modelo

Os resultados obtidos permitem inferir que o conflito agrário de Cachoeirinha contribuiu, de maneira significativa, para a implantação dos 12 novos assentamentos e dos 3 acampamentos do município. Pode-se afirmar, também, que os posseiros, protagonistas da luta em Cachoeirinha, hoje denominados assentados/acampados, são referências para a nova geração de trabalhadores rurais, moradores da região.

Na maior parte dos históricos dos assentamentos, constatam Leite *et al.* (2004), os conflitos agrários e os movimentos sociais são propulsores para a criação e a implantação dos mesmos. A iniciativa do governo é praticamente inexistente. Nos poucos casos de assentamentos implantados sem conflitos, os assentados envolvidos, em certa medida, possuem experiência de outras ocupações de terra.

Além disso, Francelino *et al.* (2006) consideram que, quando os assentamentos trazem um histórico de luta pela terra, com ocupação, expulsão e resistência, os seus membros apresentam um maior vínculo com a terra, o que contribui para uma melhor organização social do grupo.

3.2 De onde vieram os novos assentados?

É necessário confirmar quem são os assentados que compõem os novos assentamentos. De onde eles vieram; quais referências possuem sobre o conflito; como se dá a reprodução social dos mesmos e quais as relações estabelecidas entre eles e os posseiros.

Os resultados obtidos evidenciam que a grande maioria dos novos assentados possui uma relação de parentesco com os posseiros: são filhos e netos, descendentes e parentes. Os demais são trabalhadores rurais que vieram de regiões próximas, como: Jaíba, Varzelândia, Janaúba e São João da Ponte. As poucas famílias que vieram de outras regiões, como do estado da Bahia, por exemplo, foram atraídas para esses assentamentos, por terem uma relação de parentesco com os posseiros, embora mais distanciada.

Os municípios citados apresentam ligações comerciais e culturais com o município de Verdelândia. No caso específico de Varzelândia, Cachoeirinha pertencia a esse município, até o início do ano de 1997. Atualmente, ainda há um influente intercâmbio entre os dois, além de serem municípios limítrofes. O assentamento Betânia, por exemplo, está localizado entre os seus limites.

Entre os municípios da Jaíba e de Verdelândia há uma ligação que ultrapassa as questões logísticas e geográficas. Como solução para o conflito de Cachoeirinha, terras da

Jaíba foram oferecidas aos posseiros. O Governo do Estado de Minas Gerais, à época, segundo Santos (1985), propôs assentar posseiros de Cachoeirinha em terras da Jaíba. A autora identificou 64 famílias que aceitaram essa proposta. Mesmo diante de impasses entre os que aceitaram e os que não aceitaram aquelas terras, foi criado, na Jaíba, o assentamento denominado Nova Cachoeirinha.

Conforme depoimento de um assentado, percebe-se, portanto, a existência de parentesco entre os assentados, oriundos da Jaíba, com os posseiros de Cachoeirinha:

“O meu pai foi despejado. Hoje ele é assentado na Jaíba e eu sou assentado aqui” (Gilmar Marcos – Assentamento Bom Sucesso).

Nessa situação, foram identificadas algumas famílias, que, após terem recebido título de posse na Nova Cachoeirinha (Jaíba), abandonaram, posteriormente, os seus lotes e retornaram a Cachoeirinha. Frente às inúmeras dificuldades enfrentadas, os posseiros, conforme relata uma dessas famílias, não se adaptaram a esse assentamento.

De outras localidades, no assentamento Modelo, encontra-se um maior número de trabalhadores rurais. Seis famílias vieram de um acampamento localizado no município de Jaíba, 5 eram empregadas na fazenda e 9 são do município de Verdelândia.

Em todos os assentamentos/acampamentos investigados, identificaram-se famílias naturais dos municípios de Verdelândia, Jaíba e Varzelândia. Houve, porém, casos isolados de famílias que vieram de regiões mais distantes, como Salinas e Lontra, estado de Minas Gerais. Essas famílias, residentes nos assentamentos Volta da Serra e Verde Minas, ao serem questionadas sobre como conheceram Cachoeirinha, informaram ter parentes na localidade. Uma entrevistada informou ser nora de um morador de Cachoeirinha e outro, sobrinho de assentado.

No geral, são poucos os assentados que não possuem qualquer tipo de descendência com os posseiros. Os que não possuem uma relação de parentesco vieram atraídos pelo trabalho rural e, antes de se tornarem assentados, já moravam, há muitos anos, na região. Como exemplo, foram identificadas, no assentamento Bom Jardim, duas famílias oriundas do município de Janaúba e de Francisco Sá (Norte de Minas Gerais), que trabalhavam, há mais de 25 anos, nas fazendas da região. Outro caso semelhante há no acampamento Santa Clara: um acampado, natural do Estado da Bahia, trabalhava na região, há mais de 40 anos, como gerente da fazenda, que hoje é acampamento Vitória.

Mesmo sem qualquer relação de parentesco, os anos vividos nas terras de Cachoeirinha proporcionaram a esses migrantes um convívio mais próximo com os posseiros.

Essa convivência faz fortalecer os laços culturais, de amizade, de compadrio e de proximidade, além de poderem vivenciar uma importante troca de sociabilidade. É assim que:

Na ressocialização modernizadora dos acampamentos, na verdade, as concepções tradicionais a respeito de parentesco e outros relacionamentos se revigoram, ganham um dinamismo inexistente antes dessa experiência. Em decorrência, nos assentamentos, a sociedade é literalmente reinventada, abrindo-se para concepções mais largas de sociabilidade e, ao mesmo tempo, fortalecendo as concepções ordenadoras da vida social provenientes do familismo antigo (MARTINS, 2008, p. 39).

Também há, nos assentamentos, jovens trabalhadores rurais que são da região, conhecem toda a história do conflito, por vezes, são parentes de posseiros e que foram motivados a se tornarem assentados, porque a propriedade do pai era pequena, para atender às necessidades dos filhos. Situação semelhante à entrevista abaixo, foi encontrada nos assentamentos Nova Esperança, Serrana e Volta da Serra:

“Eu quis conseguir um lote nesse assentamento, porque o terreno que o meu pai tem é muito pequeno para todos os filhos dele. Por isso, eu tinha que trabalhar para os outros. Mas eu já ouvi falar muito na história do conflito. O meu tio foi despejado e o meu pai também. Nós perdemos tudo, pois a polícia não deixou que a nossa família pegasse nada. Com certeza, os posseiros serviram de exemplo para todos nós. Em quase todo assentamento que existe aqui, tem pelo menos um assentado que era posseiro e muitos parentes de posseiros” (Gilvani Fernandes, 29 a., Assentamento Arapuim).

Não obstante, o vínculo com a região é mantido, mesmo nas situações em que o assentado transfere o direito de posse a outro trabalhador rural. Segundo as lideranças dos assentamentos, quando ocorrem casos de vendas de lotes, a associação do determinado assentamento se reúne para a aprovação. Um dos critérios adotados para aceitar a efetivação da compra é que o comprador seja morador da região. Também esse é um dos critérios do INCRA: assentar as pessoas da região onde o imóvel está localizado.

Constata-se, portanto, que, nos 12 assentamentos e nos 3 acampamentos pesquisados, a maioria das famílias é, predominantemente, descendente de posseiros. Isso inclui a maior parte daqueles que vieram dos municípios de Varzelândia e do Jaíba. A parcela menor daqueles que vieram de municípios mais distantes corresponde aos que já residiam na localidade, desde época anterior à criação de novos assentamentos/acampamentos.

Diante disso, a relação de parentesco e a sociabilidade cotidiana que se apresentam entre os posseiros de Cachoeirinha e os novos assentados /acampados promovem

uma identidade entre os mesmos e garantem um unânime sentimento de pertencimento do lugar onde moram. Nas entrevistas realizadas e nas conversas informais, tornou-se evidente que, para as novas gerações, a luta desses posseiros não marcou apenas a conquista da terra expropriada; parece ter marcado, também, o reconhecimento, a preservação da sua história e a consciência de que a reforma agrária vai além da simples distribuição de terras. É assim que algumas falas representam o sentimento dos entrevistados, incluindo crianças, adolescentes, homens e mulheres:

“A luta dos posseiros contribuiu muito para que hoje a gente pudesse estar aqui acampado; eles foram um exemplo de garra. A luta de Cachoeirinha ficou na história. O sofrimento dos posseiros foi muito e a gente não sofre nada igual a eles. Eu já trabalhei em várias regiões do país (Rio de Janeiro e São Paulo) – não pretendo voltar para esses lugares. O bom filho chora a sua terra” (Deoclides Fernandes, 40 anos – Acampamento Verde Água).

“Sou filho de posseiro. Conheço toda a história. O meu pai foi um dos últimos a ser despejado. Na época, eu tinha uns 12 anos. O meu pai não resistiu como os primeiros posseiros. Ele era medroso. A polícia queria que ele confessasse o crime de “Valdir Gordo”. A minha mãe ficou muito brava, tomou veneno e morreu. Foi aí que saímos da terra. Perdemos tudo, éramos 9 filhos e passamos muita fome, muita necessidade. A história dos posseiros de Cachoeirinha foi um exemplo para os novos assentados[...].” (Adão Oliveira, 46 a., Assentamento Arapuá – No momento dessa entrevista, esse assentado estava acompanhado de um dos irmãos. Os dois choraram muito e a conversa teve que ser interrompida).

De acordo com Woortmann (1985), o parentesco é relevante para as dimensões de reprodução social de comunidades rurais tradicionais:

“O parentesco desempenha um papel fundamental para o campesinato, articulando entre si grupos domésticos (unidade de produção) numa rede mais ou menos extensa onde se constroem relações de reciprocidade e um “capital social”, tanto mais importante quanto mais descapitalizado seja o campesinato no que se refere a um “capital econômico” (WOORTMAN, 1985, p. 192).

Também em entrevista com pessoas, cujas relações com os assentados/acampados são apenas técnico-profissionais, a luta dos posseiros é reconhecida como elemento importante na configuração desse novo quadro fundiário que o município apresenta na atualidade. Para Luci Rodrigues, técnica do INCRA, o conflito de Cachoeirinha foi o marco:

“Qualquer pessoa que conhece a região, já escutou falar dessa história. Nesse conflito, existem 2 símbolos: de um lado há a figura simbólica do Coronel Georgino, representando o latifúndio; do outro lado, os trabalhadores rurais (os chamados posseiros) representando a classe reprimida. Hoje, mais de 20 anos após o conflito, ainda se ouve falar de Cachoeirinha. O grupo Agreste (músicos) também criou uma música em homenagem aos posseiros de Cachoeirinha”.

3.3 As mudanças e as perspectivas na vida de assentado

Em outro tempo, surgem os assentamentos em Cachoeirinha. Ao serem implantados, parte dos trabalhadores rurais deixa de ser empregado rural e torna-se assentado. Essa alteração nas relações de reprodução social provoca efetivas mudanças no modo de vida das pessoas envolvidas no processo. Como assentado, faz-se consciente da sua realidade e integra-se às atividades produtivas e sociais da comunidade onde reside.

“Os assentamentos não só geram empregos e, de alguma maneira, aumentam o nível de renda das famílias assentadas, com reflexos na economia municipal e regional, como também transformam, em diferentes proporções, as relações sociais e de poder local. Em que pese a pobreza de diversos assentamentos, é preciso ter em conta a situação das famílias no período anterior à sua instalação na terra, e atentar para os projetos como uma possibilidade de reestruturação da própria lógica de reprodução da unidade familiar” (LEITE *et al.*, 2004, p. 28).

O trabalhador rural, ao se tornar assentado, enfrenta dificuldades diversas. Apesar das dificuldades, esse ator social pode vislumbrar uma melhoria na sua qualidade de vida e de seus familiares. Ao mesmo tempo, desafia as adversidades impostas pela sociedade capitalista, que, muitas vezes, oprime o indivíduo e o obriga a trabalhar, cada vez mais, para garantir a riqueza alheia.

Em relação à qualidade de vida nos assentamentos, na quase totalidade dos resultados, os entrevistados foram unânimes em afirmar que a vida de assentado ou mesmo de acampado é muito melhor do que a vida que tinham quando trabalhavam e viviam nas fazendas da região. Excetua-se, nessa situação, apenas uma família, que diz gostar mais do tempo em que trabalhava para os fazendeiros do que a vida que leva como assentada. Essa família, que assumia a gerência de uma grande fazenda, se justifica por meio do argumento de que, no final do mês, recebia o salário. Quando questionada sobre as possíveis diferenças que há entre ser gerente de fazenda ou empregado rural, o entrevistado informou que nunca gostaria de ser um trabalhador rural.

O assentado, ao deixar de ser mão-de-obra disponível aos fazendeiros, sente-se mais valorizado e inserido nas políticas sociais e econômicas do país. Não se sente, também, excluído ou explorado por aqueles que detêm o poder do capital. Além disso, a posse da terra vai proporcionar a esse ator social mais liberdade e mais independência. Isso é revelado nas suas falas:

“Apesar das dívidas e das dificuldades, hoje é muito melhor: eu não sou mais obrigado a trabalhar para os fazendeiros. O sentido é fazer no que é meu. Antes, não. A gente pegava a terra bruta, com toco, garrancho; limpava a terra toda, plantava e, no ano seguinte, quando a terra já estava toda limpa, o fazendeiro não deixava mais plantar naquele local. A gente fazia era deixar a manga pronta para o fazendeiro” (Sr. Osório, Assentamento Serrana).

“Antes a gente tinha que trabalhar de empregado. A gente passava fome demais” (Renilsa, 36 a., assentamento Modelo).

“Hoje, a situação está bem melhor. Aqui, todos têm uma vida independente e isso é bem melhor do que ser empregado. O povo não sabe agradecer a condição de poder produzir para eles. Trabalhar de empregado é difícil. Tenho um pedacinho de terra e tenho abobrinha verde o ano todo” (Sr. Norberto Barbosa, 66 a., assentamento União).

“Hoje, moro no que é meu; a terra é para trabalhar. Hoje, a vida está muito melhor. Antes, nem casa para morar a gente tinha. A gente morava nas terras dos fazendeiros. Nós não tínhamos liberdade. Em todos os aspectos, a vida é muito melhor. A gente não está melhor de situação por falta de conhecimento dos assentados. Essa terra tem a coisa mais preciosa do planeta: a água. Esse subsolo é muito rico. Com certeza, passa um rio aqui debaixo. O grande problema é que os gestores do INCRA não conhecem a realidade dos assentamentos e “empatam” os programas.

O mal é que as pessoas esquecem o que passaram e não valorizam o que têm. Quando um companheiro nosso transfere o seu direito para outra pessoa é porque não precisa da terra. É pobre em tudo. Ele só estava de olho nos recursos que recebe do governo [...]” (Sr. Norberto, assentamento Boa Esperança).

As experiências passadas que os assentados trazem como migrantes, também, contribuem para valorizar a vida que levam nos assentamentos. Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, *“a vida está muito melhor”*:

“Na roça, o dinheiro é mais difícil, custa a entrar. Mas mesmo com pouco dinheiro, antes na roça do que na cidade. Na roça, a gente cria uns frangos, sempre tem um franguinho para comer, tem ovos. Sempre tem milho, feijão para comer e, quando sobra, a gente vende. Na cidade, não: é bom para quem tem emprego bom” (Valdete, 41 a., assentamento Verde Minas).

“Toda vida, eu não gostei da rua. Já morei em São Paulo, mas eu gosto mesmo é da roça. A vida que eu levo aqui, não vou falar que é boa, mas é 100 vezes melhor que na cidade. Na cidade, não tem como plantar um pé de mandioca, criar um frango. Aqui na roça, se for possível, a gente pega um gado, mata e come. Aqui, todo mundo planta a sua rocinha” (Sr. Francisco, 53 a. – Nova Esperança).

“Antes, eu morava na Jaíba, trabalhava nas roças dos outros: era bóia-fria. Eu tinha que pagar tudo. Hoje, eu não preciso comprar comida. Tenho um pedaço de terra. Trabalho para os fazendeiros só quando eu quero, quando eu preciso. Às vezes, eu penso que a roça não dá para educar os filhos, mas ela educa na convivência” (Durvalino Cardoso, 48 a., Bom Sucesso).

“Antes de vir para cá, eu trabalhava para os fazendeiros. Muitas vezes, eu trabalhava e não recebia pagamento. Hoje não, se eu trabalho, eu como. Hoje a gente não sofre, como no passado. A gente tem liberdade. Quando a gente podia ficar sentado conversando, quando trabalhava para os fazendeiros? A gente está aqui agora, não é? Antigamente, a gente trabalhava direto, de semana a semana” (Sr. Afonso, 65 a., assentamento Betânia).

O grande sonho das famílias assentadas que possuem filhos casados, que moram em outras localidades, é a conquista de novas terras. Na concepção desses assentados, os filhos poderão retornar às origens, somente quando conseguirem lotes de reforma agrária. Ao serem questionados sobre o maior desejo, as respostas não diversificaram:

“A minha maior vontade é de os assentamentos crescerem e as famílias não precisem sair para trabalhar fora” (Sr, Francisco, 53 a. – Nova Esperança).

“O meu desejo é que todos estejam juntos. Desejo recursos para que os nossos filhos possam ficar. É preciso manter a terra, produzir, sem precisar ir embora. O filho de assentado quer ficar. Os nossos filhos não querem ir embora” (Cláudio, 39 a., assentamento Boa Esperança).

Esses dados remetem a Leite *et al.* (2004), que constatam serem os assentamentos um amparo às famílias de trabalhadores rurais. A criação de novos assentamentos proporciona à família oportunidade de se recompor e de se reorganizar conjuntamente. A aproximação de filhos e netos, descendentes e parentes, dispersos nas diferentes áreas urbanas, restabelece o núcleo familiar rural e torna-se um apoio às atividades econômicas, o que garante a reprodução social dos seus membros.

Assim, a terra, para esses assentados, representa trabalho, comida e fartura. Na concepção dos entrevistados, há uma diferença muito grande com relação à produtividade de quando eram utilizadas para a produção das grandes fazendas, para quando foram transformadas em assentamentos. É unânime a afirmativa da existência de pouca produção nas terras dos fazendeiros. Para 100% dos entrevistados, em todos os imóveis, as áreas eram classificadas como capoeirão. Segundo os assentados, os fazendeiros tiravam toda a madeira, desmatavam para plantar capim e não produziam quase nada. Além disso, o número de trabalhadores rurais era sempre reduzido. Havia, por parte dos fazendeiros, pouca contratação de mão-de-obra. Atualmente, com as divisões das terras em lotes de assentamentos, há maior produção de alimentos, abriga-se um número muito maior de famílias e a terra é fonte de renda para esses trabalhadores que viviam do subemprego:

“Há uma diferença muito grande do que eram essas terras antes, para quando se transformou em assentamento. Antes eram dominadas por um fazendeiro só. Hoje, se vê várias pessoas dominando a sua área, muitas famílias produzindo. Antes, a produção era só gado de corte. Tinha muito pasto. Esse assentamento era cercado por grandes fazendeiros e quase todos nós trabalhávamos para eles. Hoje, não, nós somos os nossos próprios patrões” (Gilvani Fernandes, 29 a, assentamento Arapuim).

A maioria dessas comunidades rurais recebe assistência técnica prestada pela EMATER local. Segundo um técnico desse órgão, em 70% dos assentamentos, os solos não são de boa qualidade, o que também ajuda a agravar as inúmeras dificuldades do dia-a-dia na vida dos assentados. Segundo esse extensionista da EMATER-MG., há, na região, assentamentos que ainda não conseguiram se sobressair, como é o caso dos assentamentos Arapuim e Bom Jardim. Para o técnico, na maioria dos lotes do assentamento Bom Jardim, por exemplo, os solos são pouco férteis.

Em conformidade com Trindade *et al.* (2006), o INCRA, na seleção do imóvel, não tem se preocupado com a qualidade do solo. No processo de desapropriação e implantação de assentamento, a capacidade de uso do solo e o desenvolvimento produtivo

deixam de ser preocupações do órgão, limitando-se, prioritariamente, ao atendimento das demandas de acesso à terra.

De acordo com a EMATER, por falta de máquinas, no ano de 2008, por exemplo, muitos assentados não fizeram preparo do solo. Em decorrência disso, poucas lavouras foram plantadas. Para o preparo do solo, os assentados alugam os tratores dos fazendeiros. Esses aluguéis são possíveis apenas quando há disponibilidade das máquinas. Enquanto o fazendeiro faz o seu preparo no período certo, o assentado, por estar descapitalizado, coloca fogo e planta na enxada.

Apesar de o transporte, nos assentamentos, ser um fator limitante, já há um interesse de se criar uma cooperativa das associações dos assentamentos, para desenvolver a comercialização do que é produzido. Com isso, há um projeto de se ampliar o escoamento da produção, comercializando os produtos também na cidade de Montes Claros – MG.

Há, por parte dos assentados, uma perspectiva de que esses novos assentamentos se tornem tão produtivos quanto os assentamentos União e Caitité, que são, na região, exemplos de emancipação. Ainda, segundo a EMATER-MG., nesses dois assentamentos, todos os lotes já são empastados; possuem lavouras, tratores e implementos, o que contribui para torná-los mais produtivos e competitivos.

3.4 As diversas fontes de renda

O tradicional trabalho agrícola, nos assentamentos, objeto deste estudo, é associado à pluriatividade e transformado em fonte de renda familiar. Assim é o caso do Sr. Dorisvaldo Santiago, 55 a., morador no assentamento Bom Sucesso, que também cultiva plantas medicinais. Os remédios naturais são comercializados nas feiras de Verdelândia, da Jaíba e vendidos a raizeiros da cidade de Montes Claros.

Esse assentado também diz pretender desenvolver um projeto de reflorestamento das margens do córrego, com cultivo de fruteiras, a fim de preservar a natureza. Segundo relato, a EMATER já começou a prestar assistência técnica para esse fim. Para a realização do projeto, o entrevistado afirma que não será uma tarefa muito fácil, visto que, na sua concepção:

“A vizinhança lá¹⁸ do assentamento é muito isolada. [...] São pessoas desconfiadas, devido às falsas promessas. Quando marca uma reunião, aparecem apenas 50% deles. São poucos os que pensam no grupo. Nada é feito no coletivo; tudo é feito de forma individual”.

O isolamento entre os vizinhos, conforme mencionado na entrevista, não anula a existência de solidariedade entre os assentados, no que diz respeito às relações de reprodução social dos mesmos. Observou-se, nesses assentamentos, que nem sempre há produção excedente suficiente a ser vendida no comércio local. Entretanto, sempre há um intercâmbio entre eles.

Segundo o assentado Nilson, do Assentamento União, sempre que algum morador abate um porco, por exemplo, divide-o entre famílias mais próximas. Por sua vez, os vizinhos que receberam parte da carne, retribuem ao doador a parcela recebida, quando possuírem um aporte significativo do mesmo produto ou similar, ou mesmo parte de outra produção de que o primeiro doador esteja necessitando.

Na visão de Costa (2005), há sociedades em que os indivíduos adotam modos de reprodução social que não são caracterizados exclusivamente como econômicos. Essas sociedades se pautam no princípio da cooperação e da solidariedade, o que provoca uma ruptura com os padrões de desenvolvimento adotados pelo modelo capitalista.

O autor identifica, no Norte de Minas Gerais, pequenas unidades de produtores que ainda se organizam, por meio da prática da reciprocidade. Algumas dessas comunidades conseguiram resistir ao capitalismo, priorizando a coletividade, a cultura e a identidade regional.

Assim, as condutas não-econômicas tornam o homem voltado para a reciprocidade e para a redistribuição, não tendo o lucro como o seu único e principal objetivo. O lado social permite a integração, com objetivos voltados para a coletividade. Mauss (1974) constata a dádiva como uma forma de criação de vínculos sociais, baseados na confiança e na reciprocidade, sendo, portanto, uma racionalidade não-capitalista. Há o sistema de trocas de bens e de riquezas e também a troca de bens não-materiais, como a gentileza e serviços, de forma coletiva. A retribuição torna-se uma obrigatoriedade nessas comunidades. Apresenta-se um vínculo de natureza espiritual, ao se repartir a abundância da riqueza material. O prazer está presente na dádiva.

¹⁸ Essa entrevista foi feita na feira de Verdelândia, que acontece aos domingos pela manhã. Nos intervalos dos atendimentos aos clientes, esta pesquisadora da conversava com aquele assentado. Anteriormente a ela, foi feita uma visita a esse assentado, no seu próprio lote.

Foi observado, também, na totalidade dos assentamentos pesquisados, que há uma participação de todos os membros da família na produção agrícola. As mulheres, além de cuidarem da casa, trabalham diretamente na lavoura. Foi percebida, ainda, a presença de mulheres, que, por motivo de viuvez ou de doença dos maridos, assumem integralmente a responsabilidade da produção agrícola, não se limitando apenas ao cuidado de hortas e à criação de pequenos animais. Fato comprovado, por exemplo, na fala da assentada Valdete, 41 a., do assentamento Verde Minas:

“Quando saiu esse lote, eu já era viúva. Vim prá cá com os meus filhos. Hoje já tenho uma netinha. Planto a terra com os meus filhos. Trabalho na roça, crio os meus frangos, tenho ovos, vendo um pouco de milho e feijão, quando sobra. A maior dificuldade aqui, é a falta de recursos. Sempre que dizem que vai sair algum benefício, é uma papelada danada e, no final, não sai nada”.

Por sua vez, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Contagem da População 2007, registra, no município de Verdelândia, um total de 8.029 habitantes. O Censo Agropecuário 2006, do mesmo órgão, registra um total de pessoal ocupado com laço de parentesco com o produtor de 2.010 pessoas. Nesse caso, o índice de 25% representa um elevado número de agricultor familiar, visto que a população urbana ocupada com atividades não agrícolas não foi excluída do total do número de habitantes.

De acordo com Heredia (1979), no meio rural brasileiro, o agricultor produz em conjunto com a família. Com a participação da esposa, dos filhos e das crianças nas atividades internas da roça, há a divisão social do trabalho.

Em relação a esse processo produtivo, embora o marido seja o gerenciador da produção tradicional, a esposa, juntamente com as crianças e filhos, toma conta da casa, trabalha no roçado e, ao mesmo tempo, pratica a agricultura de quintal, o que compõe a renda familiar. Segundo a autora, é na agricultura de quintal que se produz o frango, as frutas e as verduras, que servem para o abastecimento alimentar da família e a venda do excedente.

Também foi observado que as crianças e os adolescentes sempre ajudam nos trabalhos domésticos ou nas lavouras. Durante os trabalhos de pesquisa, observou-se a participação dos jovens nos mais diversificados tipos de trabalho. Mesmo as crianças pequenas (4 anos) ajudam os irmãos maiores. De modo geral, fazer a comida é uma responsabilidade dos adolescentes, que sempre são ajudados pelos irmãos mais novos.

Embora essas famílias se esforcem, no sentido de se organizarem em torno da divisão social do trabalho, por meio de uma rede de solidariedade, como mecanismo de

sobrevivência, ficou evidenciado que, na quase totalidade dos assentamentos pesquisados, um significativo número delas não consegue sobreviver apenas da renda do trabalho interno.

Identificaram-se, no assentamento Boa Esperança, por exemplo, famílias em que os homens trabalham em outras regiões, nas fazendas de café. Segundo informações do assentado Cláudio, 39 anos:

“Aqui, existem famílias em que os maridos precisam sair para trabalhar fora. Eles vão trabalhar no café, na região de Piuí, Sul de Minas Gerais, enquanto as esposas, geralmente, trabalham em casa”.

Também, o Sr. Francisco, 53 a, morador do assentamento Nova Esperança, costuma se deslocar para São Paulo, nos períodos de seca, para trabalhar nas construções, como pedreiro. Para esse assentado:

“A minha maior vontade é de os assentamentos crescerem e as famílias (os maridos) não precisarem sair para trabalhar fora. As famílias sempre saem para trabalhar fora. Eu sou pedreiro e todo ano vou trabalhar em São Paulo. Já morei lá, mas não gosto de lá, não. Eu vou, trabalho, ganho um dinheiro e volto para a roça”.

Costa (2005) considera que, no Norte de Minas Gerais, sempre há necessidade de o trabalhador rural vender a sua força de trabalho para os fazendeiros de outras regiões:

“Vivendo em uma realidade social em que o dinheiro se transformou no agente principal de qualquer atividade, as milhares de famílias de lavradores necessitam cada vez mais se submeterem à venda da força-de-trabalho, externamente, para suprirem as demandas imprescindíveis à reprodução de cada um, da família e da coletividade em que estão inseridas. Instaure-se um processo de migração sazonal para as regiões mais ricas do país, dado que no norte de Minas os valores pagos pelos fazendeiros não são atrativos para viabilizar o amedidar dos recursos financeiros pretendidos, por cada um, quando oferta sua força-de-trabalho no mercado agropecuário nacional. [...] A oferta de trabalho nas fazendas da região continuam em processo, mas elas não se configuram como sendo a estratégia privilegiada dos lavradores que preferem migrar, sazonalmente, para fora do norte de Minas, principalmente para a região do café no triângulo mineiro, para a região de agricultura irrigada baiana e para a região do corte da cana e colheita de laranjas paulista” (COSTA, 2005, p. 56).

Embora Costa (2005) tenha constatado a pouca preferência dos trabalhadores rurais da região norte-mineira por trabalhos para os fazendeiros situados nessa região, é muito comum encontrar, na quase totalidade dos assentamentos pesquisados, homens que trabalham, no período de seca, nas fazendas vizinhas. O Sr. João Geraldo, 45 a., é um dos que declara ter que trabalhar para os fazendeiros da região:

“Eu vivo trabalhando para os outros (diarista). Eu tenho 9 filhos; 4 ainda moram comigo. Se não for assim, como vou sustentar os meus filhos?”

Esses dados evidenciam a necessidade de grande parte dos assentados em vender a força-de-trabalho para fazendeiros da própria região.

Outra atividade comum na complementação de renda é a produção de carvão. Essa é uma atividade assumida pelos assentados e justificada como uma condição para a sobrevivência da família, principalmente nos períodos de estiagem. Para esses assentados, é com essa renda que se consegue ajustar as finanças domésticas e os investimentos na lavoura. Eles afirmam, constantemente, que queimam apenas as plantas oriundas do capoeirão (resquício da vegetação nativa) e não produzem carvão com a queima de plantas de reservas, não havendo desmatamento. De acordo com os entrevistados, o desmatamento foi realizado pelos antigos fazendeiros, durante a formação de grandes pastagens, antes da entrada deles nos lotes:

“Quando entramos aqui, a terra estava cheia de capoeirão. Toda coberta de mata. O fazendeiro já havia desmatado tudo e feito pasto” (Sr. Norberto, 51 a., assentamento Boa Esperança).

Assim, na concepção de Ferreira Neto (2006), “[...] mente quem diz que os assentados desmatam, pois na maioria das áreas de assentamento em Minas Gerais não existe mais o que desmatar. O assentado, mesmo aquele mal intencionado que eventualmente exista, chegou tarde” (FERREIRA NETO, 2006, p. 304).

De acordo com um funcionário da EMATER-MG., a maioria dos assentados que produzem carvão encontra-se irregular, com relação ao licenciamento. Mesmo assim, todos fazem os fornos e vão queimando devagar. Há os caminhoneiros que compram, clandestinamente, a produção do carvão. O Instituto Estadual de Floresta (IEF)¹⁹ é ausente e dificilmente fiscaliza a região.

Apesar da produção de carvão ser uma realidade em quase todos os assentamentos, os assentados não se sentem à vontade para falar sobre o assunto. Por outro lado, alguns entrevistados acusam o IEF de facilitar a liberação dos licenciamentos aos produtores rurais da região, que possuem dinheiro e pagam pelos mesmos.

Além das dificuldades próprias da vida de um trabalhador rural assentado, a inadimplência também é um elemento que atrasa a liberação de recursos de programas do governo, o que é agravado com a morosidade nas liberações de verbas federal e estadual.

¹⁹ O Instituto Estadual de Florestas (IEF) é uma autarquia responsável pela preservação e conservação da vegetação, bem como pelo desenvolvimento sustentável dos recursos naturais renováveis. www.ief.mg.gov.br
Acesso em 05.01.2009.

Segundo a EMATER local, o governo não prepara o trabalhador rural para se tornar um empreendedor, nem para ser gestor de sua própria terra. Como exemplo disso, o assentamento Boa Esperança ao criar uma cooperativa para a irrigação de banana, juntamente com outras associações dos municípios de Manga e Januária, tornou-se endividado. Ao desenvolver projetos sem planejamento e sem critérios, adquiriu uma dívida de mais de 7 milhões de reais, o que dificultou novos investimentos. Somente em 2008, conseguiu se recuperar e está iniciando um projeto de financiamento da produção de leite.

Vale ressaltar a presença, na região, de assentados que compraram novos direitos de posse de outros, passando a possuir um total de 2 ou mais lotes. Esses direitos de posse geralmente são documentados em nome de um filho ou de um parente. No assentamento Serrana, conforme informações de moradores, 6 trabalhadores rurais venderam as suas terras. Além disso, em vários assentamentos, há alguns novos proprietários de lotes que não se classificam como trabalhadores rurais, em potencial. São, na realidade, comerciantes que compraram direito de posse de ex-assentados. Esses comerciantes, donos de supermercado, de farmácia, de barzinhos, de borracharia, de pensão ou de açougue, embora prestem assistência periódica aos seus imóveis rurais, pagam mão-de-obra a trabalhadores rurais não assentados.

“[...] Aqui tem de tudo: tem o companheiro que não mora no seu lote e produz muito melhor do que muitos que aqui moram. Tem aquele que compra o direito do outro e fica com dois ou mais lotes. Tem aquele que ainda precisa sair para trabalhar para os fazendeiros [...]” (Sr. Norberto – Boa Esperança).

Assim, para Martins (2001), a população rural também reconhece a renda da terra. A compra e a venda de terras são formas de aumentar o patrimônio familiar. Essa é uma situação que, segundo o autor, atinge quase metade dos beneficiários do programa de reforma agrária brasileira.

3.4.1 Dos programas de benefícios de renda

Na região de Cachoeirinha, foram identificados assentados que não precisam complementar a renda familiar com trabalhos para fazendeiros. Especificamente nesse caso, esses assentados declaram que recebem auxílio de programas do governo, como aposentadoria e bolsa escola, por exemplo. O Sr. Afonso, 65 a., do assentamento Betânia, por exemplo, diz que:

“Eu não saio para trabalhar para os fazendeiros da região, porque sou aposentado e a mulher recebe o dinheiro do Bolsa-Escola dos meus 7 filhos. Além disso, todos os meus filhos já me ajudam na roça. É a aposentadoria (e a Bolsa-Escola dos meus filhos) que me ajudam a viver. Se não fosse essa ajuda, eu precisaria sair para trabalhar fora, trabalhar para os fazendeiros. Hoje, eu não preciso mais fazer isso”.

O programa Bolsa-Escola²⁰ é um complemento de renda de um significativo número das famílias assentadas no município de Verdelândia. O dinheiro recebido pelas famílias contempladas também ajuda na manutenção do sustento da casa. Os benefícios que esse programa proporciona são relatados nas falas de vários entrevistados que recebem essa contribuição, como, por exemplo, D. Maria Nazareth e Cláudio:

“A Bolsa-Escola foi uma bênção de Deus. É um milagre de Deus. Nós aqui, não temos ajuda de nada. É com esse dinheiro que eu compro roupas, sapatos para os meus filhos e até comida” (D. Maria Nazareth, 54 a., assentamento Verde Minas).

“A Bolsa Família é a única forma que o governo Lula achou para matar a fome. Resolveu o problema do pessoal. Se fosse esperar criar empregos, o resultado seria para daqui a 10 anos. O povo morreria de fome. A Bolsa foi para acabar com a fome” (Cláudio, 39 a., Assentamento Boa Esperança).

Em conformidade com Silva (2006), os programas de transferências de renda, aqui nesse contexto denominados de Bolsa-Escola, são um modo de o Estado proporcionar a valorização do ser humano. Esse programa facilita a permanência de crianças de famílias de baixa renda na escola e auxilia no desenvolvimento da auto-estima da mulher, por ser um programa pago diretamente a ela. Além disso, contribui na erradicação da pobreza, resgatando a dignidade e a cidadania dos seus beneficiários.

Também, para Valente (2003), o Programa Nacional de Bolsa-Escola ultrapassa os muros da escola. Contribui no aquecimento do comércio local, principalmente das regiões mais pobres. Eleva a qualidade de vida das populações carentes e reduz a desigualdade social em que vive a grande maioria da população brasileira.

Entretanto, para Tavares e Pozello (2006), o programa Bolsa-Escola não consegue alcançar o seu objetivo primeiro, de incentivar o acesso à escola, contribuindo para que a

²⁰ Segundo Silva (2004), o programa Bolsa-Escola faz parte dos programas de transferência de renda e foi criado pela Lei Federal nº 10.219, de 11 de abril de 2001. Destina-se a crianças entre 6 a 15 anos, pertencentes à famílias com até meio salário mínimo *per capita*.

criança carente estude mais, nem tampouco conseguiu proporcionar a redução da pobreza.

Para as autoras,

“[...] o impacto do programa sobre pobreza e desigualdade foram muito reduzidos, não atingindo nem 1%. O que explica esse resultado é o baixo valor do benefício. [...] não consegue alterar substancialmente a condição material das famílias beneficiárias [...]. Caso desejasse que os efeitos sobre a pobreza fossem mais significativos, o valor do benefício deveria ser cerca de 8 vezes maior do que os R\$15,00 atuais.” (TAVARES; POZELLO, 2006, p. 24).

Também é importante ressaltar que, para o bispo de Goiás e conselheiro da CPT, dom Tomás Baldino, as ajudas do governo com o programa Bolsa Família têm contribuído na diminuição dos integrantes do MST. Se a finalidade primeira, para entrar no MST, é fundamentalmente econômica, conforme pesquisa feita pelo Datafolha, em 1996, para o bispo, em depoimento ao Jornal Folha de São Paulo, de 18.01.2009, ao receber ajudas de programas como Bolsa família, a pessoa não se interessa em se inscrever no movimento de luta pela terra. De 2003 a 2008, os beneficiados por esses programas passaram de 3,5 milhões para 11 milhões.

Entretanto, para o economista João Pedro Stedile, coordenador nacional do MST, em entrevista concedida a essa mesma edição, o esvaziamento do MST não se relaciona ao programa Bolsa Família. Para esse entrevistado, o Bolsa Família é apenas uma política adotada, com a finalidade de reduzir a fome de milhares de brasileiros que vivem de forma miserável e não participam de lutas sociais.

Além dos benefícios gerados pelo Bolsa-Escola, conforme entrevistas realizadas com as mulheres assentadas, a aposentadoria é outro benefício que complementa a renda familiar de vários assentados e a pensão é uma fonte de renda para algumas famílias. Encontram-se, nos assentamentos, proprietários de lotes que são beneficiários da aposentadoria rural²¹. Embora aposentados, eles continuam trabalhando na lavoura, exercendo atividades relativas ao meio rural: plantio de roças, criação de gado e animais, etc. É muito comum encontrar homens e mulheres, na idade entre 70 a 80 anos, trabalhando diariamente nos seus lotes. O trabalho rural é uma realidade na vida de assentado e de assentada, nessa faixa etária. Os poucos idosos que não trabalham nas lavouras são os que se encontram enfermos e/ou acamados.

Para D. Tereza, 46 anos, residente no assentamento Nova Esperança, e para o Sr. Pedro José, 76 anos, residente no assentamento Bom Jardim, a pensão e a aposentadoria proporcionam às suas famílias uma melhor condição de vida:

²¹ Segundo Silva (2004), as aposentadorias e pensões rurais, destinadas aos trabalhadores rurais têm o valor de um salário mínimo.

“A vida agora é melhor. Eu vivo com o dinheiro da pensão do meu marido. Crio os meus filhos e ajudo a minha filha criar a filha dela (neta), que também mora comigo”.

“Vivo aqui com a minha mulher e o que me ajuda é o dinheiro da aposentadoria. Mas mesmo recebendo o dinheiro da aposentadoria, eu ainda trabalho na roça. Você (esta pesquisadora) me encontrou aqui hoje, só porque eu machuquei meu pé e está doendo muito”.

Segundo Delgado (2000), o trabalhador rural idoso e inválido, independente do sexo, somente teve acesso aos benefícios da previdência social a partir da Constituição de 1988. Anteriormente, esse trabalhador se beneficiava de recursos advindos do Fundo de Amparo ao Trabalhador Rural (FUNRURAL)²², que eram pagos apenas ao cabeça do casal, num valor de meio salário mínimo.

A universalização do seguro previdenciário rural passou a ser garantia de uma melhor reprodução econômica familiar de trabalhadores rurais, sobretudo os residentes em comunidades pobres. A renda mínima estável destinada a esses atores sociais “tem sido uma política altamente eficaz para reduzir drasticamente a linha de indigência nos domicílios rurais brasileiros” (DELGADO, 2000, p. 16).

Esse autor evidencia uma melhoria social e econômica de famílias beneficiárias. Sem essa renda, o atendimento às necessidades básicas de vida continuaria comprometido. Além disso, os gastos de consumo e produção têm aquecido a economia do município e, conseqüentemente, as próprias finanças municipais.

Barbosa (2003) constata, no Brasil, a inexistência de políticas sociais, capazes de minimizar as desigualdades e os desequilíbrios na distribuição de renda, o que amplia a carência, a pobreza e a dependência de grande parte da sua população, sobretudo a constituída pelo trabalhador rural. Os benefícios advindos da Previdência Social Rural, por meio das aposentadorias/pensões, também, suprem a falta dessas políticas, que, por sua vez, favorecem, diretamente, o trabalhador rural e a sua família.

Esse autor também demonstra que, no Norte de Minas Gerais, os recursos da previdência social têm proporcionado ao trabalhador rural a sua reprodução social. Esses benefícios têm garantido a subsistência familiar e até mesmo financiado a pequena produção, quando se gasta parte desses recursos com custeios e investimentos agropecuários. Além disso, para esse autor,

²² O FUNRURAL foi inaugurado no Regime Militar, em 1971.

Os benefícios pagos aos idosos rurais, oriundos da Previdência Social Rural têm se constituído em importante fonte de recursos que circulam nos municípios. Em regiões economicamente frágeis, como o caso do semi-árido mineiro, esse aporte de recursos torna-se ainda mais significativo (BARBOSA, 2003).

Mesmo diante da constatação dos benefícios gerados por meio dos pagamentos de aposentadorias e de pensões, o Estado deverá reestruturar políticas públicas específicas para o trabalhador rural. De acordo com Wong e Carvalho (2006), o sistema previdenciário brasileiro, a curto prazo, poderá não conseguir atender às crescentes demandas. Portanto, outros programas de alocação de recurso deverão suprir as necessidades desse público envelhecido.

Esses autores apresentam dados que indicam um elevado crescimento da população brasileira envelhecida. O índice de adultos com idade superior a 65 anos, prevista para o ano de 2025, deverá ser triplicado, em relação ao observado em 2000; enquanto haverá um declínio no número de adultos economicamente ativos, que chegará a um índice de 65% em 2050. Esse novo quadro populacional irá gerar uma receita bastante inferior às despesas, o que comprometerá a área de seguridade social do país.

Ainda segundo Wong e Carvalho (2006), o grande desafio do Brasil é criar medidas para enfrentar essa difícil situação, garantindo a continuidade da seguridade social. Ao mesmo tempo, o Estado deverá proporcionar à sua população um envelhecimento saudável, com melhorias nas condições de vida. A criação dessas medidas possibilitará à maior parte da população, sobretudo a constituída de trabalhador rural idoso, maiores condições de usufruir da aposentadoria ou da pensão, sem a premente necessidade de utilizá-la apenas no rearranjo econômico familiar.

3.5 Os modelos de financiamento dos assentamentos

A modalidade de reforma agrária de mercado, no Brasil, manifesta-se a partir de políticas destinadas à transferência de terra, implementadas pelo Banco Mundial. Essas políticas foram adotadas pelo Banco da Terra e, recentemente, pelo Crédito Fundiário, tornando-se programas de acesso à terra.

Esses programas de assentamentos realizados pelo Banco da Terra e pelo Crédito Fundiário constituem-se, de acordo com Buainain (2008), de concessões de crédito fundiário, destinados às associações de trabalhadores rurais, para a aquisição de terras e infra-estrutura.

As políticas fundiárias favoráveis ao mercado, para o autor, resultam na agilidade em atender às demandas por terras, sem conflitos e implantar os assentamentos rurais, com baixos custos.

O Banco da Terra teve início no ano de 1998. Os seus objetivos, em conformidade com Camargo *et al.* (2005), eram financiar o acesso à terra e investir em infraestrutura básica para os trabalhadores rurais sem terra. Esse programa concedia ao beneficiário, o prazo de até 20 anos e carência de três anos, para quitar a dívida. O valor do pagamento anual era acrescido de juros, que variavam de 6 a 10 %. Em 2003, esse Banco foi extinto, sendo substituído pelo Crédito Fundiário, que manteve os mesmos prazos de financiamento e carência. Segundo os autores, o Crédito Fundiário conta com mais participação da sociedade.

Para Camargo *et al.* (2005), há, nos programas desenvolvidos pelo Banco da Terra e pelo Crédito Fundiário, diferenças peculiares. As condições de financiamento constituem-se de elementos diferenciadores. Enquanto no Banco da Terra, o trabalhador rural assumia todas as despesas de financiamento, inclusive as despesas referentes à implantação de infraestrutura, como, por exemplo, habitação, energia, rede de água, etc., no Crédito Fundiário, esses investimentos não são restituídos pelo beneficiário.

No município de Verdelândia, dos 12 novos assentamentos implantados, 6 foram regulamentados pelo INCRA, 5 foram regulamentados pelo programa Banco da Terra e 1 pelo Crédito Fundiário, conforme demonstra o Quadro 1:

QUADRO 1

Relação dos assentamentos / órgão de regularização, no Município de Verdelândia-MG

INCRA	BANCO DA TERRA	CRÉDITO FUNDIÁRIO
Arapuá	Bom Jardim	
Arapuim	Lagoinha	
Betânia	Serrana	Nova Esperança
Boa Esperança	Verde Minas	
Bom Sucesso	Volta da Serra	
Modelo		

Fonte: Pesquisa de campo, 2008

Dos 6 assentamentos regulamentados pelos programas fundiários brasileiros, apenas o assentamento Verde Minas possui lotes com aproximadamente 30 ha por família. Os

demais assentamentos, a área de cada lote é de aproximadamente 20 ha. Conforme demonstra a TAB. 7, em dois desses assentamentos, os lotes possuem áreas correspondentes a 15 ha.

De acordo com as entrevistas, todos os assentamentos, objeto desta pesquisa, regularizados pelo programa Banco da Terra, encontram-se desprovidos de qualquer tipo de assistência, por parte do órgão responsável. O caráter de abandono contribui para que muitos beneficiados desse programa desconheçam qual o órgão, que, na atualidade, se responsabiliza pelos assentamentos.

Também o Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais (ITER)²³, órgão que assumiu a responsabilidade desses assentamentos, não sabe ou não se interessa em prestar informações sistematizadas sobre os 5 assentamentos regularizados pelo Banco da Terra. Segundo funcionários, esses assentamentos são considerados “*filhos sem pai*”.

Ao questionar os assentados sobre os motivos que os levaram a buscar os benefícios desses programas, todos foram unânimes em informar que os processos de regularização dos assentamentos e, conseqüentemente, os benefícios relacionados à infraestrutura eram bastante rápidos:

“O assentamento implantado pelo Banco da Terra, as coisas são mais rápidas. Quando completou 4 meses que comprou essas terras, tudo já estava pronto. O dinheiro é liberado muito mais rápido. Pelo INCRA, demora muito mais” (Sr. Francisco, 50 a., Assentamento Nova Esperança).

“Assim que se formou a associação, o pessoal achou uma fazenda para comprar e negociou com o fazendeiro. A gente deu sorte. Foi tudo muito rápido” (Maria Nilza, 40 a., assentamento Volta da Serra).

“Nós criamos a associação e o prefeito (administração 2000-2004) fez o projeto da terra. Essa fazenda não foi escolhida pelos assentados (associados). Foi a prefeitura que descobriu essas terras e o fazendeiro vendeu as piores terras, que hoje é esse assentamento. Nós não recebemos nenhuma assistência do Banco. O governo apenas deu (comprou) a terra, colocou a gente aqui e foi embora. Ainda não conseguimos pagar nenhuma parcela da dívida. A vantagem do INCRA é que sai mais recurso para o assentado e a carência para o pagamento é maior, 10 anos” (Sr. Francisco, assentamento Verde Minas).

²³ O ITER é uma autarquia estadual, vinculada à Secretaria de Estado Extraordinária para Assuntos de Reforma Agrária. Tem como finalidade planejar, coordenar e executar a política fundiária estadual, de acordo com o Programa Estadual de Reforma Agrária. www.iter.mg.org.br

Também foi questionado aos assentados se havia, na visão dos mesmos, alguma diferença entre os assentamentos regularizados pelo INCRA e os dos programas do Banco da Terra/Crédito Fundiário. Para eles, as ações do INCRA são muito demoradas e as pessoas somente conseguem a terra por meio de ocupações, o que muitos consideram um processo arriscado e até mesmo perigoso para as famílias envolvidas:

“Foi tudo rápido. Já venceram duas parcelas, mas não pagamos nenhuma. A minha família não quis acampamento. Acampamento é na raça. Tem muito risco. Tem que arriscar para mobilizar o governo. O fazendeiro manda polícia e a gente tem que estar peitando: homem, mulher, menino. Pode acontecer até uma tragédia” (Maria Nilza, 40 a., Volta da Serra).

“A minha família não queria terra de invasão. Comprando a terra, a gente não é despejado e não tem briga” (Cleide, assentamento Serrana).

“Fui a Belo Horizonte várias vezes. O INCRA mandou que invadísemos a terra. Nós não quisemos. Invadir a terra é muito arriscado” (Sr. Osório, assentamento Serrana).

“Há muito mais vantagem ser assentado pelo INCRA. O pessoal vem sempre para dar acompanhamento. Contratam técnicos que elaboram e explicam os projetos. Há um maior prazo para pagamento da dívida, pois a carência é de 10 anos. Tem até 20 anos para terminar de pagar a dívida. Se a gente tem filho estudando, tem 50% de desconto. Mas o INCRA também tem muita burocracia. Tudo no INCRA é muito demorado. Somente depois de 4 anos que a gente recebeu essas terras (Assentamento Modelo), foi que o INCRA liberou dinheiro para construção das casas. Mesmo assim, das 20 famílias, apenas 17 receberam esse financiamento. As outras 3 ainda estão dependendo da papelada do INCRA” (Sr. Bigode, Assentamento Modelo).

As declarações acima são reforçadas pela opinião do técnico da EMATER, José Roberto, no município de Verdelândia, de que os programas de assentamentos do Banco da Terra não têm prestado qualquer tipo de acompanhamento ao assentado. Segundo o técnico, o engenheiro agrônomo que assinou esses projetos nunca mais voltou aos assentamentos para prestar qualquer tipo de assistência ou vistoria. Na atualidade, ninguém sabe informar quais foram os agrônomos responsáveis por esses projetos. No geral, as terras compradas foram as de pior qualidade e o trabalhador rural ficou com essa dívida no banco.

Ainda na concepção desse extensionista, o Banco da Terra foi uma espécie de “reforma agrária via correios”. A única preocupação do governo é de dar a terra. Mesmo

assim, o trabalhador rural ainda prefere essa modalidade de aquisição da terra, devido à agilidade do processo. Na sua avaliação, embora seja mais demorado, o INCRA apresenta melhores condições de acompanhamento do assentado.

Também para o extensionista rural da EMATER – MG., Edson Soares dos Anjos, a maioria dos imóveis comprados pelo programa do Banco da Terra é de solos de baixa fertilidade. Há interesses particulares envolvidos nesse processo. Por outro lado, o trabalhador rural que está ansioso por conseguir a terra para trabalhar, não consegue perceber a qualidade da terra que está sendo comprada. Não há uma equipe do próprio programa para inspecionar essa compra. Com isso, o assentado é o maior prejudicado.

Medeiros (2002) constata que o fato de o assentado não observar a qualidade do solo do imóvel a ser comprado, também, se justifica no desejo que traz consigo de não querer deixar o lugar onde mora. Esse sentimento de pertencimento com lugar de origem, muitas vezes, contradiz com a concepção de reforma agrária dos organismos estatais.

Ainda, para a autora, os programas fundiários de reforma agrária, com base na compra da terra também são criticados pelos movimentos sociais. Essa modalidade voltada para o mercado, a privatização da reforma agrária, de certa forma, desobriga o Estado de mudar a estrutura fundiária, além de desmobilizar os movimentos sociais. Isso implica, mais uma vez, na manipulação de medidas que beneficiam diretamente o grande proprietário.

Também na visão de Mendonça e Wolff [200 -], esse modelo de reforma agrária beneficia, diretamente, o latifundiário, em detrimento ao trabalhador com pouca ou sem terra. O fomento de venda de terra, ao contrapor às propostas dos movimentos sociais por reforma agrária ampla e profunda, contribui para o endividamento e o empobrecimento do trabalhador rural. Ainda aumenta a concentração de terra, beneficia os grandes proprietários, que, geralmente, vendem as suas piores terras a preços inflacionados, em dinheiro e à vista; estimula a prática de corrupção e clientelismo, além de desmobilizar o INCRA, que reduz as suas atribuições, frente ao mercado de terras. Com isso, o governo deixa de cumprir a sua obrigação constitucional de desapropriação de terras por interesse social.

Os assentados que possuem ligação mais direta com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e, sobretudo, com a Liga Camponesa da região de Cachoeirinha, também, são contrários à reforma agrária, por meio da compra de terra:

“A Liga (Camponesa) orienta a não participar de programas de compra de terra, porque a terra tem que ser distribuída, tem que ser usada, e não negociada. O lema da Liga é de uma revolução agrária; uma revolução das pessoas do campo; revolução de união e revolução é reivindicação” (Almerindo dos Reis, 58 a., conhecido como Bigode).

A reforma agrária via INCRA é um grande instrumento de justiça e de inclusão social. Entretanto, os seus instrumentos devem ser aprimorados, tais como: organização da produção, infra-estrutura coletiva, comercialização, assistência técnica, melhoramento de mercado e ampliação do número de servidores que trabalham nesse órgão. Atualmente, a capacidade operacional desse órgão encontra-se totalmente defasada. Há uma escassez de funcionários, o que dificulta o desenvolvimento das atividades. Atuando no Norte de Minas Gerais, por exemplo, há apenas 2 servidores. Para atender a 32 Projetos de Assentamentos (PAs), num total de 2.285 famílias; incluindo o município de Verdelândia, há apenas 1 técnico responsável, o que torna quase que inviáveis os trabalhos de fiscalização e assistência prestadas aos assentados.

Por sua vez, o INCRA possibilita ao trabalhador rural o acesso à terra. Contempla o pessoal de baixa renda e de baixa escolaridade, com perfil rural, ou seja, atende a um pessoal diferenciado do urbano. Para quem não tem nada é uma fonte de renda. De acordo com o INCRA, dos que demandam a terra, há um percentual de 80% dos que querem, de fato, trabalhar a terra; os outros 20% representam aqueles que não têm grandes pretensões em relação à terra.

3.6 Agrovilas – as casas sem moradores

As construções das casas dos assentamentos se diferenciam: há as casas construídas dentro dos lotes (FIG. 10) e há os assentamentos que seguem o modelo de agrovilas. Nesse município, 35,7% dos assentamentos possuem a estrutura de agrovilas, a saber: assentamentos Bom Jardim, Lagoinha, Serrana, Verde Minas e Volta da Serra.

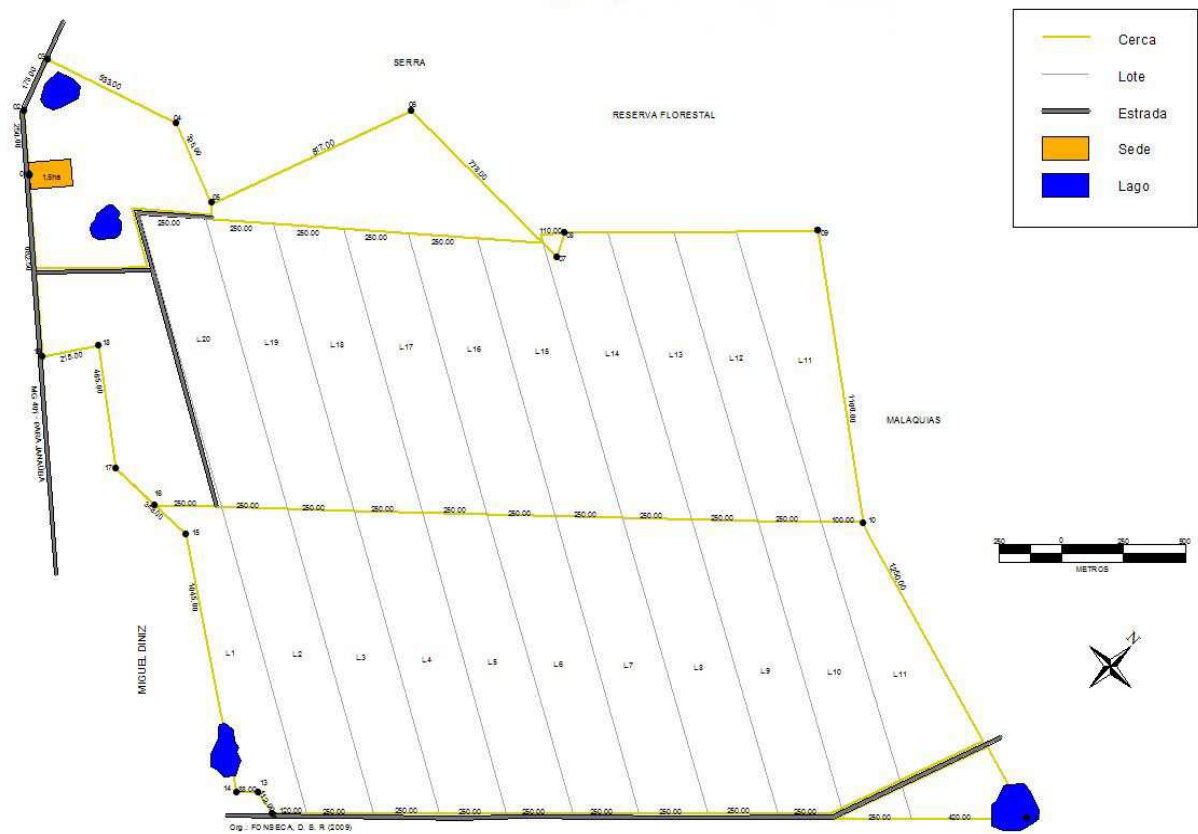


FIGURA 10 – Mapa assentamento Caitité, Lote Agrário
 Fonte: RURUALMINAS, 1983

Por agrovila, Estrela (2006) concebe uma organização espacial que separa as residências do local de produção dos assentados (FIG. 11).

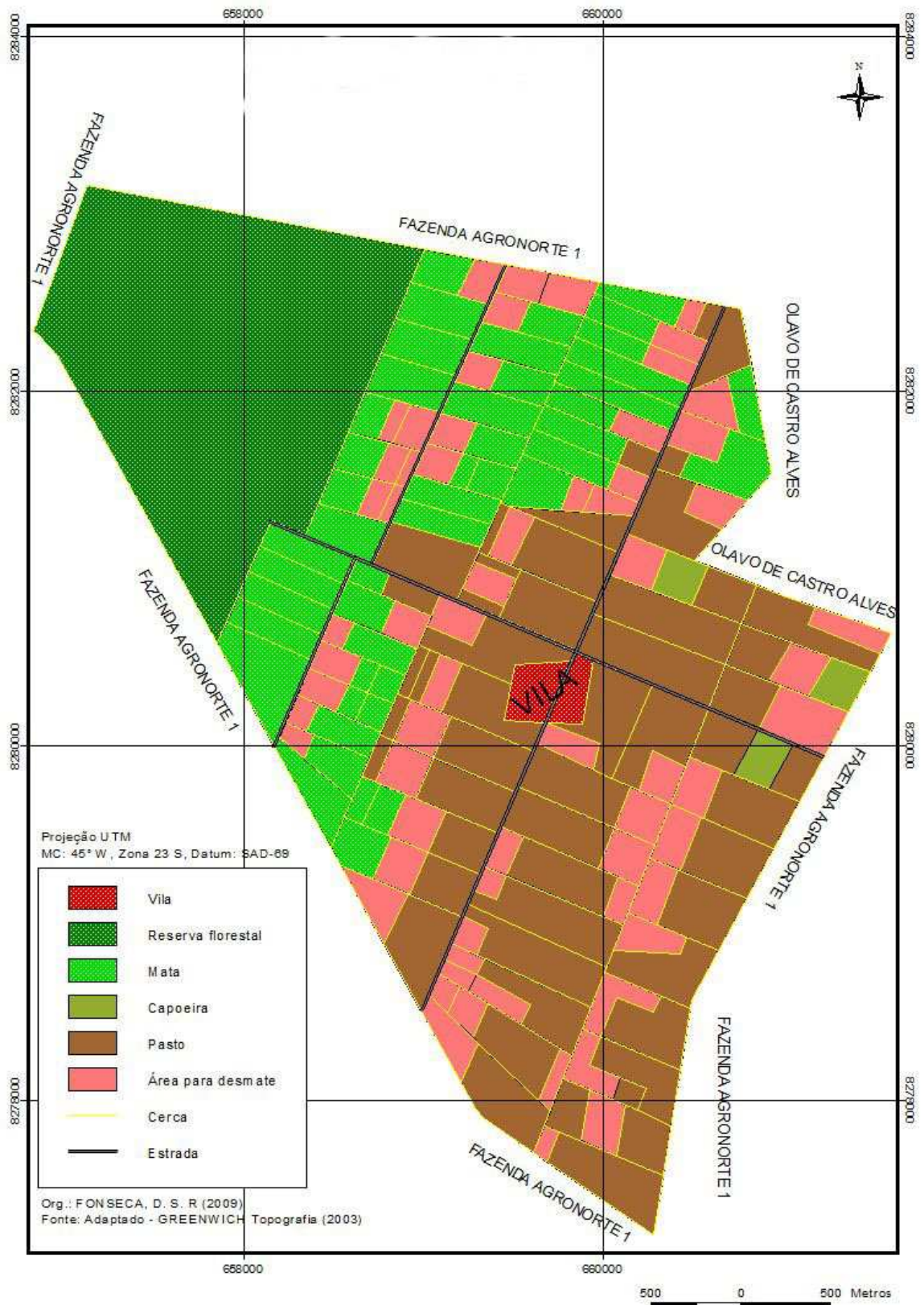


FIGURA 11 - Mapa do assentamento Verde Minas, agrovila
Fonte: Greenwiche Topografia, 2005

Nessa organização, o lote rural é o local destinado à atividade produtiva, enquanto as casas representam um espaço de moradia.

As casas são construídas num estilo padronizado: 1 sala, 1 quarto, cozinha e banheiro separado da casa.

No caso específico das agrovilas, objeto desta pesquisa, as únicas diferenças referentes à padronização das casas são que as mesmas possuem 2 quartos pequenos e são raras as residências que utilizam a cozinha. Praticamente, em todas elas, sempre há uma adaptação da cozinha no fundo das casas.

A implantação desse sistema no município, segundo os entrevistados, foi uma exigência do órgão responsável pela regularização dos mesmos. Nesse caso, conforme apresenta o QUADRO 1, todos os assentamentos de agrovilas foram regularizados pelo Banco da Terra. Os técnicos responsáveis dessa instituição condicionaram a liberação de verbas, destinadas às construções, ao sistema de agrovilas, não levando em consideração a preferência dos assentados de construir as casas nos próprios lotes.

É identificada a insatisfação dos assentados que residem nas agrovilas. Eles são unânimes em afirmar que morar nas agrovilas dificulta a execução das atividades rurais, como, por exemplo, a criação de aves e o plantio de hortas. Isso resulta, muitas vezes, na transferência das famílias para os lotes, que abandonam as agrovilas e passam a residir em precárias construções de enchimentos ou com material de polietileno, na cor preta, popularmente conhecido como plástico ou lona preta.

O abandono dessas casas não ocorre apenas quando o assentado muda com a família para os lotes. Segundo informações dos próprios moradores, várias famílias mudam para outras comunidades rurais ou para a cidade de Verdelândia. Nesses assentamentos, ocorre, portanto, um visível esvaziamento populacional. Os entrevistados acentuaram a ausência de crianças nessas comunidades, fato que contraria a lógica da reprodução social do agricultor familiar.

Por sua vez, as casas das agrovilas, que estão abandonadas, encontram-se totalmente danificadas. Muitas delas estão em processo de ruínas, provocado pelo próprio abandono ou pela ação do proprietário, que tem destelhado as mesmas, além de haver retirado as portas, as janelas e ripas, para que esses materiais sejam reutilizados nas construções nos lotes (FIG. 12).



FIGURA. 12 – Assentamento Serrana, agrovila

A TAB. 9 apresenta o número de construções nos assentamentos de agrovilas, em proporção ao número das famílias que residem nas casas. Consta-se que o índice do total de abandonos das casas é de 58,8%.

TABELA 9

Agrovilas: construções, famílias residentes e % de abandono, por assentamento

<i>Assentamento</i>	<i>Construções (Nº)</i>	<i>Famílias residentes (Nº)</i>	<i>Abandono das casas (%)</i>
Bom Jardim	15	6	60,0
Lagoinha	15	4	73,3
Serrana	35	12	65,7
Verde Minas	39	18	53,8
Volta da Serra	15	9	60,0
TOTAL	119	49	58,8

Fonte: Pesquisa de campo, 2008

Para os assentados dessas agrovilas, as casas deveriam ter sido construídas nos lotes, o que possibilitaria a realização das atividades produtivas de casa rural. As insatisfações dos moradores desses assentamentos podem ser percebidas nas entrevistas que se seguem:

“As casas construídas na agrovila dificultam muito a vida da gente. Aqui na roça, quando os filhos chegam da escola, eles ajudam a cuidar dos bichos. Mas até para eles irem para os lotes é um sacrifício. Esse barraco aqui (mostrou) fomos nós que construímos. A gente guarda as coisas (a produção e as ferramentas) e, quando chove, a gente corre para aqui dentro, para não molhar. Se a gente cria bicho lá na vila e as galinhas comerem alguma hortinha do vizinho, é confusão. Se a gente cria aqui no lote, é um tal de sumir... Eu não sei se some mesmo ou se roubam” (D. Maria Nazareth, 54 a., Assentamento Verde Minas).

“Nesse assentamento, existem 15 casas, porém moram aqui apenas 4 famílias, duas delas são meus irmãos. As outras famílias moram na Lagoa de Pedra (comunidade) e outros em Verdelândia (cidade). Os donos que não moram aqui, sempre vêm cuidar dos lotes. [...] a construção da agrovila é muito pior; as casas ficam longe dos lotes. Aqui não pode criar galinha. A agrovila foi uma exigência do Banco, para ficar mais barato a energia e os canos de água. Se esse fosse um assentamento do INCRA, as casas teriam sido feitas nos próprios lotes” (Sr. Reinaldo, 49 a., Assentamento Lagoinha).

“A agrovila é muito ruim: não pode fazer horta, criar galinha e, quando cria galinha nos lotes, sempre some, desaparece. Tem companheiros nossos que abandonaram as casas, fizeram um barraco no lote e foram morar lá com a família. Essa agrovila foi uma exigência do IDENE²⁴. Eles não aceitaram a proposta do povo. Eles queriam construir uma casa de frente à outra. Eu briguei muito, então consegui que deixasse essa área aqui em frente para que fosse construída uma pracinha com campo de futebol. Mas, para isso, foi uma briga danada. (As casas desse assentamento foram construídas em torno de um espaço vazio, formando um semicírculo” (Sr. Osório, 70 a., Assentamento Serrana).

De acordo com um técnico da EMATER-MG., as agrovilas, no município, de fato, não funcionam, por não conseguirem atender às necessidades das famílias assentadas. Hoje, a maior parte dessas famílias reside nos lotes, conforme ilustra a FIG. 13. Alguns moradores já começaram a desfazer as casas construídas nas agrovilas.

²⁴ - Instituto de Desenvolvimento do Norte de Minas (IDENE) – Conforme site do órgão, uma das suas finalidades é a promoção do desenvolvimento econômico e social das regiões Norte e Nordeste do Estado de Minas Gerais. <www.idene.mg.gov.br>, acesso em 11.12.2008.

Ainda, em conformidade com esse técnico, a Unidade Técnica Estadual (UTE)²⁵ já autorizou a retirada do material das casas (telhas, madeiramentos, portas, janelas, etc.), para ser utilizado nas casas construídas nos lotes.



FIGURA 13 – Casa construída, por família de assentado, em um lote de agrovila

Outro elemento complicador é a manutenção e o reparo da infra-estrutura coletiva. Verificou-se que, quando ocorre estrago em algum equipamento de uso coletivo, o seu conserto depende da contribuição financeira de todas as famílias. Um exemplo ocorrido no assentamento Verde Minas ilustra essa situação. Em pesquisa de campo realizada no final do mês de agosto de 2008, identificou-se que os canos da rede central de abastecimento de água estavam entupidos, impedindo que a água chegasse às casas. Assim, as famílias tinham que se deslocar até o poço, encher os vasilhames e os tambores, retornando às casas por meio de transporte animal, carrinhos de mão ou a pé. Segundo os assentados, eles não tinham como arcar com essa despesa e estavam aguardando a ajuda da prefeitura do município.

²⁵ UTER-MG é um órgão ligado ao Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais, que tem como objetivos gerenciar e implementar o Programa Nacional de Crédito Fundiário, do Estado de Minas Gerais www.iter.mg.gov.br, acesso em 22.12.2008.

Setenta e quatro dias após, em outra pesquisa de campo, realizada nesse mesmo assentamento, constatou-se que o problema da distribuição de água ainda não havia sido solucionado. A água, para o consumo das famílias, continuava sendo transportada nos carotes e nos tambores.

A imposição dos órgãos responsáveis, ao forçarem a aceitação dos assentados pelas agrovilas, é uma decisão arbitrária, que provoca o abandono das casas e construções precárias nos lotes. Caniello e Duqué (2006) constatam que o Estado, ao optar por construções de agrovilas, tem imposto aos assentados normas que determinam os tipos de moradias a serem construídas nos assentamentos, sem respeitar as decisões coletivas, tomadas em assembléias.

Para os autores, o que leva o trabalhador rural a aceitar decisões que contrariam a vontade coletiva, pode ser o interesse em assumir a terra, diante da difícil condição de vida, acrescida pela falta de conhecimento dos seus direitos. Isso facilita a aceitação dos argumentos dos técnicos do governo de que a implantação de agrovilas diminui custos, por facilitar o acesso à energia elétrica e à água encanada.

Ainda em conformidade com Caniello e Duqué (2006), essa modalidade de moradia transforma a relação interpessoal desse ator social. Por haver uma restrição dos espaços, surgem, mais comumente, desavenças que podem ser determinadas por falta de privacidade. Essa proximidade obrigatória com os vizinhos reduz a autonomia gerada pela privacidade cotidiana, o que dificulta a sociabilidade dos mesmos.

Além disso, cria-se, em torno das famílias, uma desorganização produtiva. Ao morar longe dos lotes, modifica-se a relação de trabalho que caracteriza a agricultura familiar. Não se levam em conta, nas produções agrícolas, as potencialidades da participação da família. Mesmo sendo uma tentativa de evolução, a implantação de agrovilas não contribui para a eliminação dos problemas. Ao contrário, agrava-os.

Na maioria das comunidades tradicionais, as agrovilas contrariam o modo de vida das famílias de trabalhadores rurais. Há um racionalismo internalizado nessas pessoas, que evidencia as vantagens das construções nos próprios lotes. Na concepção de Woortmann (1983), a casa do lavrador também significa trabalho. É para a casa que se destina a produção da roça, como o milho, o feijão, o leite, etc., a ser transformada em comida. Por outro lado, os restos que sobram do consumo doméstico são aproveitados na criação de animais de pequeno porte: as lavagens servem de alimentos, principalmente a suínos, bem como o soro, que sobra da fabricação do queijo.

A casa, além disso, é o local onde se armazenam as sementes a serem utilizadas no próximo plantio e a produção excedente a ser vendida ou distribuída (FIG. 14), segundo os padrões de reciprocidade. É nesse espaço que também são produzidos produtos artesanais, como bolos, doces, biscoitos que podem ser comercializados nas feiras do município.



FIGURA 14 - Casa, local de armazenamento de produção

Para Woortmann (1989), portanto, há uma transversalidade no processo produtivo das famílias de trabalhadores rurais: da roça para a casa, são enviados os legumes e da casa para a roça, retornam as sementes.

Também para Heredia (1979), as famílias camponesas utilizam a casa além dos limites internos. A casa e o terreiro atrás dela constituem um espaço não dissociado. O terreiro é uma extensão da casa. Nesse espaço externo, as mulheres desenvolvem as suas atividades diárias, sempre ajudadas pelas filhas e pelas crianças. A utilização desse espaço na produção alimentar, também, é uma forma de introduzirem os filhos à responsabilidade do trabalho, quando são preparados para participar das atividades do grupo.

No quintal das casas, há plantação de hortas, criação de aves e de porcos, que são denominados pela autora de bichos de terreiro. Essa produção, associada à produção do roçado, garante o consumo familiar. Embora essa produção seja destinada ao abastecimento alimentar das famílias, pode ser comercializada nos momentos de precisão.

Pode-se afirmar que a casa é a parte integrante da propriedade rural. Pelas normas das agrovilas, objeto desta pesquisa, a criação de bichos de terreiro, por exemplo, é proibida, o que modifica o modo de produção e, também, as relações de reprodução social da família.

3.7 Da casa à escola: uma distância a percorrer

Em quase todos os assentamentos do município, a falta de escola é uma realidade. No geral, crianças e adolescentes, para estudarem, precisam se deslocar do lugar de origem até as comunidades próximas, ou mesmo para a sede do município.

Dos 12 assentamentos pesquisados, em apenas 3 há escola em funcionamento. Nos assentamentos Arapuá, Betânia e Boa Esperança, a existência de uma unidade escolar, mesmo com turmas multisseriadas, proporciona uma maior comodidade para os seus moradores. Essa facilidade de possuir escola no próprio assentamento, resulta num maior contato entre alunos e professores, visto que muitos deles sempre retornam à escola, fora dos horários de aula, fazendo, desse ambiente, um espaço de lazer.

Por outro lado, a inexistência de um estabelecimento escolar, nos 9 outros assentamentos, implica na necessidade de crianças e de jovens fazerem um percurso, diariamente, de até 30 quilômetros, para chegarem aos seus destinos. Para os estudantes residentes nos assentamentos Arapuim, Bom Jardim, Bom Sucesso, Lagoinha, Modelo, Nova Esperança, Serrana, Verde Minas e Volta da Serra, a Prefeitura Municipal de Verdelândia disponibiliza ônibus escolares, nos períodos matutino e vespertino. A esse respeito, os assentados possuem as seguintes opiniões:

“As crianças perdem muito tempo. Elas passam mais tempo dentro do ônibus do que estudando” (Sr. Francisco – Verde Minas).

Independente das distâncias em que estejam localizados os assentamentos, todos os alunos que cursam o ensino médio precisam se deslocar até a sede do município, visto que em nenhuma comunidade rural do município possui escola para atender a essa categoria escolar.

Os veículos, por serem velhos, estão sempre apresentando defeitos mecânicos e, nos períodos chuvosos, devido às más conservações das estradas, não conseguem transitar até os assentamentos. Segundo informações das famílias assentadas que necessitam utilizar esse transporte, quando os ônibus deixam de circular, os alunos não têm como frequentar às aulas.

As dificuldades decorridas da falta de escola nos assentamentos têm desestimulado o estudante, sobretudo o adolescente. Muitos deles abandonam os estudos e outros perdem o interesse em frequentar as aulas diariamente:

“Nas chuvas é muito difícil. A gente chega com os pés todos sujos de lama. Os cadernos molham, apesar de serem colocados dentro das sacolas. Teve um dia que o ônibus quebrou e nós ficamos parados na estrada, esperando que alguém passasse e pedisse para enviar outro ônibus. Ficamos com fome. Chegamos às nossas casas mais de 8 horas da noite. Depois, quando o aluno pára de estudar, fala que ele é preguiçoso. Muitos amigos meus já pararam de estudar” (Ariane, 16 a.).

Também, de acordo com algumas mães entrevistadas, a não existência de um auxiliar de motorista nos ônibus de transporte escolar, dificulta a manutenção da ordem dentro do veículo, durante o trajeto. Para essas mães, apenas o motorista não é suficiente para manter um nível adequado de organização, o que pode até provocar algum acidente em seu interior, devido aos comportamentos inadequados que, muitas vezes, são realizados durante os percursos dos assentamentos às escolas e vice-versa.

Além do percurso assentamento/escola, realizado por meio do transporte escolar, muitos dos estudantes desses assentamentos precisam caminhar distâncias consideráveis para chegarem até o ponto de ônibus. De acordo com Fábio Santos, 25 a., morador do assentamento Modelo e professor da Escola Municipal da Limeira²⁶, em função da localização de alguns lotes dentro dos assentamentos, crianças e adolescentes, para embarcarem, caminham uma distância de até 5 km, das suas residências ao ponto final do ônibus escolar.

Durante esta pesquisa, observaram-se crianças, carregando suas mochilas, saírem sozinhas de suas casas e a pé, até o ponto final do ônibus escolar. Apenas em algumas ocasiões, foram identificadas crianças serem transportadas de bicicleta, até o ponto de ônibus, por algum membro da família.

Por sua vez, a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), ao analisar o Relatório sobre a qualidade da educação no campo, elaborado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), constata que:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 diz que é dever dos governos (estadual ou municipal) tornar disponível o transporte escolar aos estudantes que vivem em zonas rurais desprovidas de escolas. Com isso, muitas prefeituras acabaram com as escolas do campo e implementaram um sistema de transporte para levar os estudantes do campo às escolas urbanas.[...] O transporte escolar geralmente é feito em veículos velhos e as estradas percorridas na maioria das vezes

²⁶ Uma comunidade rural que atende a vários assentamentos, dentre eles: Modelo, Nova Esperança e Bom Sucesso.

não são asfaltadas e com isso a viagem se torna mais demorada e perigosa. [...] A precariedade do transporte também leva os alunos a terem que acordar muito cedo para irem a escola, o que contribui para o abandono dos estudos [...] (ANDI, 04.06.2007).

Apesar da falta de escolas nos 9 assentamentos, em muitos deles, residem pessoas capacitadas para exercerem a profissão de professor e contribuir para a melhoria dessa situação. Há filhos de assentados que já fizeram curso de graduação e ainda residem com as famílias. Outros fizeram cursos de capacitação, tanto em universidade pública do estado, quanto nas particulares, inclusive fora do Estado de Minas Gerais. Registrou-se a existência desses profissionais nos assentamentos: Arapuím, Modelo, Nova Esperança, Serrana, Verde Minas. Essa situação é assim relatada por Fábio Santos:

“Na escola da Limeira, trabalham 4 professores que moram nos assentamentos. Alguns deles fazem curso de capacitação pela UNIMONTES²⁷, outros fazem cursos de Graduação de calendário especial em diversas universidades particulares, como a Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP), Universidade Norte do Paraná (UNOPAR) e Universidade de Uberaba (UNIUBE)”. Muitos desses professores poderiam estar trabalhando nos assentamentos onde residem.

“Eu tenho uma filha que é professora e poderia estar ensinando às crianças daqui do assentamento. Ela já fez curso pela UNIMONTES, em Montes Claros. Mas, por causa de política, não arrumaram aula para ela nem em outro assentamento” (Sr. Francisco – Assentamento Nova Esperança).

No assentamento Boa esperança e no acampamento Verde Água, identificaram-se duas situações que se diferenciaram das apresentadas anteriormente. No assentamento, por existir uma escola funcionando, o corpo docente é constituído, na sua maioria, de profissionais residentes no mesmo local. Conforme informações do assentado Cláudio, 39 a. (à época, presidente da associação), na escola dessa comunidade, apenas 2 professores não moram no assentamento.

No acampamento Verde Água, embora não exista uma escola funcionando, os acampados se reuniram e formaram uma turma de educação de jovens e adultos, que passou a funcionar na antiga sede da fazenda, no turno noturno. A professora, que era voluntária,

²⁷ Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) é uma única universidade pública que atende a mais de 336 municípios do Norte de Minas Gerais e dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Oferece diversos cursos regulares de graduação, cursos Modulares, Sequenciais, Normal Superior, Técnicos, além de cursos de Pós-Graduação *Lato sensu* e Pós-Graduação *Stricto sensu*. www.unimontes.br. Acesso em 17 de novembro de 2008.

também fez curso de capacitação na UNIMONTES. Segundo a acampada Lídia, no início, havia muito interesse por parte dos alunos, sendo todos assíduos. Entretanto, após a instalação da rede de energia elétrica em todas as residências, houve uma significativa dispersão da turma, inviabilizando o processo escolar. Para essa acampada, o problema foi que eles preferiram ficar em casa assistindo à televisão, ao invés de frequentarem às aulas.

Alguns dos problemas relativos ao deslocamento dos alunos para escolas de outras comunidades poderiam ser minimizados, a partir da utilização das próprias sedes existentes nos assentamentos como unidade escolar. Em muitos desses assentamentos, as sedes encontram-se deterioradas e totalmente subutilizadas (FIG. 15).



FIGURA 15 – Sede de antiga fazenda, acampamento Verde Água

No assentamento Verde Minas, a sede da antiga fazenda se encontra totalmente abandonada e depredada. Segundo informações dos moradores, o local já funcionou como escola. Anexa a essa sede, há ainda uma construção que é utilizada apenas para celebrações de missas, de cultos evangélicos e reuniões da associação, o que acontece apenas mensalmente. Nos demais dias, esse salão, como o denominam os moradores, permanece fechado.

No assentamento Modelo, por exemplo, com a liberação de verbas para a construção de casas, algumas construções ficarão ociosas, até que aqueles assentados definam, apropriadamente, as suas utilizações. Nesse assentamento, a sede da antiga fazenda é utilizada como sede da associação. Porém, no local, há várias outras construções, que, no momento, servem de moradia para os assentados.

Outro fator agravante observado é a desativação de algumas escolas localizadas dentro de assentamentos. Para melhor explicitar a questão, a Sra. Maria Luísa, 44 a., atual presidente da Associação Bom Sucesso, em entrevista, informa que, na sede da antiga fazenda, funcionava uma escola de Ensino Fundamental. Segundo essa entrevistada, a administração municipal desativou a escola, recolheu todo o material lá existente, inclusive os utensílios utilizados na cantina e transferiu os alunos para outra escola de uma comunidade próxima.

Para Marques e Guenther (2000), a má qualidade da educação rural tem sua origem no Brasil Colônia: o trabalho, no latifúndio, era garantido pelos escravos e prescindia-se de mão-de-obra especializada. A elite agrária brasileira sempre ignorou a importância da educação para o trabalhador rural. Embora a escola rural tenha mudado o seu perfil, a política educacional brasileira contribuiu, por muitas décadas, para uma educação no campo alheia aos problemas sociais agrários. O que há, hoje, é uma escola que empurra os seus cidadãos para a cidade, visto que, na maior parte das comunidades rurais, o aluno ao completar a 4ª série do Ensino Fundamental, por falta de opção, é obrigado a se deslocar para a cidade, caso queira continuar os seus estudos.

Por outro lado, enquanto o transporte escolar não é a solução mais adequada ao acesso às escolas, esse mesmo transporte é o meio de condução mais viável para muitos moradores que precisam se deslocar até a sede do município. Embora tenha percebido a existência de muitos veículos de motocicleta entre a população assentada, grande parte dos moradores utiliza o ônibus escolar para se deslocar.

Em praticamente todos os assentamentos, os moradores relatam as dificuldades de trafegar, principalmente nos períodos chuvosos, em que os ônibus escolares não podem circular. Também esse problema é agravado nos períodos de férias. Geralmente, durante esses dois períodos, as pessoas têm que andar cerca de 6 km, dependendo da localização do assentamento, até a rodovia, para tentar conseguir carona, a fim de chegar à sede do município. Em muitos casos, o transporte escolar tem representado uma solução:

“A valença de Deus é o ônibus da escola. Quando a gente precisa ir à Verdelândia, utiliza o lotação da escola ou moto, quando acha carona” (D. Isabel, assentada do Serrana).

“Quando a gente precisa ir à rua, quem tem charrete, moto ou bicicleta é fácil, mas para quem não possui essas coisas, tem que pegar carona no ônibus da escola” (Sr. Francisco, assentamento Verde Minas).

“Devido à falta de transporte, eu pego o lotação (ônibus) escolar, na sexta-feira à tarde, para ir à Jaíba levar os meus produtos a serem vendidos na feira que acontece aos sábados. Se eu deixar para vender apenas na feira de Verdelândia (acontece aos domingos), fica muito mais difícil para eu conseguir chegar aqui (no momento da entrevista ele se encontrava na feira de Verdelândia. [...]) Retorno para a minha casa, na segunda-feira, também no lotação da escola, que busca os alunos ao meio dia [...].” (Dorisvaldo, 55 a., assentamento Bom Sucesso).

Segundo informações de vários entrevistados, há uma proposta da Prefeitura Municipal de Verdelândia em colocar o transporte escolar circulando nos assentamentos aos domingos, para que os assentados possam participar da feira municipal.

3.7.1 Das possibilidades do mundo virtual

No assentamento Nova Esperança, a situação de abandono da sede da antiga fazenda também foi observada. Entretanto, segundo informações do presidente da associação, Sr. Francisco, foi aprovado um projeto de reforma. De acordo com esse entrevistado, o início das obras depende apenas da liberação da verba, pelo governo federal (durante essa entrevista, o assentado apresentou a planta baixa do projeto da reforma).

“Nós vamos reformar a sede da antiga fazenda, que deverá ser utilizada para reuniões da associação, bem como salas de aula para alfabetização. Também quero colocar computador para a moçada daqui e aulas de computação, para as crianças aprenderem a usar”.

Percebe-se que esse assentado possui o desejo de colocar a sua comunidade em contato com os avanços tecnológicos, apesar das dificuldades ainda existentes para se ter acesso à escola. A esse respeito, Silva (2004) considera que:

Na sociedade do conhecimento, pode ser considerado pobre um cidadão que não tenha acesso a um computador para se conectar na World Wide Web (WWW) e comunicar-se com o restante da sociedade [...]. Em uma comunidade rural, as necessidades para se considerar pertencente e incluso na classe social vigente são menores do que em uma cidade grande, com maiores exigências tecnológicas (SILVA, 2004, p. 43).

Também, segundo Martins (2008), os assentamentos estão sendo dotados da modernidade tecnológica, que é uma forma criativa de minimizar a exclusão social. Isso permite reintegrar o jovem assentado à modernização da sociedade. Esse autor constata, ainda, a presença da tecnologia do satélite em casas relativamente pobres. Esse avanço

tecnológico foi percebido, quando se identificou um elevado número de antenas parabólicas, na quase totalidade das residências ocupadas dos assentamentos, objeto deste estudo.

3.8 Atividades de lazer

Durante as pesquisas de campo, constatou-se que, na quase totalidade dos assentamentos, as atividades de lazer constituem-se, primeiramente, em ficar em casa, nas atividades religiosas e no futebol (para os homens). Questionados sobre o que fazem aos finais de semana, as respostas foram sempre unânimes, como, por exemplo, as das assentadas D. Ivanete, do assentamento Volta da Serra; D. Terezinha, do assentamento Betânia e Gilmar Marcos, do assentamento Bom Sucesso:

“O lazer aqui é somente som e televisão” (D. Ivanete, 41 a.).

“Aqui, o lazer são as festas religiosas, o padre vem duas vezes ao ano; os cultos nos domingos e o futebol” (D. Terezinha, 49 a.).

“O lazer é o futebol, quando juntam os assentados do Betânia e Boa Esperança. Em 2008, foi a primeira vez que festejou a Nossa Senhora Aparecida. O padre nunca veio a esse assentamento” (Gilmar Marcos).

Apenas no assentamento Modelo, foram identificadas atividades de lazer distintas das celebrações religiosas, da televisão e do futebol. Segundo o assentado Fábio, nesse assentamento, foi improvisada uma pista de vaquejada, embora apenas duas pessoas a utilizam para os treinos. O jogo de sinuca também foi outra atividade de lazer, que, segundo o entrevistado, acontece apenas aos finais de semana.

Embora somente um entrevistado tenha mencionado a sinuca como um instrumento de lazer, identificou-se a existência de mesas desse jogo em alguns assentamentos, como, por exemplo, Serrana, Betânia, Verde Minas, o que permite associar a sinuca como uma fonte de lazer dos assentados.

Também em uma visita na casa de uma assentada do Verde Minas, percebeu-se a existência de prateleira com várias garrafas de aguardentes e um freezer. Ao questionar a moradora, a mesma informou que, nos finais de semana, ela vende bebida para os assentados e aquele é um lugar de bate-papo e interação dos moradores da comunidade com os assentados do Bom Jardim.

Para Charão (2004), o lazer solidifica as relações de convivência e de participação social. Assim, o Estado deve garantir ao assentado o acesso à cultura e ao lazer. Deve estimular, dentro dos assentamentos, a elaboração de projetos que contribuam para o uso do tempo de não trabalho, com maior interação e bem-estar social. Com isso, diminui-se o aspecto de individualidade, que caracteriza a sociedade atual.

Por outro lado, a existência da escola nos assentamentos da região, também, poderá servir como espaço de lazer para os assentados, sobretudo para as crianças e jovens. A escola como um ambiente de lazer foi identificada, sobretudo, nos assentamentos União e Arapuim. Segundo relatos, essas comunidades sempre utilizam a estrutura da escola para promoverem atividades esportivas (futebol), festividades ou mesmo encontros.

4 - CONCLUSÃO

Ao longo do tempo, o trabalhador rural vem sendo expulso de suas terras e sem a posse das mesmas, tornou-se economicamente dependente. Na expectativa de garantir a sua reprodução social e da família, submete-se à exploração do seu trabalho. Ora atua como assalariado, ora como posseiro ou agregado ou arrendatário, ora é obrigado a migrar-se para os grandes centros urbanos, inserindo-se em mercados de trabalho, com baixos salários.

Entretanto, esse trabalhador rural não se conforma com as condições de vida que lhe são impostas, em decorrência das inúmeras políticas brasileiras. Ele se mobiliza, une-se aos diversos movimentos sociais e, impulsionado pelo sentimento de mudanças, enfrenta o poderio da elite agrária. Há a resistência, a luta e o conflito. A partir de então, a sociedade se faz polifônica: antes, um trabalhador rural atrasado, preguiçoso, representado pelo Jeca Tatu de Monteiro Lobato; depois, um trabalhador rural, vítima da exploração e do atraso dos grandes fazendeiros e, por fim, um cidadão socialmente consciente dos seus direitos, que, ao combater o latifúndio, cria a sua própria identidade.

Apesar disso, regimes autoritários, como os impostos pelos governos militares brasileiros, por exemplo, tentaram silenciar as vozes dos que gritavam pela justiça no meio rural. Embora a opressão fosse instituída pela violência, o sangue derramado por inúmeros trabalhadores rurais, em quase todos os cantos do interior brasileiro, não foi o bastante para sufocar as vozes dos que lutavam pelos seus direitos, nem dos que idealizavam uma reforma agrária “na lei ou na marra”, como é o lema das Ligas Camponesas brasileiras.

Assim, há 41 anos, perto de 212 famílias foram expulsas de suas terras. Em consequência, vários homens e dezenas de crianças morreram. A partir de então, deu-se o início ao maior e ao mais emblemático conflito agrário do Norte de Minas Gerais: o Conflito de Cachoeirinha.

Às margens do rio Verde Grande, onde os posseiros produziam e se organizavam socialmente, as terras foram descobertas e ambicionadas, por aqueles que detinham o poder do capital e o poder representativo da autoridade pública. Foram praticamente 21 anos de luta pela reapropriação da terra perdida. Muitos posseiros abandonaram tudo; outros migraram para os grandes centros. Entretanto, os que acreditaram e permaneceram na luta, enfrentando a fúria de jagunços, o abuso da polícia e a cumplicidade de fazendeiros aliados aos poderosos da região, ajudaram a reescrever a história de Cachoeirinha.

Em um novo tempo, surgem os assentamentos União e Caitité. Deles germinaram as sementes que transformaram o panorama fundiário da região: são 16 novos

assentamentos/acampamentos, o que faz do município o maior, no estado de Minas Gerais, em número de assentamentos/acampamentos.

Diante dessa transformação estrutural, levanta-se a necessidade de verificar, em relação às novas gerações de assentados, se houve influência dos que protagonizaram o conflito de Cachoeirinha. É por isso que, ao realizar esta pesquisa, testou-se a hipótese de que esse conflito agrário, de Cachoeirinha, ao mesmo tempo em que orienta a reprodução social dos grupos de assentados, é referência na trajetória pela posse das terras dos novos assentamentos/acampamentos,

Em face dos resultados obtidos, pode-se constatar que, na atualidade, os assentamentos União e Caitité são a representação física do conflito de Cachoeirinha. Tornaram-se símbolo da vitória de trabalhadores rurais, que lutaram pelo direito da terra perdida. Possesores, hoje denominados assentados, que lideraram e participaram do movimento, residem nesses assentamentos, e, juntamente com seus descendentes, compõem a memória viva do passado.

Sob a influência dos que semearam um ideal de reforma agrária e fazendo do passado uma arma de luta do presente, é que filhos e netos, descendentes e parentes de possesores passaram a semear novas perspectivas de vida. Pois, como diz um acampado, filho de posseiro: “o bom filho chora a sua terra”.

Essa nova geração de assentados e de acampados de Cachoeirinha considera que, na atualidade, possui melhores condições de vida. Como proprietário, pode plantar em terra própria e colher o fruto do seu trabalho. Ao se tornarem produtores familiares, agregam valor ao trabalho da família; e crianças, jovens, adultos, velhos, todos participam ativamente do trabalho da terra. O lucro do trabalho não é mais dividido com o patrão, mas, sim, acrescentado à renda da família.

A propriedade, além disso, faz-se lugar de abrigo e renda para os filhos que, por falta de opção, tiveram de migrar para outros lugares, muitas vezes, se incluindo, precariamente, nos subempregos dos grandes centros. A terra torna-se agora o símbolo de reaproximação do núcleo familiar e ressurgem a tradição da vida no campo. Em vários assentamentos de Cachoeirinha, esse aspecto foi constatado. Para atender aos filhos casados, há em muitos lotes, mais de uma construção. A presença desses filhos, nos lotes, cria, ainda, uma perspectiva da necessidade de, no futuro, se realizarem novas mobilizações, a fim de implantar outros assentamentos. Evidencia-se, nas falas de adultos e jovens, que os assentamentos são uma garantia da permanência do homem no campo, criando, nos membros da família, um forte sentimento de pertencimento.

Além disso, ao se sentir proprietário, o assentado nota-se livre, tornando-se autônomo para usar o tempo de trabalho da maneira que lhe convier. O trabalho realizado no passado lembra a opressão, a exploração, a miséria e o sofrimento. Identificou-se, durante as várias entrevistas feitas, que trabalhar para os fazendeiros do município ou de outras regiões, nos tempos que antecederam ao assentamento, significava o único modo possível de sobrevivência, enquanto que, hoje, é um modo de aumentar a renda familiar. Não há mais a premente necessidade de ser empregado rural ou um desempregado, vítima da modernização tecnológica no campo.

Os resultados também apontam para uma lógica não capitalista. Vale destacar a existência de uma relação de reciprocidade entre os assentados. Há, entre eles, uma cooperação, que os faz partilhar o que se produz, pois há coisas que são vendidas, e outras que são dadas. Esse tipo de relação também os auxilia a amenizar os inúmeros contratemplos da vida de assentado.

Como assentados, as adversidades são muitas. Na região, há assentados que ainda moram, com as famílias, em barracos de lona preta, apesar de o imóvel ter sido regularizado, pelo INCRA, há mais de 4 anos. Há famílias que vivem acampadas, há mais de 10 anos, aguardando que o INCRA faça a regularização das terras ocupadas. Além disso, há assentamentos que foram regularizados pelo extinto Banco da Terra e não são assistidos pelo órgão que assumiu a dívida. Esses assentamentos são considerados por funcionários públicos da instituição responsável como “filhos sem pai”. Por último, há assentamentos que, ao serem implantados, não se respeitou a vontade da comunidade e impôs-se o sistema de agrovila.

Dificultando ainda mais a vida de assentado, na maior parte dos assentamentos, crianças e jovens são obrigados a viajar, diariamente, para chegarem às escolas. Às vezes, esses alunos precisam caminhar alguns quilômetros, para embarcarem ou desembarcarem nos ônibus escolares. Outras vezes, as adversidades do tempo os obrigam a não frequentar as aulas, nos períodos chuvosos, quando as estradas ficam intransitáveis.

Assim, diante das evidências dos dados, constata-se que há, ainda, muito a ser feito. As precárias condições em que se encontram vários assentamentos são causadas pela omissão do Estado e, também, do município.

Por sua vez, o Estado se vê pressionado a tentar mudar os rumos da sua política. Discute-se a modernização capitalista no campo, como também se discute a necessidade da reforma agrária. Evidentemente, os rumos a serem seguidos para as possíveis soluções da questão agrária do país nem sempre atendem aos anseios do trabalhador rural.

É importante ressaltar, no entanto, que a reforma agrária, se bem conduzida pelo Estado, poderá ser um importante pilar na construção do combate a inúmeros problemas sociais brasileiros. Aliada às políticas públicas sérias, poderá minimizar, de forma significativa, a violência no campo e na cidade e ser um instrumento de justiça à maioria marginalizada. Conseguirá, sobretudo, estimular o crescimento econômico e, ao mesmo tempo, converter-se em semente que ajudará a fazer desabrochar o desenvolvimento social da população brasileira.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Edusp. 2007. 294 p.

Agência de Notícia dos Direitos da Infância (ANDI). *Educação pública no campo é muito pior do que nas cidades*. 04.06.2007. Disponível: www.andi.org.br. Acesso em 17 de novembro de 2008.

AVRITZER, Leonardo. *Terra e cidadania no Brasil*. In: STARLING, Heloísa Maria Murgel *et al.* (organizadores). *Utopias agrárias*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 150 – 163.

BARBOSA, Rômulo Soares, *Seguro social e “seguro agrícola”*: o duplo papel da previdência social rural. UNIMONTES CIENTÍFICA. Montes Claros, v. 5, n. 1, jan/jun. 2003. Disponível: [www.unimonts.br/revista científica](http://www.unimonts.br/revista_cientifica) Acesso em 25.11.2008.

BANDÃO, Cândice Lisbôa. FERREIRA NETO, José Ambrósio. *Legislação ambiental e assentamentos rurais em Minas Gerais*. In: FERREIRA NETO, José Ambrósio. DOULA, Sheila Maria (organizadores). *Assentamentos rurais e meio ambiente no Brasil: atores sociais, processos produtivos e legislação*. Viçosa: UFV. 2006. P. 271- 296.

IBGE – Censo Demográfico 2000. Disponível: www.ibge.org.br. Acesso em 02.04.2009.

BIGNOTO, Newton. *Terra, igualdade e liberdade – aspectos da vida democrática em Tocqueville*. In: STARLING, Heloísa Maria Murgel *et al.* (organizadores). *Utopias agrárias*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 109 – 127.

BOCCHI, João Ildebrando. *Século XIX: renascimento agrícola, economia cafeeira e industrialização*. In: REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Saraiva. 2003. p. 58-72.

BORGES, Maria Angélica. *Estrutura e sentido da formação colonial brasileira*. In: REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Saraiva. 2003. p. 1 – 24.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade – Lembranças de velhos*. 13. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 484 p.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2007. 311 p.

_____. *Razões práticas – sobre a teoria da ação*. 6. ed. São Paulo: Papyrus, 2005. 224 p.

BRUNO, Regina Ângela Landim. *O ovo da Serpente*. Monopólio da terra e violência na Nova República. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. 2002.

BUAINAIN, Antônio Márcio. *Reforma agrária por conflitos – A gestão dos conflitos de terras no Brasil*. In: _____ (organizador). *Agricultura, instituições e desenvolvimento*

sustentável – Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. Campinas: Unicamp. 2008. P. 17-126.

CAMARGO, Lidiane. MUSSOI, Eros Marion. CAZELLA, Ademir Antônio. *Banco da Terra e Crédito Fundiário: entre o passado e o futuro*. In: XLIII da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2005. Disponível: www.sober.org.br. Acesso em 22.12.2008.

CAMPANHORA, Clayton; SILVA, José Graziano da. *Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local*. In: _____ (editores). *O novo rural brasileiro – políticas públicas*. São Paulo: Embrapa/Unicamp, 2000. p. 61-91.

CANIELO, Márcio. DUQUÉ, Ghislaine. *Agrovila ou casa no lote: A questão da moradia nos assentamentos da reforma agrária no Cariri Paraibano*. In: Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 37, n. 4, out – dez, 2006. Disponível: www.ufcg.edu.br/unicamp. Acesso em 09.12.2008.

CARVALHO Filho, José Juliano de. *Reforma agrária – A proposta é uma coisa, o plano do governo é outra*. Estudos Avançados, 2004, vol. 18, n. 50, ISSN 0103-4014. Disponível: www.scielo.br. Acesso em 01.05.2008.

CHARÃO, Carine Marques. *O tempo de não trabalho em assentamento do MST*. 2004. 127 f. Monografia (Especialização em Ciências do Movimento Humano). Centro de Educação Física e Desportos, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2004.

CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. 342 p.

COSTA, João Batista de Almeida. *Tomando alho por bugalhos: o decantado desenvolvimento do Norte de Minas*. In: UNIMONTES CIENTÍFICA. Montes Claros, v. 7. n. 2 – jul/dez 2005.

DELGADO, Guilherme Costa. *Caso Brasil: Sistema de previdência social rural*. Trabalho apresentado no seminário FAO/CEPAL/Rimisp. 2000. Disponível: www.redcapa.org.br. Acesso em 28.11.2008.

DELGADO, Guilherme Costa. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965 – 1985*. São Paulo: Ícone/Unicamp, 1985. 240 p.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michele. *O delineamento de pesquisa qualitativa*. In: POUPART, Jean. *A pesquisa qualitativa – enfoques epistemológicos e metodológicos*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008, p. 127 – 153.

DURKHEIM, Émile. *Sociologia e Filosofia*. São Paulo: Ícone, 1994. 145 p.

DURSTSON, John. *Que és el capital social comunitário?* Santiago do Chile: CEPAL, Julio de 2000.

ESTRELA, Ely Souza. *Um caso de deslocamento compulsório: o projeto especial de colonização Serra do Ramalho - Bahia*. Disponível: www.alasru.org. Acesso em 11.12.2008.

FEITOSA, Antônio Maurílio Alencar; BARBOSA, Rômulo Soares. *A dinâmica de luta pela terra no Norte de Minas Gerais*. In: FEITOSA, Antônio Maurílio Alencar *et al.* (organizadores). *Debaixo da lona – Tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil*. Goiânia: UCG, 2006, p. 171 – 195.

FERREIRA NETO, José Ambrósio. *Seria cômico se não fosse trágico*. In: _____. DOULA, Sheila Maria (organizadores). *Assentamentos rurais e meio ambiente no Brasil: atores sociais, processos produtivos e legislação*. Viçosa: UFV. 2006. P. 299-307

FRANCO, A. *O lugar mais desenvolvido do mundo – investindo no capital social para promover o desenvolvimento comunitário*. Brasília: AED, 2004. 244 p.

FURTADO, Celso. *Raízes do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 33 – 61.

_____. *O mito do desenvolvimento econômico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. 117 p.

GIRARDI, Eduardo Paulon. *Atlas da questão agrária brasileira*. Disponível: www.unesp.br. Acesso em 07 de abril de 2009.

GODOI, Emília Pietrafesa. *O trabalho da memória – Cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas: Unicamp, 1999. 165 p.

GUIDUCCI FILHO, Edson. *Política fundiária dos governos Fernando Henrique Cardoso: reformismo institucional, conciliação e capitulação*. 2001. 107 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2001.

GUIMARÃES, Juarez Rocha. *Do sentimento à imaginação republicana – em busca de uma narrativa para a reforma agrária do século XXI*. In: STARLING, Heloísa Maria Murgel *et al.* (organizadores). *Utopias agrárias*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 273 - 286.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. *A morada da vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979, 164 p.

HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias qualitativas na Sociologia*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1992. 224 p.

Jornal Estado de Minas, 31 de julho de 1982.

Jornal Folha de São Paulo, Caderno Brasil, 18 de janeiro de 2009. Disponível: www.folha.com.br. Acesso em 18.01.2009.

Jornal Folha de São Paulo, Caderno Brasil, Caderno Mais, de 15 de março de 2009.

Jornal do Norte, de 16 de julho de 1982.

Jornal Tribuna da Luta Operária, de 14-17 de julho de 1981.

Jornal Tribuna da Luta Operária, de 09 – 15 de agosto de 1982.

LEITE, Sérgio; *et al.* *Impactos dos assentamentos – um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: Unesp, 2004. 39 p.

LEITE, Sérgio P.; ÁVILA, Rodrigo V. de. *Um futuro para o campo – reforma agrária e desenvolvimento social*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2007. 172 p.

LEROY, Jean-Pierre. *Por uma reforma agrária sustentável: a primeira página do Gênesis a escrever*. In: VIANA, Gilney. SILVA, Marina. DINIZ, Nilo. (Org.). *O desafio da sustentabilidade – um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abano, 2001. p. 331-348.

LINHARES, Maria Yedda. SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *Terra prometida – uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. 211 p.

MARQUES, Maria Auxiliadora R. Braga; GUENTHER, Zenita Cunha. *A educação rural na Dimensão ambiental*. Lavras: UFLA/FAEPE. 2000. 51 p.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Contexto. 2008. 172 p.

_____. *Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e à agricultura familiar no Brasil*. Disponível: www.nead.org.br/index. Acesso em 01.12.2008.

_____. *O cativo da terra*. 8. ed. São Paulo: Hucitec. 2004. 157 p.

_____. *A sociedade vista do abismo – novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 228 p.

_____. *Exclusão social e a nova desigualdade*. 2. ed. Paulus: São Paulo, 2003. p. 61.

_____. *Reforma agrária o impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2000. 173 p.

_____. *O poder do atraso – Ensaio de Sociologia da História Lenta*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 174 p.

_____. *A militarização da questão agrária no Brasil* (Terra e poder: o problema da terra na crise política). Petrópolis: Vozes, 1984. 134 p.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil – as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1981. 185 p.

MARX, Karl. *O capital – Crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. V. 1. P. 187 – 257.

MAUSS, M. *Ensaio sobre a dádiva*. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: *Sociologia e antropologia*. 1974. São Paulo: Edusp. Vol. 2. P. 39-184.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade Rural, 2002. 127 p.

MENDONÇA, Maria Luísa. WOLFF, Luciano. Armadilhas do Mercado de Terras. *A política destrutiva do Banco Mundial para a Reforma Agrária*. Rede Social de Justiça e Direitos Humanos: São Paulo, p.14-16, [200-].

MINC, Carlos. *A reconquista da terra – Estatuto da Terra, lutas no campo e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. 93 p.

MOURA, Margarida Maria. *Os deserdados da terra*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 250 p.

NOVAES, Regina Reyes, *De corpo e alma – catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia. 1997. p. 35 -55.

_____. *De corpo e alma – catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. 1987. 368 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Ciências, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

OLIVEIRA, J. Lourenço de. *Conceitos de linguística fabular*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 82 – 83.

OLIVEIRA, Orlandina de; SALLES, Vânia. *Reflexiones teóricas para el estudio de la reproducción de la fuerza de trabajo*. In: TOLEDO, Enrique de la Garza (coordinador). *Tratado latino americano de sociología Del trabajo*. México: El colegio de México, [19-?]. p. 619 – 643.

PEREIRA, Luís Carlos Bresser. *Desenvolvimento e crise no Brasil: História, economia e política de Getúlio Vargas a Lula*. 5. ed. São Paulo: 34, 2003. p. 19 – 23.

PERROT, Michelle. *Práticas da Memória Feminina*. In: Revista Brasileira de História. nº 18, v. 9. Anpuh: São Paulo - 1989.

PIRES, Álvaro P. *Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico*. In: POUPART, Jean *et al.* . *A pesquisa qualitativa – enfoques epistemológicos e metodológicos*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008, p. 154 – 211.

POLANYI, K. *A grande transformação – as origens da nossa época*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002. 349 p.

RICCI, Rudá. *Terra de Ninguém – Representação sindical rural no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1999. 229 p.

SANTOS, Manoel da Conceição. *Reforma Agrária – utopia revisitada*. In: STARLING, Heloísa Maria Murgel *et al.* (organizadores). *Utopias agrárias*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 341 – 364.

SANTOS, Sônia Nicolau. *À procura da terra perdida: para uma reconstituição do Conflito de Cachoeirinha*. 1985. 137 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1985.

SCHNEIDER, Sérgio. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 21-72.

SILVA, José Gomes da. *Estatuto da Terra (ET), trinta anos*. IN: *Reforma agrária*. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária. n. 1. v. 25. jun / abr 1995. p. 7 – 38.

_____. *UDR: Surgimento, perfil, bandeiras e perspectivas*. IN: *Reforma agrária*. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária. n. 1, 2 e 3. v. 26. jun / dez 1996. p. 217 – 230.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *A luta pela terra – experiência e memória*. São Paulo: UNESP. 2004. 135 p.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. *A trajetória dos programas de transferência de renda e seus desafios atuais: articulação com políticas estruturantes e unificação*. 2006. Disponível em <<http://portalpbh.pbh.gov.br>>. Acesso em 20.02.2009.

SZTOMPKA, Piotr. *A sociologia da mudança social*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 568 p.

TAVARES, Priscilla Albuquerque. PAZELLO, Elaine Toldo. *Uma avaliação do programa bolsa escola federal; focalização e impacto na distribuição de renda e pobreza*. www.cedeplar.ufmg.br. Acesso em 27.11.08.

TRINDADE, Elaine S. et al. *Avaliação ambiental em áreas de assentamento de reforma agrária: o caso do PA Campo Novo, Jequiinhonha, MG*. In: FERREIRA NETO, José Ambrósio. DOULA, Sheila Maria (organizadores). *Assentamentos rurais e meio ambiente no Brasil: atores sociais, processos produtivos e legislação*. Viçosa: UFV. 2006. P. 19-62

VEIGA, José Eli da. *O desenvolvimento agrícola – uma visão histórica*. São Paulo: Edusp, 2007. p. 185 -217.

_____. *Desenvolvimento social: o desafio do século XXI*. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. p. 19 – 172.

_____. *Fundamentos do agrorreformismo*. In: RIBEIRO, Eduardo Magalhães; VEIGA, José Eli da; LORENA, Carlos. *História rural e questão agrária*. Lavras: Ufla. 1997. p. 5 – 27.

VIGNOLI, Francisco. *A imigração e a formação do mercado de trabalho*. In: REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Saraiva. 2003. p. 111 - 134.

WONG, Laura L. Rodriguez. CARVALHO, José Alberto. *O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas*. In: Revista Brasileira de Estatística Populacional, São Paulo, v. 23, n. 1. P. 5-26, jan/jun. 2006.

WOORTMANN, Ellen F. *O sítio camponês*. In. Anuário Antropológico/81, Fortaleza/Rio de Janeiro:Universidade Federal do Ceará/Tempo Brasileiro, 1983. P. 164 – 203.